



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos: Proposta de uma nova rota cultural

Raquel Neves Calheiros Gaspar

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura,

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Rolando Volzone, Investigador Integrado,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023

Departamento de História

Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos: Proposta de uma nova rota cultural

Raquel Neves Calheiros Gaspar

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura,

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Doutor Rolando Volzone, Investigador Integrado,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023

Agradecimentos

Gostaria de expressar o meu agradecimento a todos aqueles que me ajudaram e acompanharam ao longo deste processo que foi o desenvolvimento e conclusão do meu trabalho final de mestrado. Pelo encorajamento, orientação e convicção inabalável nas minhas capacidades, que se demonstraram fundamentais para atingir este objetivo, fico imensamente grata.

Uma primeira palavra de agradecimento aos meus orientadores de tese, à professora Sofia Costa Macedo, e ao professor Rolando Volzone, pela sua inestimável orientação, apoio e disponibilidade em responder a todas as minhas questões. As suas críticas construtivas, o *feedback* elucidativo e a confiança depositada em mim e no meu trabalho, contribuíram para o meu crescimento académico e para o prosseguimento do meu trabalho de projeto nas alturas de maior dúvida e indecisão. Por essas razões, um obrigado aos dois.

À minha família, aos meus pais, Luís Miguel e Ana Paula, à minha irmã, Joana e aos meus avós, Leta, Júlio e Luísa, pelo seu amor e apoio incondicional. Por estarem sempre lá para mim a encorajarem-me a seguir em frente, mesmo nos momentos de maior dificuldade. Um agradecimento especial à minha querida madrinha, Carmen, que se dispôs a acompanhar-me na minha realização pessoal do itinerário por mim desenhado.

Aos meus amigos e colegas, Hugo e Filipa, que me acompanham de perto desde o primeiro ano da licenciatura e que foram uma força vital para a realização do presente trabalho. A todos os meus amigos que acompanharam também este processo, e que me motivaram a continuar através do seu demonstrado interesse na temática do meu projeto. Fico eternamente grata pela vossa amizade.

Por fim, um obrigado ao Tiago, o meu parceiro dos últimos três anos e melhor amigo, por todo o amor, carinho e encorajamento constante que foram fundamentais ao longo deste percurso. Agradeço também a tua paciência, compreensão e por nunca deixares de acreditar em mim, mesmo quando eu estava mais em baixo. Obrigada por seres a minha âncora e por me motivares sempre a continuar.

Resumo

O presente trabalho de projeto visa propor o desenho e a criação de um roteiro cultural circunscrito ao território continental português, centrado na temática dos mosteiros cistercienses femininos.

O legado histórico-social deixado pela Ordem de Cister é extremamente relevante. Não apenas por se ter demonstrado significativo no processo de afirmação do Reino de Portugal enquanto uma entidade política autónoma, mas também devido a todo o património material e imaterial que marcou o panorama medieval e moderno português. Neste sentido, através da utilização da ferramenta do *storytelling*, e no âmbito deste trabalho, foram construídas diversas narrativas centradas na temática do ramo feminino da Ordem de Cister, com o objetivo de criar um produto novo e diferenciador que tem em vista dar a conhecer, de um posto de vista mais pessoal, a vida das monjas que habitaram os mosteiros cistercienses femininos portugueses.

Numa primeira parte, este trabalho de projeto revê a literatura relativa à Ordem de Cister e ao seu ramo feminino, abordando tanto o contexto geral como o nacional, identificando as suas origens, importância e influência. Numa segunda parte, foi realizado o levantamento de informação relativo a Roteiros Culturais, expondo as definições de Turismo Cultural e Patrimonial, bem como uma análise do processo de criação de narrativas (*storytelling*) enquanto ferramenta para o turismo. Por último, na terceira parte, procedeu-se à definição e ao desenho do projeto, tendo em consideração o uso de variados recursos, incluindo o *Business Model Canvas*, a partir do qual foi desenvolvido todo o plano estratégico para a implementação do projeto.

Palavras-chave: Roteiro Cultural; Património Cultural; Turismo Cultural; *Storytelling*; Ordem de Cister; Monjas Cistercienses; Monaquismo Feminino.

Abstract

This project aims to design and create a cultural itinerary limited to the Portuguese mainland centered on the theme of the feminine Cistercian monasteries.

The historical and social legacy left by the Cistercian Order is extremely important. Not only because it proved significant in the process of affirmation of the Kingdom of Portugal as an autonomous political entity, but also because of all the material and immaterial heritage that marked the medieval and modern Portuguese panorama. To this end, through the use of *storytelling*, several narratives were constructed around the theme of the female branch of the Cistercian Order, with the purpose of creating a new and unique product that aims to make known, from a personal point of view, the lives of the nuns who inhabited the Portuguese female Cistercian monasteries.

The first part of this project includes a revision of the literature on the Cistercian Order and its female branch, addressing both the general and national contexts, and identifying its origins, importance, and influence. The second part is dedicated to gathering information concerning Cultural Routes, outlining the definitions of Cultural Tourism and Heritage Tourism, as well as an analysis of the process of creating narratives (*storytelling*) as a tool for tourism. Lastly, in the third part, the project was defined and designed, considering the use of various resources, including the Business Model Canva, from which the entire strategic plan for implementing the project was developed.

Keywords: Cultural Route; Cultural Heritage; Cultural Tourism; Storytelling; Cistercian Order; Cistercian Nuns; Female Monasticism.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de Figuras e Tabelas	xi
INTRODUÇÃO	1
Questão de Partida e Objetivos	3
Revisão de Literatura	5
Estratégia Metodológica.....	11
I PARTE.....	15
1. A Ordem de Cister.....	15
1.1. A Fundação.....	15
1.2. A Vida dentro da Ordem	17
1.3. O Monaquismo Cisterciense Feminino: um modo de vida distinto	23
2. A Comunidade Cisterciense em Portugal.....	29
2.1. O Ramo Feminino no contexto português.....	30
II PARTE	33
3. Roteiro e Turismo Cultural.....	33
3.1. Turismo Cultural e Patrimonial	33
3.2. Oportunidades para os Roteiros Turístico-Culturais	35
4. <i>Storytelling</i> como ferramenta para o Turismo.....	39
III PARTE.....	41
5. Proposta do projeto: Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos.....	41
5.1. Recursos Monásticos	42
5.2. A Narrativa, elemento essencial para a construção do Roteiro	43
5.2.1. Quais as razões que levavam as mulheres a recolherem-se dentro da vida monástica?.....	44
5.2.2. A hierarquia e as diferentes funções dentro dos mosteiros da Ordem de Cister.....	45
5.2.3. O dia-a-dia das monjas da Ordem de Cister.....	45
5.2.4. A doçaria conventual e as monjas de Cister.....	46
5.2.5. As Abadessas. Eleições e responsabilidades.....	48

5.2.6.	Transgressões e castigos.....	49
5.2.7.	A música sobre a virtude do silêncio	50
5.2.8.	Os Dotes	51
5.2.9.	A extinção das Ordens Religiosas e as suas implicações para as monjas de Cister.....	52
5.3.	Elementos Constituintes do Projeto.....	53
5.4.	Referências a outros projetos semelhantes	54
5.5.	Entidade Organizadora	56
6.	Desenho do projeto.....	57
6.1.	Finalidade do Projeto.....	57
6.2.	Objetivos.....	57
6.3.	Análise SWOT.....	58
7.	Modelo de Negócio	61
7.1.	Proposta de Valor	61
7.2.	Segmento de Clientes (Destinatários)	62
7.3.	Canais	64
7.4.	Relação com os Clientes	65
7.5.	Fontes de Receitas.....	66
7.6.	Recursos-Chave.....	68
7.7.	Atividades-Chave	69
7.8.	Parcerias-Chave.....	71
7.9.	Estrutura de Custos.....	75
8.	Plano de Marketing	77
9.1.	Marketing Mix.....	77
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	FONTES E BIBLIOGRAFIA	87
	Anexo A. Mapa dos Mosteiros Cistercienses Portugueses.	93
	Anexo B. Fichas Técnicas.....	94

Índice de Figuras e Tabelas

Figura 1. Mapa dos mosteiros integrantes do roteiro cultural.....	1
Figura 2. As Etapas do Procedimento	12
Figura 3. Itinerário Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos.....	42
Figura 4. Sistema hierárquico de um mosteiro cisterciense feminino.....	45
Figura 5. Esquema da Segmentação dos Destinatários	63
Figura 6. Mapa dos Mosteiros Cistercienses Portugueses	93
Tabela 1. Objetivos Gerais e Específicos do projeto Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos.	57
Tabela 2. Análise SWOT	59
Tabela 3. Parceiros-chave do roteiro Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos ...	73
Tabela 4. Modelo de Negócio - The Business Model Canva.....	76

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de projeto, tem como objetivo o desenho de um roteiro cultural centrado nos mosteiros cistercienses femininos, presentes no território português.

Este roteiro concretiza-se através de uma narrativa focalizada em dar a conhecer, de um ponto de vista mais pessoal, a vida das monjas que habitavam estes espaços monásticos, concedendo ao público a possibilidade de estabelecer uma relação mais interpessoal com a história destes monumentos e as pessoas que aí residiam, por oposição à realização de visitas mais convencionais. Contribuindo, simultaneamente, para a dinamização e fomento da fruição do património cultural em Portugal.

Neste sentido, optou-se por integrar no roteiro nove dos doze mosteiros cistercienses femininos construídos no território nacional¹, sendo esses, numa disposição de norte a sul do país: o Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca, em Aveiro; o mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, em Viseu; o Mosteiro de São Mamede e São Paio de Lorvão, em Coimbra; o Mosteiro de Santa Maria de Celas, igualmente localizado em Coimbra; o Mosteiro de Santa Maria de Cós, em Leiria; o Mosteiro de Santa Maria de Almoester, em Santarém; o Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, em Lisboa; o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, em Portalegre; e, por último, o Mosteiro de São Bento de Cástris, situado em Évora (Figura 1).

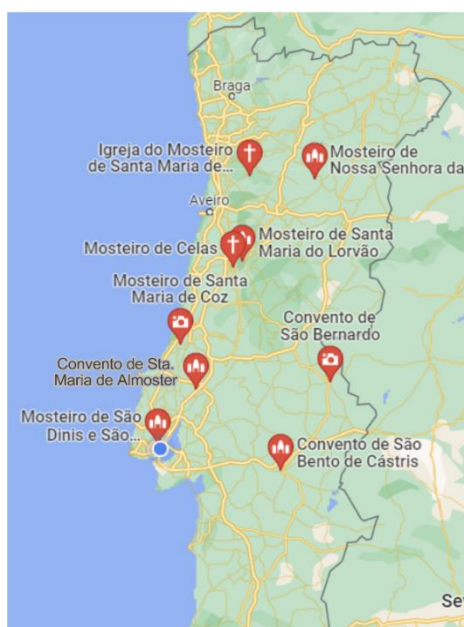


Figura 1. Mapa dos mosteiros integrantes do roteiro cultural. Fonte: Google Maps. Adaptado pela Autora.

¹ Tendo por referência as obras: *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, de Maur Cocheril (1986) e *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, de Sousa et. al (2016).

A escolha de não incorporar os outros três mosteiros, prende-se com o facto de estes já não possuírem a sua estrutura enquanto complexos monásticos: o mosteiro de São João de Vale de Madeiro, foi extinto em 1560, subsistindo apenas uma pequena capela (Figueiredo, 2002); o mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, atualmente, Museu da Marioneta, foi, segundo o seu website, destruído quase por completo durante o terramoto de 1755, tendo sido posteriormente reconstruído “segundo os preceitos do original”, no entanto, após a extinção das Ordens Religiosas, que se deu em 1834, o mosteiro foi ocupado por diversas entidades, servindo diferentes propósitos, por essa razão, não preserva praticamente nada do seu tempo enquanto mosteiro; o complexo monástico de Nossa Senhora da Piedade de Tavira, o mosteiro cisterciense construído mais a sul do país, que se encontrava previamente abandonado, foi reabilitado pelo arquiteto Eduardo Souto Mora e transformado em apartamentos.

Na sua obra de referência, intitulada *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal* (1986), Maur Cocheril, menciona, ainda que muito brevemente, dois outros complexos monásticos femininos que, por sua vez, também não serão incluídos no roteiro por não se caracterizarem como “mosteiros femininos cistercienses”. O primeiro, um colégio jesuíta desativado em Setúbal, foi utilizado como abrigo pelas monjas provindas do Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, após a destruição do mesmo em 1755 e pelas monjas de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, entre 1769 e 1786. Já o mosteiro localizado em Moimenta da Beira, era utilizado por monjas bernardas que professavam a Regra de S. Bento, contudo, este nunca pertenceu oficialmente à Ordem de Cister, tendo sido temporariamente colocado sob a autoridade espiritual do abade de Alcobaça (Cocheril, 1986).

Questão de Partida e Objetivos

Como previamente enunciado, o presente trabalho de projeto tem como principal objetivo o desenho de um roteiro cultural centrado na temática dos mosteiros cistercienses femininos. Fazendo, para tal, uso dos recursos patrimoniais materiais já existentes dentro do território português.

Se desde os seus primórdios até à contemporaneidade, os mosteiros da Ordem Monástica de Cister eram tidos como espaços (praticamente) impenetráveis, separados e autónomos do mundo exterior – por consequência do estilo de vida adotado que, entre variadas regras, ditava um estado de enclausura -, atualmente, estes edifícios são celebrados pela sua arquitetura e pelo valor do seu antigo modo de vida, tendo alguns deles sido classificados como Património Mundial pela UNESCO², entre outras classificações de relevância (património classificado como monumento nacional ou imóvel de interesse público, em Portugal, pela Direção-Geral do Património Cultural³), que concederam a estes uma maior visibilidade, tendo por essas razões crescido enquanto atrações turísticas. Contudo, apesar deste desenvolvimento geral, através da investigação realizada na consequência do presente trabalho, notou-se uma lacuna na fruição de grande parte dos mosteiros cistercienses femininos portugueses, enquanto possíveis locais de interesse turístico. Neste sentido, a questão de partida do trabalho de projeto prende-se com a possibilidade de utilizar o património associado aos mosteiros femininos de Cister enquanto produto cultural, materializado através de um roteiro.

O roteiro elaborado ambiciona destacar-se enquanto atividade cultural através da oferta de um programa que conta com mais do que uma lista de locais a visitar. Este pretende ser um produto novo e diferenciador, construído a partir de narrativas (*storytelling*) centradas na temática da Ordem de Cister que, por sua vez, têm como objetivo dar a conhecer de um ponto de vista mais pessoal a vida das monjas que habitaram os seus espaços monásticos. Para tal, responde a questões como: Quem eram estas mulheres e por que razões se recolhiam nestes mosteiros? Como era a vida dentro das casas femininas cistercienses? Que relações formavam com o exterior?

Para além destes, verificou-se a necessidade de efetuar um estudo sobre a Ordem de Cister. Centrado nas suas origens, desenvolvimento e organização interna, esta investigação focou-se, primeiramente, no panorama geral da Ordem e, posteriormente, no nacional, incluindo a

² No contexto português destaca-se o Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, inscrito em 1989.

³ Os mosteiros integrantes do roteiro cultural *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos* são todos classificados como Monumentos Nacionais, com a exceção do mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, considerado como Imóvel de Interesse Público.

perspetiva relativa ao ramo feminino em ambos os contextos. A pesquisa, fundamental ao presente trabalho, auxiliou no entendimento da importância deste tema para a sociedade medieval e moderna, bem como na construção do roteiro, que não teria sido possível sem uma primeira contextualização histórica.

Revisão de Literatura

O presente trabalho de projeto encontra-se dividido em três grandes partes. Na primeira parte apresenta-se a contextualização da Ordem de Cister, abordando assuntos relacionados com a sua origem, estrutura e organização – de um ponto de vista nacional e internacional –, apresentando também, pesquisas semelhantes ao ramo feminino da Ordem (no que concerne à sua formação, desenvolvimento e organização). Sendo estas questões que pretendem complementar o objetivo principal deste projeto, que é a construção de um roteiro cultural.

Na segunda parte, é abordada a definição de Turismo Cultural, Turismo Patrimonial e de Roteiro Cultural, com o intuito de compreender o papel que um roteiro pode desempenhar enquanto ferramenta turística e como dinamizador patrimonial, bem como o *storytelling* enquanto ferramenta positiva para a construção de roteiros culturais.

Por fim, na terceira e última parte, são apresentados os resultados da investigação, que se traduzem no plano de projeto que tem em vista o desenho do roteiro cultural dos mosteiros cistercienses femininos, localizados no território nacional.

Neste sentido, surge a necessidade de olhar para três áreas diferentes de literatura, que constituem a presente revisão bibliográfica: a primeira, relativa à Ordem de Cister, compreende variados livros, artigos e dissertações, através da perspetiva historiográfica, sobre a vida monástica cisterciense; a segunda, sobre turismo cultural, patrimonial e sobre roteirização, manifesta-se através da necessidade de estudar e compreender os diversos tipos de roteiros existentes, de maneira a perceber se um projeto desta natureza, que tem como princípio a valorização patrimonial, é executável e, de que forma é que a roteirização desenvolvida em zonas rurais, pode, conseqüentemente, contribuir para o turismo em geral e para um turismo mais sustentável – no sentido de reduzir a pressão nos centros urbanos, onde as atrações estão localizadas, atraindo os visitantes para outros locais (Meyer, 2004) - tendo em consideração que “as rotas turísticas podem, nas áreas rurais, contribuir para o seu desenvolvimento através da criação de itinerários que proporcionem aos turistas a fruição dos territórios e contribuam para o desenvolvimento económico e criação de emprego, desejavelmente com o consumo de produtos locais” (Meyer, 2004, citado por Mota, 2020, p.7); por último, o terceiro tipo de literatura, ligada ao desenho de projetos culturais, vai buscar estudos que se focam na construção e desenvolvimento de roteiros, visto existirem determinados passos a seguir, estudar e compreender na execução de um trabalho deste género.

Começando pela primeira parte destinada à abordagem do tema da Ordem de Cister, destaca-se, primeiramente, a obra *The Cistercians in the Middle Ages*, da autoria de Janet

Burton e Julie Kerr (2011). Este livro debruça-se sobre a história da fundação da Ordem Cisterciense e a sua expansão, abrangendo também alguns dos costumes e tradições dos monges brancos, que vão desde a forma como estes construíam os seus mosteiros – incluindo o porquê da escolha do território em que se estabeleciam, que espaços deviam ser incluídos dentro de um mosteiro (p. ex. igreja, dormitório, refeitório, claustro, sala do capítulo, entre outros) e onde é que essas se deveriam localizar dentro do recinto monástico -; como esta era organizada, estruturada e administrada; e de que forma é que os monges viviam a sua vida diária - que atividades e trabalhos desempenhavam e a que horas do dia - tendo em consideração que a vida claustral era extremamente disciplinada. Em segundo lugar, salienta-se a obra *The Cistercian Order*, editado por Mette Birkedal Bruun (2013), um volume que reúne capítulos de distintas autorias, que acompanham a história da Ordem, desde a sua fundação até depois do século XVII, examina tópicos chave ao entendimento do funcionamento da vida dentro dos mosteiros e da própria Ordem.

No que concerne à comunidade cisterciense em Portugal, salienta-se a relevante obra *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, do monge cisterciense Dom Maur Cocheril (1986). Este é um trabalho resultante de 23 anos de pesquisa e da compilação de documentação escrita e impressa, bem como, de um estudo de campo dos diferentes mosteiros erguidos em Portugal, sendo esta constituída por três capítulos centrais. O primeiro, consta de uma contextualização à Ordem de Cister, incluindo as suas fundações em Portugal, tópico acompanhado por um mapa que demonstra a localização de todos os mosteiros, ordens militares e colégios da Ordem, ou com ela relacionados, presentes no território nacional. O segundo capítulo, debruça-se sobre a arquitetura cisterciense, mais concretamente sobre as regras existentes na edificação de um mosteiro da Ordem de Cister, pois, ainda que não exista um mosteiro igual, todos eles são elaborados segundo o mesmo plano que poderá ser mais ou menos alterado, dependendo do terreno onde é construído. Por último, no terceiro capítulo, é apresentado um itinerário, uma nota histórica e uma descrição para cada um dos mosteiros cistercienses que o autor identificou em Portugal. Destaca-se, também, a obra de Saul António Gomes, intitulada *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI* (1998), que, começando com uma contextualização sobre a Ordem de Cister, reúne transcrições paleográficas de diversos tipos de documentos alusivos a todos os mosteiros da Ordem, com especial incidência na transcrição de documentos elaborados durante as Visitações. Por fim, ressalta-se o livro *Arte Portuguesa*, da autoria do historiador Paulo Pereira (2017), que apesar de se tratar de uma obra inserida dentro do campo disciplinar da História da Arte, contém informações relativas ao surgimento da Ordem de Cister dentro do contexto nacional.

O estudo do ramo feminino da Ordem de Cister, é relativamente recente (especialmente quando comparado com o masculino), pois, de acordo com Constance Hoffman Berman, antes de 1975, a existência e importância das monjas cistercienses – no que concerne ao período histórico relativo, maioritariamente, ao século XII -, era vastamente negada por historiadores, que liam as fontes primárias de uma forma acrítica ou de uma forma restrita. Berman oferece alguns exemplos, mencionando primeiramente Joseph-Marie Canivez que, na década de 30 do século passado, pegou em alguns dos manuscritos sobreviventes das *Statuta Capitulorum*⁴ e transcreveu-os, sem mencionar mulheres, na sua obra *Statuta Capitulorum Generalium Ordinis Cisterciensis*, que abrange os anos de 1116 a 1786, o que levou alguns historiadores a negarem, então, a existências de mulheres dentro da Ordem. Venerados medievalistas, como Herbert Grundmann e Eileen Power, caíram também neste pressuposto, rejeitando a existência de monjas cistercienses antes do século XIII e promovendo a ideia de que os mosteiros femininos eram meramente locais de “despejo” de filhas que não servissem nenhum propósito maior⁵. Após a segunda onda de feminismo, que se deu entre 1965 e 1975, é que os historiadores começaram a rever e a expandir os seus conhecimentos em relação ao ramo feminino da Ordem de Cister, produzindo mais estudos sobre o mesmo (Adamo, 2019).

Pondo isto, na literatura referente ao monaquismo cisterciense feminino, é de sublinhar o capítulo intitulado *The problem of the Cistercian nuns in the twelfth and early thirteenth centuries*, redigido por Sally Thompson (1978), que integra o volume denominado *Medieval Women*, editado por Derek Baker. O presente artigo reflete sobre a inclusão do ramo feminino dentro da Ordem de Cister, enfatizando as suas dificuldades e o percurso que as monjas tiveram que percorrer para serem aceites, não apenas dentro da ordem, mas também pelos seus análogos, isto é, pelos membros masculinos – tendo sido esse um dos maiores obstáculos -, pois, era da sua crença que ao atenderem aos mosteiros femininos e ao auxiliarem as suas integrantes nas atividades que não poderiam ser desempenhadas pelo género feminino, poderiam prejudicar a Ordem e por em perigo as suas almas⁶.

Dentro do contexto português, destaca-se a tese de doutoramento designada *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*, da autoria de Luís Miguel

⁴ Que se podem definir como testemunhos escritos das decisões tomadas pelo Capítulo Geral de Cister, “tal assembleia magna legisladora cujas decisões adquiriram foros preceitual e administrativo incontornáveis” (Gomes, 1998, p.9).

⁵ Como é possível interpretar pelo primeiro capítulo da obra de Eileen Power, intitulada *Medieval English Nunneries c. 1275 to 1535*, publicada em 1922.

⁶ “*vergit enim res ista ad praeiudicium ordinis et periculum animarum*” (Thompson, 1978, p. 239)

Rêpas (2021). A mesma é constituída por dois volumes e reúne um enorme conhecimento sobre a vida monástica cisterciense feminina. Na integra, o estudo tem por objetivo:

Mostrar como o universo dos mosteiros cistercienses, nos séculos XII e XIV, era multifacetado. Tratando-se do primeiro estudo de grande fôlego sobre todas as casas de monjas da ordem de Cister existentes em Portugal, procura-se estabelecer uma visão comparativa sobre as diversas casas monásticas, mostrando o que têm de similar e o que as distingue. (Rêpas, 2021, secção “Resumo”).

Esta obra apresenta dados quer sobre as fundações do ramo feminino em Portugal e de sete dos seus mosteiros, intercalado com a forma de organização destas comunidades conventuais e os seus processos de recrutamento, como “biografias de todas as monjas portuguesas até 1385”, através das quais foi possível traçar perfis sociológicos das comunidades (Rêpas, 2021). Do mesmo autor, ressalta-se ainda o artigo *As Abadessas Cistercienses na Idade Média: Identificação, Caracterização e Estudo de Trajetórias Individuais ou Familiares*, publicado na revista *Lusitania Sacra* (2005), que contém um tópico sobre a implantação do ramo feminino da Ordem em Portugal.

Para a segunda parte do trabalho, procurou-se bibliografia referente aos roteiros enquanto ferramenta para o Turismo Cultural, procurando identificar as melhores opções e as principais vantagens que este instrumento apresenta, sobretudo em regiões fora dos habituais circuitos turísticos. Destacam-se as obras de Luís Mota Figueira, nomeadamente o *Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural* (2010), e a tese de doutoramento de Carlos Manuel Mota, intitulada *Avaliação das Rotas Turísticas em Portugal Continental* (2020).

O *Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*, apresenta uma parte teórica, que “trata dos construtos necessários à estruturação do discurso de Roteirização” (p.14), na qual são apresentadas diferentes definições de “Rota”, entre as quais se destaca a seguinte:

Numa definição comercial poderemos considerar a Rota, como o percurso orientado para ser percorrido de forma individual ou em grupos, realizado na forma de excursões ou visitas com finalidades turísticas, de natureza cultural, profissional ou outra, com ponto de partida e de chegada (que podem, ou não, ser coincidentes). Inclui todos os serviços contratados e incluídos no preço tais como transporte de pessoas e suas bagagens, refeições, alojamento, visitas ou Circuitos guiados nos locais assinalados no programa da excursão, pagamento de guias, se for o caso, e despesas de acesso a pontos de interesse turístico contratados (museus, parques temáticos, monumentos, etc.). (Figueira, 2010, pp. 69 e 70).

A obra de Figueira, “tenta demonstrar a aplicação desse fio conceptual mediante a organização sequencial que é apresentada para elaboração de Rotas turísticas (...)”, sendo o

objetivo principal do mesmo, auxiliar na criação de uma “Rota em Turismo” (p.14), pois, segundo o autor, existia uma lacuna nessa área, que o seu estudo veio preencher.

Na sua tese, Carlos Manuel da Mota, começa por listar os tipos de rotas consideradas no seu estudo – entre as quais se encontram as rotas culturais, rotas religiosas, rotas gastronómicas, rotas de património, rotas enológicas, rotas de turismo industrial e rotas de turismo de natureza, abrangendo rotas de cariz material e imaterial -, identificando as suas formas de gestão e mecanismos de avaliação de *performance*, sobretudo através de indicadores turísticos, nomeadamente, número de turistas (Mota, 2020). Esta obra é importante à realização do presente trabalho de projeto, pois, através desta é possível compreender a importância da criação de roteiros turísticos, sobretudo para as regiões em que se inserem. Segundo o autor, “as rotas turísticas são um importante meio de desenvolvimento do turismo, particularmente nas regiões do interior” (p.7), que por norma são postas um pouco de parte, sobretudo em detrimento das grandes cidades (como Lisboa e Porto). Mota prossegue afirmando, com base na autora Dorothea Meyer⁷, que o desenvolvimento turístico é muito importante para a criação “de emprego e melhoria das infraestruturas locais, auxiliando as economias das áreas rurais” (p.7).

Complementarmente à bibliografia enunciada, optou-se também pela consulta de fontes específicas, seja o caso da *Estratégia Turismo 2027* (2017), promovida pelo Turismo de Portugal e o relatório *Estatísticas do Turismo – 2019*, elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Estes foram relevantes para a obtenção de dados precisos sobre o impacto do Turismo em Portugal.

Relativamente à última parte do trabalho, que se prende com a criação do roteiro em si, destaca-se a obra designada *Diseño y Evaluación de Proyectos Culturales*, da autoria de David Rosselló i Cerezuela (2007). Este livro trata-se na verdade, de uma ferramenta a ser utilizada por quem tenha o objetivo de desenhar, criar e desenvolver um projeto cultural. É composto por vários capítulos que acompanham todo o processo de criação, sendo extremamente explicativo, oferece vários exemplos de como aplicar os diversos passos a seguir, sendo por isso uma obra imprescindível a este trabalho.

Adicionalmente, reforça-se também a relevância das obras *Marketing Planing for Culture and the Arts*, da autoria de François Colbert (2008), e *Principles of Marketing*, de Philip Kotler e Gary Armstrong, que auxiliaram no desenvolvimento da Definição do Projeto (Análise

⁷ Meyer, D. (2004). *Tourism routes and gateways: key issues for development of tourism routes and gateways and their potential for pro-poor tourism*. Overseas Development Institute, 1-31.

SWOT, Business Model Canva e Marketing Mix), estando ambos focalizados na área do marketing enquanto manuais de “apoio e ensino”, facilitaram o estudo e compreensão de algumas das ferramentas utilizadas pela disciplina.

Estratégia Metodológica

O presente capítulo assenta sobre a estratégia metodológica utilizada para a realização deste trabalho de projeto. Nesse sentido, com o intuito de identificar e justificar as técnicas de recolha e análise de dados empíricos designadas mais adequadas, optou-se pela leitura de três obras relativas ao tópico em questão: *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (1998); *Social Research Methods*, de Alan Bryman (2012); e, *Qualitative Inquiry and Research Design. Choosing Among Five Approaches*, de John W. Creswell (2013).

Os dois últimos autores mencionados, foram especialmente relevantes na procura, distinção e entendimento do que é a investigação qualitativa, a metodologia então selecionada para a execução do trabalho, que Creswell definiu como:

A investigação qualitativa começa com pressupostos e com a atualização de quadros interpretativos/teóricos que informam o estudo de problemas de investigação que abordam o significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar este problema, os investigadores qualitativos utilizam uma abordagem qualitativa emergente para a investigação, a recolha de dados num ambiente natural sensível às pessoas e locais em estudo e análise de dados que é tanto indutiva como dedutiva e estabelece padrões ou temas. O relatório final escrito ou a apresentação inclui as vozes dos participantes, a reflexividade do investigador, uma descrição e interpretação complexas do problema e a sua contribuição para a literatura ou um apelo à mudança.⁸ (Creswell, 2013, p.44)

Em paralelo com as definições dos tipos de investigação existentes – qualitativa e quantitativa -, e as diferentes formas como estas atuam ou devem ser executadas, Bryman (2012) incorpora na sua pesquisa, um diagrama que contém os pontos principais para a elaboração de uma pesquisa quantitativa. No entanto, para abordar as técnicas, instrumentos de

⁸ No original: “Qualitative research begins with assumptions and the use of interpretive/theoretical frameworks that inform the study of research problems addressing the meaning individuals or groups ascribe to a social or human problem. To study this problem, qualitative researchers use an emerging qualitative approach to inquiry, the collection of data in a natural setting sensitive to the people and places under study, and data analysis that is both inductive and deductive and establishes patterns or themes. The final written report or presentation includes the voices of participants, the reflexivity of the researcher, a complex description and interpretation of the problem, and its contribution to the literature or a call for change.”. A tradução é da autora.

recolha e tratamento da informação utilizada, foi preferido estudar mais aprofundadamente o método dos autores Quivy e Campenhoudt (1998), aplicando-o ao desenvolvimento do projeto.

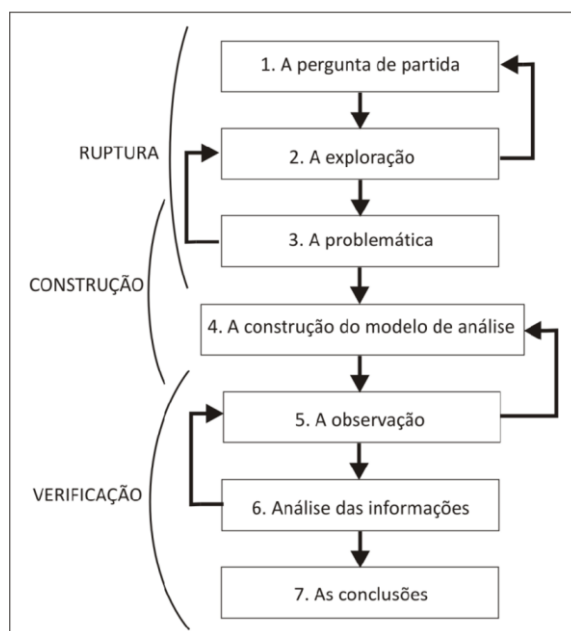


Figura 2. As Etapas do Procedimento. Fonte: Quivy & Campenhoudt (1998)

Este segue um esquema relativo às etapas do procedimento da investigação, o que facilita a sua compreensão e, conseqüentemente, a sua execução.

Desta forma, o plano de investigação do presente trabalho de projeto conta, primeiramente, com a definição da questão de partida (anteriormente enunciada e clarificada no subcapítulo “Questão de Partida e Objetivos”, pág. 2), a qual passa por estudar a viabilidade da construção de um roteiro cultural com foco nos Mosteiros Cistercienses Femininos, presentes no território nacional. Segundo os autores, a questão de investigação deve ser clara, concisa, exequível e pertinente, sendo através desta que “o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor.” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.32).

Em segundo lugar, já na etapa da exploração e no que corresponde ao segundo momento no plano de investigação, valorizou-se a leitura de variadas fontes e de bibliografia relevantes ao tema em estudo. De acordo com o explicitado no capítulo anterior, referente à revisão de literatura, o levantamento da informação, então focalizado em diversas leituras, foi dividido em três grandes pontos (ou temas): a Ordem de Cister, com particular foco no seu ramo feminino; os Roteiros e Turismo Cultural, abordando as definições de Turismo Cultural e Patrimonial, bem como as oportunidades de crescimento para os Roteiros turístico-Culturais no contexto português; e o desenho e estrutura de projetos, focalizado na construção de Roteiros Culturais.

A estratégia metodológica contou ainda com a realização de trabalho de campo, com visitas presenciais aos mosteiros objeto de estudo, e que integram o roteiro cultural dos Mosteiros Cistercienses Femininos Portugueses. Este trabalho de campo foi efetuado com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre os mesmos, de uma forma mais pessoal, e estudar o percurso garantindo uma maior facilidade no desenho do itinerário, possível devido à familiaridade com o território onde os monumentos estão localizados.

Do trabalho de campo, e no cruzamento com a bibliografia consultada, foram posteriormente, realizadas fichas técnicas (não fechadas)⁹, uma por cada mosteiro visitado, fichas estas pensadas de forma autónoma em relação ao texto do presente trabalho de projeto, e passíveis de serem apresentadas enquanto um dos produtos finais deste trabalho, disponibilizadas enquanto conteúdo base deste projeto, que pretendem ser um facilitador para o visitante interessado nesta atividade cultural¹⁰. As fichas técnicas reúnem informações úteis e importantes sobre cada mosteiro, incluindo: morada; coordenadas; categoria de proteção dos monumentos; horário; contactos; condições de acesso; entidades responsáveis pelos monumentos; uma pequena contextualização sobre as origens de cada monumento e, quando aplicável, qual o seu uso atual; os temas das narrativas construídas (que serão apenas desvendadas na sua totalidade aquando das visitas aos distintos mosteiros, por forma a prender o interesse do público em conhecer e realizar este roteiro); os atrativos, seleccionados a partir da sua popularidade, fator de interesse e localização (situados nas proximidades dos mosteiros), sem estarem diretamente ligados à Ordem de Cister; e, por fim, uma pequena lista dos doces conventuais outrora confeccionados dentro de cada mosteiro, por forma a agregar uma possível experiência gastronómica a esta atividade cultural.

Sendo este, essencialmente, um trabalho de projeto, a estratégia metodológica incluiu uma fase de Desenho de Projeto, seguindo as propostas metodológicas definidas por Cerezuela (2004):

La concreción de una voluntad que, en concreto, en el campo cultural, llamaremos política cultural, entendiendo por esta en conjunto de valores ideas y voluntades que una organización quiere desarrollar, Para ello es necesario “traducir” las ideas a acciones concretas que deben estructurarse de la mejor manera posible para lograr, con la máxima eficiencia, la finalidad planteada (Cerezuela, 2004, p. 3).

⁹ Tendo em consideração que a informação nelas contida pode ser modificada devido a alterações no acesso aos monumentos, no que concerne, maioritariamente a horários e a preços de entrada. Note-se o caso do mosteiro de São Bento de Cástris, que ao momento da realização do presente trabalho de projeto, encontra-se encerrado por motivos de obras de conservação e restauro.

¹⁰ As fichas técnicas produzidas estão disponíveis no Anexo B.

Para tal, definiram-se linhas orientadoras de intervenção destinadas a fomentar e dinamizar o património religioso em Portugal, concretizadas num projeto que remete para a criação de um roteiro cultural e de uma narrativa associada.

A metodologia de desenho de projeto inclui um diagnóstico sobre a situação, nomeadamente a situação de referência com uma identificação do papel dos roteiros culturais enquanto produtos culturais e o seu impacto, utilizando também uma metodologia de *benchmarking* com a identificação de alguns casos que se podem constituir como referências para este projeto.

A ferramenta SWOT foi também utilizada enquanto meio de diagnóstico e análise estratégico que permite identificar e avaliar, forças e fraquezas – a nível interno -, e oportunidades e ameaças – a nível externo.

Para desenhar o nosso modelo de exploração deste roteiro utilizou-se o *Business Model Canva* (BMC), uma ferramenta de gestão proposta por Alexander Osterwalder, que privilegia uma visualização imediata sobre a estrutura da operação e que nos permite também melhor sistematizar este novo produto. No BMC que serve de estratégia para o desenvolvimento desde projeto, são abordadas quatro áreas principais: clientes, oferta, infraestruturas e viabilidade financeira.

I PARTE

1. A Ordem de Cister

1.1. A Fundação

A fundação da Ordem de Cister encontra-se inevitavelmente ligada ao “declínio”, segundo aqueles que pretendiam seguir rigorosamente a Regra de São Bento, da Ordem de Cluny. Neste sentido, será primeiramente relevante recuar às origens da Regra de São Bento – pela qual os cistercienses se regiam fervorosamente -, e perceber em que medida é que Ordem de Cluny foi importante para a formação da Ordem de Cister.

Segundo Stephen Tobin (1996), São Bento de Núrsia (480-547), autor da Regra de São Bento, também conhecida como Regra Beneditina, inspirou-se numa tradição monástica presente no Médio Oriente que, por sua vez, terá chegado à Europa através de diferentes canais, sendo alguns desses os textos deixados por São João Cassiano, um monge do século IV, considerado como o fundador do monaquismo ocidental, visto que, é possível encontrar os seus valores e fundamentos em qualquer regra monástica (Espírito Santo, 1998).

Na sua doutrina, São Bento defende que aqueles que quisessem dedicar a sua vida a Deus o deveriam fazer em comunidade, em locais isolados (os mosteiros) onde estas pessoas que possuíam o mesmo objetivo se pudessem entretomar no seu caminho espiritual, sem direta interferência do mundo exterior. Dentro destas comunidades, a Regra de São Bento requeria que os monges vivessem uma vida de pobreza e castidade, devendo igualmente prestar obediência – o alicerce da Ordem -, a Deus, à Regra em si e ao Abade que, segundo Janet Burton e Julie Kerr (2011), tomava o lugar de Cristo dentro do mosteiro, sendo o responsável por manter a disciplina e guiar os monges à divina salvação. De uma maneira geral, São Bento propunha “uma vida de severidade e humildade, equilibrada por uma saudável dose de humanidade e bom senso”¹¹ (Tobin, 1996, p.25), combinado com um dia-a-dia de trabalho que, por sua vez, se encontrava dividido entre trabalho manual (maioritariamente composto por agricultura e tarefas domésticas) e pela leitura, oração e meditação, algumas feitas em comunidade e outras em privado e em silêncio.

Apesar de uma grande quantidade de casas monásticas terem adotado e, conseqüentemente, disseminado a Regra de São Bento, é necessário ter em consideração que esta foi redigida no século VI, por essa razão, é natural que após o século X se encontrasse, de certa forma, mais

¹¹ No original: “a life of severity and humility, balanced by a healthy dose of humanity and sound practical good sense”. A tradução é da autora.

diluída e em necessidade de reforma. Segundo Tobin (1996), em 909, o Duque de Aquitânia terá doado parte do seu território, que possuía na Borgonha, para que aí fosse construído um mosteiro Beneditino – querendo isto dizer, que fosse regido pela Regra de São Bento -, que reconhecesse apenas a autoridade Papal. A esta fundação, que durante duzentos anos exerceu uma forte influência política, conseqüentemente agregada a uma enorme riqueza, deu-se o nome de Cluny.

Ao contrário do que era proposto pela Regra de São Bento, “o monge cluniacense dedicava a maior parte do seu dia à celebração do serviço eclesial, negligenciando quase totalmente não só o trabalho braçal, como a oração individual e o estudo”¹² (Tobin, 1996, p. 28). Os monges cluniacenses defendiam ainda que “nenhum custo deveria ser poupado no embelezamento da casa de Deus”¹³ (Tobin, 1996, p. 28), neste sentido, as suas casas deveriam ser grandiosamente adornadas e decoradas, uma teoria que, mais uma vez, não estava de acordo com a Regra de S. Bento, que afirma:

“Que os artífices, se os houver no mosteiro, trabalhem com toda a humildade nas suas artes, se o abade tiver dado autorização. Mas se algum deles se ensoberbecer por causa do conhecimento da sua arte, parecendo que assim confere algum favor ao mosteiro, seja afastado do exercício dessa arte e não volte a dedicar-se a ela, a não ser que por acaso o abade lho ordene de novo, quando tiver tornado humilde”¹⁴ (The Rule of St. Benedict, p. 25)

O monge reformador Pedro Damiano (1007-1072), um dos maiores críticos às mudanças que se assistiam dentro das ordens monásticas, ao ter visitado Cluny, verificou este excesso de decoração, alertando para a demasia do esplendor e para a falta de penitência e mortificação (Burton & Kerr, 2011). Em contraste, os Cistercienses olhavam para os seus espaços de uma forma completamente diferente. Segundo Maur Cocheril (1986), Cister¹⁵ é essencialmente espírito e vida, despojamento e beleza, negação da carne e sublimação da pedra, beleza do edifício onde tudo é harmonia, número, peso e medida¹⁶ (p.37).

¹² No original: “a Cluniac monk dedicated the greater part of his day to the celebration of church services, to the almost total neglect not only of manual labour but even private prayer and study.”. A tradução é da autora.

¹³ No original: “that no cost should be spared in adorning the house of God”. A tradução é da autora.

¹⁴ No original: “Let artificers, if there are any in the monastery, with all humility work at their arts, if the abbot shall have given permission. But if any of their number is puffed up by reasons of knowledge of his art, in that he seems so confer some favour upon the monastery, let such an one as this be removed from exercising that art and not engage in it anew unless by chance the abbot again order him to do so when he has become humble.” A tradução é da autora.

¹⁵ O autor refere-se à Ordem de Cister como Ordem de Cîteaux.

¹⁶ Tradução da autora.

No seguimento do afastamento da observância da Regra de São Bento por parte da Ordem de Cluny, em 1098, um grupo de monges provindos da abadia cluniacense de Molesme, que procuravam aperfeiçoar a sua forma de vida ao cumprirem os fundamentos da Regra de uma forma mais rígida, decidiram abandonar a Ordem, fixando-se em Cister, uma zona remota perto do Ducado de Dijon, na Borgonha.

Neste local desolado e isolado – “o lugar deserto chamado Cister” -, sem se distraírem com o mundo exterior, os monges prestavam culto a Deus com simplicidade e pobreza. O local adequava-se bem aos seus objetivos, na medida em que era remoto, “raramente visitado pelos homens daquele tempo devido à espessura do arvoredo e dos espinheiros” e “habitado apenas por animais selvagens”.¹⁷ (Burton & Kerr, 2011, p. 10)

Este grupo de aproximadamente vinte monges, guiados pelo abade Robert, anteriormente abade de Molesme (Cocheril, 1986; France, 2003), expressaram diante do arcebispo de Lyon o seu descontentamento perante as práticas monásticas de Molesme, um mosteiro Beneditino, que começara a negligenciar os fundamentos da Regra de S. Bento, tendo então recebido autorização para fundarem um novo mosteiro que, durante os seus primeiros anos, ficou conhecido como *Novum Monasterium*, apenas mais tarde adotando o nome de Cister. Este novo mosteiro, que começou por ser uma experiência – que tinha, então, como objetivo, encontrar a mais perfeita forma de vida monástica – foi extremamente bem-sucedido e o seu modelo disseminado por toda a Europa (Burton & Kerr, 2011).

1.2. A Vida dentro da Ordem

A Ordem de Cister distinguiu-se, desde logo, das demais comunidades monásticas graças à inovadora implementação de um Corpo Diretivo/Legislativo Central, denominado de Capítulo Geral e, à introdução de um sistema de afiliação e incorporação que ligava as casas num corpo coletivo, organizando os mosteiros em Casas Mãe e Casas Filha, composto por uma hierarquização estruturada de acordo com a fundação das diversas “gerações” (Jamroziak, 2013). Adicionalmente, a partir dos seus primórdios e durante a sua primeira vaga de expansão, iniciada em 1113 que não cessou durante uma centúria, a Ordem elaborou um conjunto de narrativas fundacionais e textos de carácter normativo e legislativo, que tinham como propósito unificar todos os mosteiros em variados aspetos.

¹⁷ No original: “In this desolate and secluded spot - ‘the desert-place called Cîteaux’ - undistracted by the world outside, the monks would worship God in simplicity and proverty. The place suited their purposes well in that it was remote, ‘rarely approached by men back in those days because of the thickness of grove and thornbush’ and ‘inhabited only by wild beasts’.”. A tradução é da autora.

A “narrativa fundacional dos primeiros monges, que inclui a memória dos documentos relativos às autorizações papais e correspondência de legitimação, ficou cristalizada no *Exordium Paruum*” (c. 1113) que “continha orientações a observar pela comunidade no cumprimento da observância de São Bento: entre outras, mencionava a questão da unanimidade, regras sobre o vestuário e a alimentação (...)” (Barreira et al., 2019, p.348), a *Carta Caritatis* (c. 1119), “é o texto que, a partir das propostas da Regra de São Bento e da sua interpretação, regulamenta e organiza a vida cisterciense.” (Barreira et al., 2019, p.349). Segundo Janet Burton e Julie Kerr (2011), o texto previamente mencionado, sofreu uma evolução passando esse a ficar conhecido por *Carta Caritatis Prior*. Este informava que a Regra de São Bento deveria de ser observada sempre da mesma forma, tal e qual como era feito na Casa Mãe, em Cister, sem a introdução de novas interpretações. O texto introduziu também, uma série de mecanismos que deveriam ser impostos com o intuito de assegurarem a uniformidade perante todos os mosteiros da Ordem de Cister, sendo esses a obrigatoriedade de presença, por parte dos abades, no Capítulo Geral e as Visitações, os quais serão aprofundados mais à frente. Destaca-se ainda os *Ecclesiastica Officia*, que tinham como função regulamentar “a prática litúrgica ao longo do ano, definindo, por exemplo, os dias em que os monges laboram e não laboram; ou o que fazer na Vigília da Páscoa, ou sob que ordem se dizem as colectas para a comemoração dos defuntos.” (Barreira et al., 2019, p.349). Todos estes textos são fundamentais no estudo da Ordem de Cister, sem o conhecimento destes, dificilmente se torna possível compreender a razão do funcionamento da Ordem.

No que concerne ao Capítulo Geral, este era, essencialmente, uma reunião anual – que decorria no mosteiro de Cister, a 14 de setembro (ou data aproximada), coincidindo com o dia da Exaltação da Santa Cruz (Burton & Kerr, 2011) -, com uma duração aproximada de cinco dias, cujas reuniões eram intercaladas com missas, orações e leituras dos martirólogos, da Regra, de sermões e da *Carta Caritatis* (Jamroziak, 2013, p. 69). Neste, tinham de comparecer todos os abades (que traziam consigo dois ou três monges, que tinham como função retirar apontamentos durante as reuniões), de todos os mosteiros cistercienses com o intuito de discutirem assuntos importantes relativos à Ordem, tais como: disciplinar os abades, certificando-se de que estes mantinham o comportamento adequando e respeitavam as regras da Ordem; fortalecer os laços de amor e de caridade entre as diversas casas; complementarmente, por se tratar do Corpo Legislativo da Ordem, o Capítulo Geral, tinha inclusivamente a obrigação de assumir a responsabilidade pelo alívio da pobreza de qualquer uma das suas casas (Burton & Kerr, 2011, p. 32).

De acordo com Emilia Jamroziak (2013), a estrutura e objetivos do Capítulo Geral sofreram modificações ao longo dos séculos. Inicialmente, afirma a autora, era composto por um pequeno grupo de monges – os abades dos mosteiros que se localizavam mais perto de Cister -, que se reuniam para debater o crescimento espiritual e moral da família cisterciense. Posteriormente, a função do Capítulo Geral passou a ser descrita na *Carta Caritatis* como “controlar a correta observância da Regra, tomar decisões, preservar as boas relações entre os abades e dar aos participantes a oportunidade de ‘discutir a salvação das suas almas’.”¹⁸ (Jamroziak, 2013, p. 69), contudo, somente a partir do século XIII, é que se começou a preocupar em formular regras e regulamentos.

Apesar de ser pretendida a comparência por parte de todos os abades, rapidamente se tornou claro que alguns tinham mais dificuldades a estarem presentes do que outros devido à localização geográfica das suas respectivas casas. Neste sentido, a partir de 1179, foram criados estatutos¹⁹ que permitiam uma obrigação de comparência mais alargada no caso de alguns territórios; por exemplo, foi permitido aos abades escoceses apresentarem-se no Capítulo Geral de quatro em quatro anos e, à sua semelhança, em 1289, mais de um século depois, “o *Libellus antiquarum detiritionum* especificava que os abades da Irlanda, Escócia, Sicília, Galiza e Portugal podiam participar de quatro em quatro anos (...)”²⁰ (Jamroziak, 2013, p. 70). Outras exceções foram igualmente implementadas para os abades de mosteiros que residiam em localizações mais longínquas, sendo apenas obrigados a comparecer de cinco em cinco, ou até mesmo a cada sétimo ano, mantendo-se a obrigatoriedade anual somente para aqueles que habitavam mais perto de Cister.

As relações entre casas mãe e casas filha eram também de extrema importância para os cistercienses, estas permitiam a troca de informação, ideias, práticas e pontos de vista. Por essa razão, os abades de cada casa mãe eram similarmente obrigados a realizarem visitas anuais a cada casa filha, de forma a manter a uniformidade da prática e obediência da Regra, a disciplina e, também, para supervisionar a eleição dos abades (Jamroziak, 2013). Caso o abade não tivesse possibilidades de cumprir todas as Visitas por ter variadas dependências, como acontecia tantas vezes, podia delegar a tarefa a outro monge.

¹⁸ No original: “controlling the proper observance of the Rule, making decisions, preserving good relations between the abbots and giving participants the opportunity to ‘discuss the salvation of their souls’.”. A tradução é da autora

¹⁹ “Estatuto” do latim *Statuta*, é uma decisão oficial tomada pelo Capítulo Geral de Cister.

²⁰ No original: “the *Libellus antiquarum detiritionum* specified that abbots from Ireland, Scotland, Sicily, Galicia and Portugal could attend every fourth year (...)”. A tradução é da autora.

Outro aspeto distintivo da Ordem de Cister, prende-se com a forte afinidade espiritual que esta detinha com a natureza e com os locais onde se inseria, sendo essa a razão por detrás dos nomes escolhidos para as suas casas, que se encontravam sempre, de certa forma, ligados com os territórios onde os mosteiros eram construídos (Burton & Kerr, 2011)²¹. Os cistercienses habitavam locais isolados (possuindo uma preferência por vales), contudo, não se encontravam completamente cortados do mundo exterior, pelo contrário, as casas femininas estavam, geralmente, localizadas relativamente perto de rotas de comunicação, como estradas ou a poucos quilómetros de centros urbanos, tendo em consideração que “a proximidade dos centros urbanos era considerada como uma proteção para as mulheres (...)”²² (Jordan, 2012, p.90). Adicionalmente, a Ordem dos monges brancos incorporava em si mosteiros e abadias de outras ordens religiosas, locais pré-existentes com significado espiritual ou até mesmo edifícios de outra natureza, como hospitais e asilos – sendo estes espaços transformados, na grande maioria, em mosteiros cistercienses femininos –, por conseguinte, é possível encontrar casas da Ordem de Cister em locais menos isolados (Burton & Kerr, 2011).

Todavia, independentemente da localização do mosteiro, a primitiva legislação cisterciense ditava que uma comunidade apenas se poderia mudar definitivamente para um local, caso este reunisse certas condições base favoráveis à observância da Regra de São Bento. Neste sentido, para além de um novo abade, que por sua vez, teria de estar acompanhado por, pelo menos, doze monges, o mosteiro, tinha de conter – obrigatoriamente – os seguintes espaços: dormitório, oratório, refeitório, casa de visitas (para que estas não interferissem na “vida claustral”, abordada mais à frente) e uma guarita (para controlar o acesso ao precinto) (Burton & Kerr, 2011). Para além destas, a principal preocupação durante a construção de um novo mosteiro era a proximidade com a água e de que forma é que esta chegaria ao precinto. Assim sendo, os cistercienses escavavam canais e trincheiras, criando verdadeiros sistemas hidráulicos (que poderiam ser bastante complexos) para abastecerem as suas casas de água, tão fundamental quer para o dia-a-dia, como para funções de natureza litúrgica.

Janet Burton e Julie Kerr (2011), explicam que a orientação de cada mosteiro poderia diferir, apesar da regra, pois encontrava-se sempre dependente de onde provinha a água e da forma como o sistema hidráulico era construído; contudo, a igreja deveria ser colocada no centro do precinto com o claustro adjacente, sendo a disposição de ambos bastante *standart*

²¹ Tomemos como exemplo o mosteiro de Alcobaça, que ganhou o seu nome através do território onde foi erigido: banhado pelos rios Alcoa e Baça.

²² No original: “proximity to urban centres was perceived as providing protection for women (...)”. A tradução é da autora.

entre as diferentes casas. Por sua vez, a igreja encontrava-se dividida em dois, separando os monges dos conversos²³, a partir de grades que eram colocadas por debaixo do coro alto.

O Claustro era considerado como o centro da vida monástica, onde os monges passavam grande parte do seu tempo: era neste espaço onde os seus cabelos eram cortados/rapados; onde colocavam a roupa a secar, bem como alguns manuscritos; neste local eram também desencadeadas pequenas tarefas, como por exemplo, o reparo de roupas. Para além destas atividades, o claustro, comparado com o Paraíso, era ainda um local de rituais e contemplação, onde decorriam procissões, devendo por isso ser extremamente bem mantido. Em contrapartida, este espaço era igualmente equacionado com o Purgatório, um local onde os monges se poderiam purgar e, dessa forma, “lavaram-se” dos seus pecados (Burton & Kerr, 2011).

O piso-térreo dos mosteiros albergava o refeitório, a cozinha, a enfermaria (normalmente a leste do claustro, localizada perto do cemitério), uma sacristia, uma biblioteca ou pequeno armário onde se guardavam os livros, e a Sala do Capítulo, onde todos os dias de manhã a comunidade se reunia para ler um capítulo da Regra, para discutirem assuntos relativos ao mosteiro e para verificarem se todos os membros estavam a agir em concordância com o que a Ordem estipulava (caso se verificassem problemas, esses monges seriam devidamente castigados). Adjunto a esta existiria uma pequena sala denominada de “Salão” (do inglês *Parlour*), que seria o único local no mosteiro onde a conversa era permitida²⁴, ainda que se devesse manter ao estritamente necessário, sem frivolidades (Burton & Kerr, 2011).

O dormitório dos monges (existindo apenas um, partilhado por todos), estava localizado no andar superior²⁵ e encontrava-se ligado à capela-mor por umas escadas, para facilitar o acesso à igreja durante as Vigílias, a oitava hora litúrgica que decorria de madrugada.

²³ Segundo James France (2013), os conversos “representavam uma nova forma de vida religiosa” (p. 84), que apesar de não ser exclusiva à Ordem de Cister foi por ela altamente desenvolvida. Estes homens (ou mulheres) eram, na sua grande maioria, recrutados da pobreza rural à exceção de alguns cavaleiros e estudiosos que, por questões de humildade, decidiam juntar-se aos conversos em preferência a uma vida como monge. Estes habitavam nas granjas do mosteiro e ocupavam-se da grande maioria dos trabalhos manuais, uma vez que, o *Exordium Parvum* constata, segundo a Regra de São Bento, que os monges deveriam residir no seu próprio claustro. Apesar de não serem verdadeiros monges, não tomavam a Ordem nem recebiam o hábito monástico, eram, todavia, religiosos e, após um ano de noviciado, tinham de tomar os mesmos três votos de pobreza, castidade e obediência à semelhança dos restantes membros professos da Ordem de Cister.

²⁴ Com a exceção da enfermaria, onde os doentes estavam autorizados a falar uns com os outros e, durante as tardes de celebração, quando as regras sobre o silêncio eram mais relaxadas.

²⁵ Quando se tornou mais comum aos abades terem as suas acomodações privadas, estas eram geralmente localizadas perto, adjunto ou incorporadas na enfermaria.

Por fim, para concluir esta breve contextualização histórico-social sobre a Ordem de Cister, é necessário aprofundar em que consistia o dia-a-dia destes monges, previamente já descrita, embora muito sucintamente.

O trabalho manual realizado pelos monges e pelos conversos, para além de ser uma das maiores fontes de rendimento da Ordem, era igualmente “considerado como uma importante forma de evitar o aborrecimento e a preguiça. Este protegia devidamente os irmãos do Diabo que se pensava que atacava os indolentes”²⁶ (Burton & Janet, 2011, p. 106). A natureza das atividades desempenhadas era diversificada, podendo variar entre caiar as paredes, engraxar sapatos, jardinagem, cortar lenha, copiar e iluminar manuscritos e, durante os períodos de colheita, os monges poderiam juntar-se aos conversos no campo (Burton & Kerr, 2011).

O trabalho manual era apenas uma parte do dia-a-dia dos monges, sendo o tempo restante (que acabava por ser a maioria) ocupado pelo Opus Dei. Significando, literalmente, “Trabalho de Deus”, tratava-se da ocupação primária e a *raison d’être* (France, 2013, p. 80) do monasticismo, não teria São Bento dedicado, na sua Regra, doze capítulos (de setenta e três) à celebração das horas canónicas (Ofícios), que se encontravam divididas num total de oito horas, sem contar com a Missa, celebrada uma vez por dia e duas ao domingo. O dia começava com a Laudes, à qual se seguia a Prima, Tercia, Sexta, Nona, Vésperas e Completas, que decorriam durante o dia, isto é, desde a aurora até ao pôr do sol. As Matinas ou Vigílias, que compreendiam a oitava hora canónica, realizavam-se de madrugada (os monges despertavam durante a noite para a sua comemoração, e, segundo Burton e Kerr (2011), estes não voltavam para a cama posteriormente, tendo de permanecer acordados até as Laudes).

Desta forma os dias encontravam-se completamente estruturados e organizados, existindo horas específicas para trabalhar, para ler e estudar, para dormir e também para comer – tendo em consideração que as refeições eram igualmente acompanhadas pela liturgia, um monge ficaria responsável por realizar as leituras em voz alta, enquanto os outros comiam em silêncio -, não obstante, a estruturação dos dias também se encontrava dependente da altura do ano. Por exemplo, a quantidade de trabalho manual era significativamente mais elevada no Verão do que no Inverno, visto que os dias se tornavam mais longos e o clima mais favorável ao trabalho ao ar livre. Semelhantemente, durante os dias de festas ou celebrações (como comemorações de Santos ou celebrações do calendário cristão, como o Domingo de Ramos, Pentecostes, Natal, entre muitos outros) não havia trabalho manual, no entanto, o tempo de liturgia era estendido.

²⁶ Trad. da autora.

Já na época das colheitas, a celebração dos Ofícios era realizada em comunidade e enquanto trabalhavam.

1.3. O Monaquismo Cisterciense Feminino: um modo de vida distinto

A história das monjas cistercienses é, sem dúvida, conturbada. Esta afirmação resulta de um conjunto de condicionantes que, durante décadas, alteraram a forma como os historiadores, estudiosos e académicos percecionavam e percecionam o ramo feminino da Ordem de Cister.

Em primeiro lugar, é importante ter em consideração que o estudo das monjas cistercienses é relativamente recente, sobretudo quando posicionado em contraste com o estudo da Ordem em geral. Terá sido apenas a partir dos anos de 1970's, após a segunda “onda” do movimento feminista – decorrido entre as décadas de 60 e 70 do século passado -, que os historiadores começaram a desenvolver e a expandir os seus conhecimentos sobre o presente tema, muitos focando-se, inclusivamente, nas questões de género que o tópico despoleta. Quer isto dizer que, anteriormente à data em cima indicada, a existência e importância das monjas cistercienses era, por falta de conhecimentos, amplamente restringida ou até mesmo negada por historiadores que, na sua maioria, liam e interpretavam as fontes primárias de uma forma acrítica²⁷, confundido toda uma geração de estudiosos e académicos, criando premissas e ideais que têm vindo a ser desmistificados ou interpretados de formas distintas em estudos mais atuais.

No capítulo intitulado *The problem of the Cistercian nuns in the twelfth and early thirteenth centuries*, publicado em 1978, na obra *Medieval Women*, Sally Thompson inicia o seu texto com a seguinte frase: “Os primeiros cistercienses eram notáveis pela sua hostilidade para com o sexo feminino”²⁸, reiterando com “O teor de vários dos primeiros estatutos cistercienses era o de que as mulheres deviam ser evitadas a todo o custo”²⁹ (p. 227). Por forma a sustentar esta

²⁷ Reforça-se o trabalho de Joseph Canivez, intitulado de *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*, uma transcrição dos manuscritos sobreviventes das *Statuta Capitulum*, onde o historiador omite a presença de mulheres. Semelhantemente, encontram-se estudos de relevantes medievalistas, como Herbert Grundman e Eileen Power, que refutam a existência das monjas Cistercienses antes do século XIII, e promovem a ideia de que os mosteiros femininos eram apenas lugares de despejo para filhas indesejadas. Adicionalmente, Elizabeth Freeman (2013), alerta para o influente historiador cisterciense do século XIX, Leopold Janauschek, cuja obra *Originum Cisterciensium* (publicada pela primeira vez em 1877), menciona apenas as casas masculinas. Segundo Freeman, o autor tinha intenções de elaborar um estudo sobre as casas femininas, contudo, este nunca chegou a ser publicado, “paving the way for a modern scholarly tradition which tended to treat medieval cistercian nuns as peripheral players in the wider cistercian history.” (p.100).

²⁸ No original: “The early Cistercians were remarkable for their hostility to the feminine sex.”. A tradução é da autora.

²⁹ No original: “The whole tenor of several of the early Cistercian statutes was that women should be avoided at all costs.”. A tradução é da autora.

teoria, a autora começa por citar R. W. Southern, um historiador medievalista, que defendia que nenhuma outra ordem monástica era tão masculina no seu temperamento e na sua disciplina, como tal, também nenhuma outra se esforçou tanto, e com tamanha determinação, para afastar por completo as mulheres que pretendiam envergar pela vida religiosa. Aliada a esta linha de pensamento, Thompson, faz igualmente menção a uma transcrição de um decreto (realizada por Joseph Canivez), que proibia os monges de imitarem, enquanto cantavam, “o tilintar agudo das mulheres”³⁰ (p. 227), o que parece reforçar, ainda mais, o suposto “desdém” que a Ordem sentia pelas mulheres.

Não obstante, este posicionamento sobre a Ordem de Cister, aparenta ter uma explicação, cuja verdadeira informação aparenta ter sido negligenciada durante décadas: o primeiro estatuto, provindo do Capítulo Geral – corpo legislativo máximo da Ordem -, responsável por determinar a incorporação oficial do ramo feminino na Ordem, data de 1213. Apesar da veracidade da datação do estatuto previamente mencionado que, através das palavras-chave, “incorporação oficial”, determina a existência de mosteiros cistercienses femininos precedentes a essa data, muitos historiadores optaram por continuar a defender que antes do início do século XIII, não existiam monjas cistercienses (Freeman, 2013). Do mesmo modo, os estatutos do Capítulo Geral de 1228, que declararam a proibição de incorporação ou afiliação de novas casas femininas na Ordem, ainda que, continuasse a ser permitida a emulação dos costumes cistercienses e a observância da Regra de São Bento por parte de mulheres religiosas, levaram muitos estudiosos a fomentar a teoria de que, a Ordem de Cister, “no seu período fundacional medieval, estava relutante em incluir monjas (...)”³¹ (Freeman, 2013, p. 101).

No entanto, de acordo com Elizabeth Freeman (2013), “a investigação inovadora das últimas três décadas alterou a nossa compreensão dos dois primeiros séculos da história das mulheres cistercienses”³² (p. 101), obrigando a uma reavaliação das conclusões previamente obtidas. Freeman considera ainda, que a aparente resistência do Capítulo Geral em aceitar mulheres, perpetuada pelos estatutos elaborados e já aqui mencionados, era, na verdade, uma tentativa de proteção e preocupação perante as aspirações religiosas destas mulheres. Isto é, da mesma forma que os primeiros cinquenta, ou mais, anos da Ordem de Cister foram de experimentação – “os textos legislativos foram escritos e reescritos, a liturgia foi revista e foram despendidos esforços na administração básica e no trabalho físico de aquisição de terrenos para

³⁰ No original: “the high-pitched tinkling of women.”. A tradução é da autora.

³¹ Tradução da autora.

³² No original: “ground-breaking research of the last three decades has changed our understanding of the first two centuries of Cistercian women’s history.”. A tradução é da autora.

mosteiros e depois na construção desses mosteiros”³³ (Freeman, 2013, p. 101) -, é apenas natural que o mesmo tenha sucedido com as casas femininas, tendo sobretudo em consideração, que no início do século XII, não existiam ainda linhas de orientação concretas. Neste sentido, os estatutos datados do século XIII, relativos a monjas, são interpretados pelos mais recentes estudos, como uma forma de garantir a segurança financeira dos mosteiros femininos, por forma a conseguirem prosperar e, assegurar a implementação de sistemas para que as freiras recebessem cuidados pastorais adequados e acesso aos sacramentos (Freeman, 2013), isto porque, no início do século XIII, assistiu-se a um aumento da quantidade de casas femininas que se queriam integrar na Ordem, o que justifica simultaneamente o estatuto de 1228, anteriormente mencionado, que, por sua vez, não este em vigor durante muito tempo, visto que, a partir de 1230, foram registadas variadas afiliações (Thompson, 1978).

No seu estudo *Gender Concerns: Monks, Nuns and Patronage of the Cistercian Order in Thirteenth-Century Flanders and Hainaut*, Erin Jordan (2012), cuja opinião em muito se assemelha à de Elizabeth Freeman, debruça-se sobre a questão do mecenato dos mosteiros cistercienses femininos, o qual, em conjunto com a agricultura, era uma das mais importantes formas de subsistência da Ordem. Através do artigo, a autora alerta para a falaciosa narrativa que foi, durante décadas, construída por historiadores que defendiam a carência de estabilidade financeira por parte dos mosteiros femininos, a qual se devia em grande parte, à falta de patronos, não sendo, por isso, possível equiparar estes aos mosteiros masculinos, tão mais populares e capazes de cumprir com os serviços que os patronos procuravam – como por exemplo, missas de aniversários, enterros e a salvaguarda das suas almas, através da oração. Jordan demonstra que, na verdade, as casas femininas eram tão, ou até mesmo mais, procuradas e capazes do que os seus homólogos, não reunindo problemas em arranjar patronos, quer fossem estes homens ou mulheres.

Até a própria fundação do primeiro mosteiro feminino cisterciense aparenta estar em volta de uma ligeira discrepância. Fundado em 1120, perto do Ducado de Dijon (à semelhança de Cister), o mosteiro de Tart foi a primeira fundação feminina da Ordem de Ciser, contudo, a bibliografia aponta para duas perspetivas diferentes.

Por um lado, o estudo de Jean de la Croix Bouton, publicado em 1995, iniciado por uma contextualização importante para a compreensão da segunda interpretação, afirma que Roberto de Molesme, enquanto presidia a abadia de Molesme, começou a aceitar mulheres religiosas,

³³ No original: “legislative texts were written and rewritten, the liturgy was revised and efforts were expended in the basic administrative and physical labour of acquiring land for monasteries and then building these monasteries.”. A tradução é da autora.

que ficavam sob a sua jurisdição e vestiam o hábito monástico, mas que não residiam num mosteiro propriamente dito, mas sim, em dependências anexas (“various houses” (Croix Bouton, 1995, p.14)). Após a sua morte, em 1111, o seu sucessor optou por instalar as monjas num mosteiro “verdadeiro”, alojando-as no castelo de Jully que, com o consentimento do Conde de Bar, foi transformado num local adequado para as necessidades religiosas das monjas. No que concerne a Tart, Croix Bouton, alega que este já existiria anteriormente a Jully e aparenta ter sido um projeto pessoal de Stephen Harding (c. 1060 – 1134), o abade de Cister durante esse período, não existindo uma ligação oficial com a Ordem.

Por outro lado, Sally Thompson (1978), é da opinião de que a fundação de Tart em muito “espelha as ações dos primeiros cistercienses”³⁴ (p.230), isto é, tal como aconteceu no caso de Cister, um conjunto de monjas provindas do mosteiro feminino cluniacense de Jully, que se encontravam profundamente insatisfeitas com a vida religiosa vivida ao abrigo do mosteiro do Molesme, foram ao encontro de Stephen Harding na expectativa que este as auxiliasse no seu desejo do seguimento de uma vida religiosa mais rigorosa.

Apesar da divergência relativamente à fundação do mosteiro de Tart, os dois pontos convergem sob o entendimento de que, no início do século XII, a casa não aparentava ter ligações diretas com a Ordem de Cister, tendo sido estabelecida pela vontade do abade Harding. Apenas no final do século uma carta redigida pelo abade Guy de Cister, declarou Tart como “uma filha própria da casa cisterciense”³⁵ (Thompson, 1978, p. 230), oficializando o seu estatuto.

Este tipo de dinâmica, demonstra as ligações que os mosteiros femininos estabeleciam com os mosteiros masculinos, durante o século XII: mesmo que existisse alguma correlação entre os dois, antes do século XIII, as casas femininas não pertenciam oficialmente à Ordem, adicionalmente, existiam também comunidades de mulheres religiosas que, por vontade própria imitavam os costumes cistercienses, sem terem algum tipo de relação com Cister. Estes dois pontos indicam-nos que, por não existir uma regulamentação específica durante os primeiros anos da Ordem, o mosteiro de Tart (bem como alguns outros), usufruía de um “nível raro de autonomia”³⁶ (Freeman, 2013, p. 102), em conjunto com as suas afiliações que cresceram bastante até ao início do séc. XIII. Dentro das liberdades concedidas às casas femininas durante

³⁴ Trad. da autora.

³⁵ *Propria est filia domus cisterciensis*

³⁶ Trad. da autora.

o século XII, é de referenciar a permissão conferida às congregações de Tart e de Las Huelgas³⁷, para a organização dos seus próprios Capítulos Gerais, uma vez que, as abadessas não estavam autorizadas a estar presentes no Capítulo Geral decorrido em Cister.

Todavia, durante a primeira metade do século XIII, a situação das casas femininas começou a alterar-se devido ao aumento de incorporações e afiliações, e à integração oficial das monjas dentro da Ordem:

(...) no início da década de 1120, o bispo Jaques de Vitry sabia certamente da popularidade da Ordem de Cister para as mulheres: ele escreveu que a observância das freiras da Ordem de Cister se tinha multiplicado como as estrelas do céu, e que as freiras se estavam a transferir de outros mosteiros por forma a seguirem a melhor vida dos Cistercienses.³⁸ (Freeman, 2013, p. 102)

De acordo com Elizabeth Freeman (2013), muitas das novas fundações femininas, datadas do século XIII, foram levadas a cabo por mulheres da monarquia e da nobreza (muito à semelhança daquilo que se vai observar no contexto português). De facto, a realidade das fundações dos mosteiros femininos e a forma como estes se integraram oficialmente dentro da Ordem, dependeu de diversos outros mecanismos de suporte. Relativamente a este tema, a autora afirma que “estaremos melhor se aceitarmos a falta de homogeneidade nos assuntos das monjas de Cister e examinarmos as variadas evidências e os critérios por forma a perceber se um mosteiro feminino pertencia à Ordem de Cister”³⁹ (p.103), referindo-se a documentos papais e episcopais, e registos encontrados em mosteiros cistercienses, que masculinos ou femininos.

Semelhantemente, é igualmente necessário ter em consideração que não é possível falar em uniformidade da observância da Regra no que concerne aos mosteiros femininos, pois, esta diverge da dos mosteiros masculinos, podendo mesmo variar dentro das diferentes casas das monjas cistercienses, dependendo, entre outros fatores, da condição social em que se inseriam, que, por sua vez, variava bastante (Croix Bouton, 1995).

³⁷ O mosteiro de Las Huelgas, fundado em 1187 por Afonso III de Castilha, “seems to have been the earliest nunnery to put forward, from its foundation, vigorous claims to be Cistercian.” (Thompson, 1978, p. 237).

³⁸ No original: “(...) in the early 1120s Bishop Jaques de Vitry certainly knew about the popularity of the Cistercian Order for women: he wrote that the observance of the nuns of the Cistercian Order had multiplied like the stars of heaven, and that nuns were transferring from other monasteries in order to lead the better life of the Cistercians.”. A tradução é da autora.

³⁹ No original: “we are better served if we accept the lack of homogeneity in Cistercian nunnery affairs, and examine various pieces of evidence and criteria in order to establish that a nunnery was a member of the Cistercian Order.”. A tradução é da autora.

Tal como nos mosteiros masculinos, o dia-a-dia das monjas cistercienses centrava-se à volta da liturgia e do trabalho manual. À semelhança dos monges, estas também aprendiam a ler e escrever por forma a puderem celebrar o Ofício Divino (as oito horas litúrgicas), outras atividades litúrgicas, como a missa e procissões (necessitando do apoio de um padre, visto que uma mulher não podia ser responsável por dar a missa), bem como, dependendo do mosteiro (caso este detivesse um *scriptorium*⁴⁰) para terem a capacidade de copiar os manuscritos. A natureza do trabalho manual desempenhado pelas monjas cistercienses durante o século XII que, na sua grande maioria, se baseava na agricultura e no cultivo dos campos, sofreu algumas alterações após a entrada no século XIII devido ao reforço da regra sobre a clausura. Devido à falta de normas e delimitações concretas que estiveram presentes durante a primeira centúria de formação dos mosteiros femininos, as monjas levavam as suas vidas de uma forma menos “controlada”, podendo-se deslocar livremente entre o precinto do mosteiro e os seus campos localizados para lá das suas paredes. De acordo com Jean de la Croix Bouton (1995), no século XIII, a clausura tornou-se bastante mais rigorosa, por isso, surgiu a necessidade de incorporar conversos nas comunidades femininas, habitando em casas localizadas fora do precinto do mosteiro e tinham como função ocuparem-se da maioria dos trabalhos ocorridas nas parcelas mais distantes do mosteiro e, eventualmente, de praticamente todo o trabalho manual ocorrido fora do mesmo, visto que, a regra de clausura ficou ainda mais restrita, confinando as monjas a trabalhos de “interior”⁴¹, os quais incluíam atividades como costura e confeção de doces.

⁴⁰ “Lugar onde eram escritos e iluminados os manuscritos, num mosteiro ou catedral.” (Silva & Calado, 2005, p. 328).

⁴¹ No artigo *Roving Nuns nad Cistercian Realities: The Cloistering of Religious Women in the Thirteenth Century*, Erin L. Jordan (2012), alerta para a existência de uma crença de que a clausura dentro dos mosteiros femininos, era algo definitivo e caracterizante da sua forma de vida. À luz do ponto de vista de alguns historiadores, as monjas encontravam-se completamente proibidas de abandonarem o claustro, contudo, “examinations of the charters produced by Cistercian abbeys in Flanders demonstrates the frequency with which nuns, throughout the thirteenth century, not only left their abbeys to attend to monastic business but allowed men to enter the cloister for similar reasons” (p. 601).

2. A Comunidade Cisterciense em Portugal

A chegada da ordem de Cister ao território português é um tema incerto, que ainda levanta algumas questões, devido à falta de documentação que nos chegou desta época. Contudo, historiadores como Paulo Pereira, Maria Alegria F. Marques, Saul António Gomes, Maur Cocheril (monge cisterciense que dedicou grande parte da sua vida ao estudo da Ordem de Cister em Portugal), entre outros, afirmam que esta poderá ter tido origem com o estabelecimento dos monges brancos no mosteiro de São João de Tarouca, localizado no distrito de Viseu, onde se afiliaram a uma comunidade que já habitava previamente esse local⁴². O início da construção do mosteiro deu-se a 30 de junho de 1152, e a sua igreja foi consagrada em 1169 (Sousa et al., 2016), no entanto, os monges provindos da Abadia Cisterciense de Claraval, em França, ter-se-ão fixado nesse território em instalações precárias na década de 1140, fazendo do mosteiro de São João de Tarouca o primeiro mosteiro cisterciense masculino português.

Não obstante, o interesse pelo território português por parte dos monges da ordem de Cister, foi desde logo guiado por uma “intenção política agregada a questões de ordem espiritual, mas também de natureza estratégica” (Pereira, 2017, p. 286). São Bernardo (1090 – 1153), abade e fundador de Claraval, era também primo de D. Henrique de Borgonha (1066 – 1112), conde de Portucale e pai de D. Afonso Henriques (1109? – 1185). Estes laços familiares terão sido fundamentais e determinantes para que o primeiro rei de Portugal tenha decidido doar os seus coutos de Alcobaça aos monges de Cister, a 8 de abril de 1153, com a passagem da respetiva carta de couto⁴³ (Pereira, 2017). Estudos recentes apontam também para a influência que Bernardo de Claraval desempenhou na criação de Portugal enquanto reino. Aparentemente, devido à sua mediação, o Papa Inocêncio II (1081 – 1143), terá reconhecido a independência nacional e aclamado Dom Afonso Henriques de Borgonha como Rei de Portugal⁴⁴ (Pinheiro, 2019), iniciando assim a Dinastia Afonsina ou de Borgonha. Pondo isto, fica mais clara a razão

⁴² Segundo Saúl António Gomes (1998) e Bernardo Vasconcelos e Sousa et al. (2016), tratar-se-ia de uma abadia beneditina (p.10), no entanto, Maur Cocheril (1986), afirma que os monges cistercienses se tenham juntado a uma ordem de eremitas (p.32).

⁴³ ” Para as cartas de doação de terras às igrejas e mosteiros passou a reservar-se o sema Cartas de Couto, enquanto terra privilegiada se chamava Couto, sendo o donatário habilitado a cobrar certas prestações; por sua vez, os que dentro do perímetro do couto habitavam ficavam isentos da jurisdição régia e escudados da hoste, fossado, peitas e outras obrigações.” (Dias, 1996, p.4)

⁴⁴ Estatuto mais tarde confirmado pelo Papa Alexandre III, através do *Manifestus Probatum*, emitido em 1179.

pela qual, D. Afonso Henriques, terá decidido conceder o couto de Alcobaça, um dos maiores da Europa, à ordem de Cister.

“A Ordem de Cister foi uma das maiores destacadas instituições religiosas da história nacional, moldando mentalidades, animando cultural e educacionalmente, arroteando terras, explorando, produzindo, como pioneiros de povoamento (...) relevante no processo de afirmação do Reino de Portugal como entidade política autónoma.”⁴⁵

O seu legado histórico-cultural é igualmente muitíssimo relevante; desde a arquitetura, caracterizada pela sua simplicidade, funcionalidade, sobriedade e harmonia, que marcou o panorama arquitetónico medieval português; abrangendo a economia, tendo contribuído exponencialmente para o desenvolvimento da mesma a partir da agricultura, devido à introdução de novas técnicas agrícolas; até à cultura e educação, contribuindo para a disseminação do conhecimento, ao copiarem e preservarem diversos manuscritos.

Em Portugal, a Ordem de Cister estabeleceu-se, principalmente, na região entre o Douro e o Tejo – registando-se, entre os primeiros, os mosteiros de São João de Tarouca, São Cristóvão de Lafões e Santa Maria de Salzedas -, expandiu-se, posteriormente a outras zonas no país, favorecendo, contudo, o Norte. Por se tratar de uma Ordem extremamente ligada à agricultura, estes procuravam fixar-se em locais favoráveis à sua principal atividade – a criação de granjas e gestão de territórios –, preferindo instalarem-se em lugares afastados dos grandes centros urbanos. Através do mapa elaborado por Dom Maur Cocheril em 1986, conforme apresentado no Anexo A⁴⁶, é possível conferir a disposição de todos os mosteiros cistercienses portugueses pelo território nacional.

2.1. O Ramo Feminino no contexto português

Se, tal como observado, o estudo global sobre os mosteiros femininos arrancou tardiamente, em Portugal, o contraste entre as duas vertentes – masculina e feminina – é ainda mais acentuado. Recorda-se, primeiramente, que se os historiadores e académicos apenas desenvolveram e expandiram os seus conhecimentos sobre o ramo monástico feminino a partir da década de 70 do século XX, em Portugal, apenas dez anos depois, no ano de 1986, no colóquio intitulado *A mulher na sociedade Portuguesa*, Maria Alegria F. Marques, defendia que “o seu estatuto está por fazer”, acrescentando que “o simples levantamento e os estudos

⁴⁵ Teixeira, 2012. Disponível em:

https://www.snpcultura.org/ordem_cister_heranca_cultural_portugal_europa.html.

⁴⁶ Anexo A. Mapa dos Mosteiros Cistercienses Portugueses.

das instituições monásticas está praticamente por fazer de forma criteriosa e sistemática, para quase todo o país” (p. 5).

Como relatado por Luís Miguel Rêpas (2021), anos mais tarde, no início da década de 90, a mesma autora – Maria Alegria F. Marques – acabou por fazer um levantamento “globalmente positivo” sobre o estudo da problemática cisterciense, refletindo também à cerca dos temas que importavam desenvolver, afirmando que “(...) há que fazer estudos monográficos sobre os mosteiros cistercienses portugueses, sua possível composição sociológica, suas áreas de influência, sua cultura e espiritualidade, há que estudar as relações das instituições entre si (...)” (Marques, 1992, citado por Rêpas, 2021, p. 23). Dito isto, o estudo do ramo feminino cisterciense, observou, de facto, um grande desenvolvimento a partir dessa data, sobretudo a nível académico, tendo sido desenvolvidas diversas dissertações sobre o tema.

No que concerne à fundação dos mosteiros cistercienses femininos dentro do contexto nacional, o século XIII, é dado como *o seu período* de estabelecimento, sendo igualmente a altura em que mais mosteiros femininos se formaram. De acordo com Dom Maur Cocheril (1986), antigo monge cisterciense e autor da obra *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, foram integrados na Ordem de Cister sete mosteiros femininos, dos quais, os três primeiros, intitulados de Mosteiro de Santa Maria do Lorvão – o qual, segundo Rêpas (2005), “se torna cisterciense por determinação pontífica, em 1211” (p. 65) -, Real Mosteiro de Santa Maria de Celas e Mosteiro de Santa Maria de Arouca – ambos “se assumem cistercienses na década de 1220” (Rêpas, 2005, p. 65) -, foram fundados por iniciativa das filhas de D. Sancho I (1154 – 1211): D. Teresa (1176 – 1250), D. Sancha (1180 – 1229) e D. Mafalda (1195 – 1256), respetivamente.

As rainhas, patronas destes espaços, escolheram – a certo ponto das suas vidas -, acolherem-se dentro das suas respetivas casas monásticas. Sem nunca tomarem o hábito ou professarem, mantiveram uma relação muito próxima das religiosas, vivendo de acordo com a Regra de São Bento e com os costumes cistercienses, deixando para trás uma vida de luxo que lhes era legítima por nascimento, inspiraram muitas das mulheres da aristocracia portuguesa que lhes seguiram os passos, amplificando o prestígio das casas religiosas a que estavam associadas (Rêpas, 2005).

Segundo Maur Cocheril (1986), as restantes casas femininas edificadas no século XIII são: o mosteiro de São Salvador de Bouças⁴⁷, “perto do Porto, filiado em 1224, foi suprimido muito cedo” (p. 33); o mosteiro de São Bento de Cástris, situado perto da cidade de Évora, foi filiado

⁴⁷ Deixado também, em testamento, a D. Mafalada, pelo seu pai D. Sancho I.

em 1275⁴⁸; próximo de Santarém, foi fundado o Real Mosteiro de Santa Maria de Almoester, em 1287, por D. Berengueira Aires, dama de honor da Rainha Santa Isabel⁴⁹; por fim, o último mosteiro a ser edificado durante o século XIII, foi o de Odivelas, em 1295, pela iniciativa régia de D. Dinis (1261 – 1325).

Depois deste período houve uma pausa na fundação de mosteiros femininos, que foi apenas interrompida no século XVI, com a integração oficial do mosteiro de Santa Maria de Cós na Ordem de Cister, afiliada pelo mosteiro de Alcobaça em 1530. Similarmente, durante esses anos (entre 1520 e 1530), foram estabelecidos outros dois mosteiros: um em Tavira, no Algarve, apelidado de Nossa Senhora da Piedade de Tavira – o mosteiro cisterciense construído mais a Sul de Portugal -; e outro em Vale de Madeiros, que, por não se ter conseguido desenvolver, foi suprimido poucas décadas mais tarde, em 1560, e sobre o qual pouco se sabe. Por fim, “a mais importante fundação feminina do século XVI” (p. 33), de acordo com Maur Cocheril, foi a de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, também conhecido como Convento de São Bernardo, foi fundado em 1518, contudo, as obras de construção começaram apenas em 1526 e, somente em 1533, é que este foi afiliado ao mosteiro de Claraval (Bucho, 1998).

No século seguinte, foram fundados dois outros mosteiros de monjas cistercienses: “o de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo em 1653, em Lisboa (...)” por concessão de D. João IV (Costa, 2013), “e o de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, em 1692, na Beira.” (Cocheril, 1986, p. 33), o último mosteiro da Ordem de Cister a ser construído em Portugal.

De uma forma geral, é possível concluir que o desenvolvimento do ramo feminino da Ordem de Cister em Portugal, se deveu, em grande parte, à contribuição da monarquia e da nobreza portuguesa, que auxiliaram na construção de novos mosteiros e, que por se integrarem dentro dela, fizeram com que esta florescesse e se multiplicasse dentro do contexto nacional.

⁴⁸ Data em que, “a superiora deste cenóbio, Domingos Soeira, obtém do Papa Gregório X autorização para integrar o pequeno mosteiro na Ordem de Cister.

⁴⁹ A qual, de acordo com Joaquim Luís Batalha (1996), “deu grandes esmolas para a fundação do Mosteiro e foi quem o mandou acabar” (p. 13).

II PARTE

3. Roteiro e Turismo Cultural

3.1. Turismo Cultural e Patrimonial

Em conformidade com os documentos de referência consultados, e como previamente expresso através do relatório *Estratégia Turismo 2027* (2017), o setor do turismo desempenha um relevante papel na economia portuguesa, responsável pelo total de 21,1 mil milhões de euros em receitas no ano de 2022 (travelIB, 2023). Um ano igualmente marcado pela aproximação aos resultados recorde pré-pandémicos, ultrapassando os valores de receitas turísticas de 2019 em 15,4% e os de 2021 em 109,7% (INE e Banco de Portugal, 2022). Demonstrando, desta forma, o aumento da procura turística a nível nacional, a partir da qual, está previsto um crescimento a nível económico para Portugal em 2023 (Aníbal, 2023).

Por forma a realizar uma análise das estatísticas de turismo - tema inerente ao setor do turismo cultural - que faça jus aos tempos atuais (já em recuperação após pandemia), optou-se por consultar o relatório intitulado *Estatísticas do Turismo - 2019*, elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), cujos dados são referentes ao ano enunciado, saltando os anos atípicos de 2020 e 2021, fortemente marcados pelos efeitos dos constrangimentos trazidos pela pandemia COVID-19.

Posto isto, no capítulo destinado à “oferta de ocupação do alojamento turístico coletivo”, mais concretamente na questão da hotelaria, o estudo informa sobre o crescimento das dormidas em todas as regiões. Marcando, como habitualmente, o Algarve (33,1% das dormidas totais), Área Metropolitana de Lisboa (25,2%) e Norte (13,9%) como os destinos mais procurados (comuns a todas as ofertas de alojamento turístico⁵⁰), e destacando um aumento na procura na região do Alentejo (+5,6%) (p.31).

No que respeita, concretamente, ao Turismo Cultural, a UNWTO (United Nations World Tourism Organization) adotou, em 2017, a seguinte definição:

“Tipo de atividade turística na qual a motivação essencial do visitante é aprender, descobrir, experienciar e consumir as atrações e produtos da cultura material e imaterial do destino turístico. Estas atrações e produtos representam um conjunto de traços distintivos de natureza material, intelectual, espiritual e emocional que caracterizam uma sociedade e que engloba as artes e arquitetura, o património cultural, o património gastronómico, a literatura, música, as

⁵⁰ Como, por exemplo, turismo no espaço rural e de habitação, alojamento local, parques de campismo, entre outras.

indústrias criativas e as culturas vivas com os seus modos de vida, sistema de valores, crenças e tradições⁵¹. (UNWTO, 2017)

De entre os sete segmentos do mercado de turismo europeu, destacados pelo *Center for the Promotion of Imports from developing countries* (CBI), o Turismo Cultural é, sem dúvida, o que detém uma quota superior, com uma dimensão global estimada em 949.48 biliões de dólares americanos (UNWTO, 2018). Sendo presumido, pela Organização Mundial de Turismo (OMT), que 37% dos turistas sejam praticantes de Turismo Cultural (Gratton e Richard, 1996, citado por Santos et al., 2012).

Em conformidade com as informações apresentadas pelo CBI, o “Património Tangível (Construído)”, que se refere a visitas a atrações culturais que envolvem o património construído, como um museu, ou uma estrutura arquitetónica realizada pelo Homem (CBI, s.d.) – como é o caso dos monumentos integrantes do roteiro cultural *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos* -, é um nicho do Turismo Cultural, extremamente ativo e que atrai um grande número de turistas.

Dentro do contexto nacional, a Direção-Geral do Património Cultural (*Estatísticas de visitantes dos Museus, Monumentos e Palácios da DGPC. 2022*), oferece uma ideia mais clara sobre a procura desse setor, registando 3 339 416 visitantes no ano de 2022⁵². No que concerne às visitas registadas nos mosteiros integrantes do roteiro cultural em questão, a informação estatística disponível apresenta-se de forma segmentada e descontínua. Os dados estatísticos sobre os visitantes, referentes ao ano de 2019⁵³, recolhidos pelo Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) apresentam apenas informações sobre o mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca, que recebeu cerca de 11 mil visitantes, e o mosteiro de Santa Maria de Celas, o qual registou apenas 300 visitantes.

Neste seguimento, o projeto que agora se apresenta, tem como objetivo a promoção do património cultural - focalizado no ramo feminino da Ordem de Cister -, favorecendo, simultaneamente, a descentralização turística – que vai ao acordo da *Estratégia Turismo 2027*

⁵¹ No original: “A type of tourism activity in which the visitor’s essential motivation is to learn, discover, experience and consume the tangible and intangible cultural attractions/products in a tourism destination. These attractions/products relate to a set of distinctive material, intellectual, spiritual and emotional features of a society that encompasses arts and architecture, historical and cultural heritage, culinary heritage, literature, music, creative industries and the living cultures with their lifestyles, value systems, beliefs and traditions”. A tradução é da autora.

⁵² De assinalar que se trata de um ano de recuperação pós-pandémico, pois o ano de 2019, registou mais 1 345 955 visitantes do que o anteriormente indicado.

⁵³ Alusivo ao período pré-pandémico, tendo em consideração que os dados de 2022 estão ainda a ser averiguados, e o ano de 2021 é considerado como um ano de recuperação.

-, contribuindo para um turismo mais sustentável, para o desenvolvimento económico dos territórios que abrange.

3.2. Oportunidades para os Roteiros Turístico-Culturais

O relatório Estratégia Turismo 2027, elaborado em 2017, com o intuito de proporcionar um quadro referencial estratégico para o Turismo em Portugal a longo prazo, informa, desde logo, que o setor do turismo é o principal motor da economia nacional:

“Queremos que a ET27 nos proporcione o aumento da procura turística no país e nas várias regiões e guie esse crescimento a um ritmo mais acelerado em receitas do que em dormidas, oferecendo assim também maiores benefícios para os agentes do turismo e para as populações locais, potenciando o efeito multiplicador do turismo enquanto motor de desenvolvimento económico-social local. (Turismo de Portugal I.P, 2017, p.2).

Assim confirmado como a maior atividade exportadora do país, pelos dados referentes ao ano de 2016, o qual “ficou marcado por resultados históricos” e pelo crescimento do turismo “em todas as regiões e ao longo de todo o ano” (p.6), a Estratégia Turismo 2027, visa – a propósito e apesar do sucesso passado - preparar o futuro e, com isso, “afirmar o turismo como *hub* para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo.” (p.6).

Para tal, define cinco eixos estratégicos: valorizar o património, impulsionar a economia, potenciar o conhecimento, gerar redes e conectividade, e projetar Portugal. Entre estes, destaca-se o primeiro, cuja linha de atuação se reflete no “usufruto do património histórico-cultural e preservação da sua autenticidade (...)” (p.4).

Enquanto roteiro cultural, cujos recursos patrimoniais materiais se estendem pela maioria do território nacional, o projeto *Os Segredos dos Mosteiros Femininos Cistercienses*, surge como uma proposta que reflete, em parte, os objetivos do plano estratégico para o Turismo Nacional – tendo em consideração, que um dos seus objetivos se prende com a promoção e valorização do património cultural material referente ao ramo feminino da Ordem de Cister -, bem como, alguns dos seus “10 desafios para um estratégia a 10 anos” (p.38). No que concerne aos últimos, sublinha-se os seguintes pontos: coesão, turismo todo o ano, inovação e sustentabilidade.

Como referido previamente, o roteiro em construção no presente trabalho, concilia bens patrimoniais já existentes que se prolongam por mais de metade do território nacional. Neste sentido, o projeto em questão, tem a potencialidade de alargar a atividade turística descentralizando-a das grandes zonas urbanas, contribuindo, conseqüentemente, para a coesão

social e para um turismo mais sustentável, concretizável em qualquer altura, assegurando a “preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural e da identidade local (...)” (Turismo de Portugal I.P, 2017, p. 38).

Adicionalmente, o presente projeto vem, de uma forma original, preencher a ausência de uma atividade cultural dedicada exclusivamente aos mosteiros cistercienses femininos e, de forma geral, à Ordem de Cister, visto, de momento, não existir - em prática - nenhum roteiro oficial sobre o mesmo. Note-se que, em abril de 2022, na IV edição do Encontro Internacional de Abadias Cistercienses, foi anunciado a criação do projeto *Rota Cisterciense de Portugal* a qual, de acordo com o Jornal Económico (s.d.)⁵⁴, propõe-se a “valorizar o património material e imaterial legado pela Ordem de Cister para a ligação das mais de duas dezenas de Mosteiros que ainda existem no país”.

Muitos turistas saberão identificar o mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e a sua importância para o reino de Portugal, contudo, torna-se igualmente relevante compreender o impacto que as casas femininas detiveram, não para a constituição do reino, mas para a sociedade da época. Por conseguinte, este pretende, da mesma forma, complementar a oferta cultural já existente, incorporando uma nova temática definida como “o papel da mulher na sociedade portuguesa da Idade Média à Modernidade”, ainda que focalizada no nicho específico da espiritualidade cisterciense.

A importância da criação de roteiros turísticos, nas suas diversas tipologias, é discutida mais pormenorizadamente na tese de doutoramento de Carlos Manuel Mota (2020), na qual o autor defende o possível impacto dos mesmos nas áreas rurais, e o seu eventual contributo para o desenvolvimento económico de cada região. Não obstante, as oportunidades para os roteiros turístico-culturais por Mota apresentados, vão muito ao encontro das destacadas previamente. Ainda que estas possam variar de acordo com a região em que se inserem, cultura e recursos disponíveis (sejam esses pré-existentes ou criados para determinado objetivo), partilham algumas similaridades. Salienta-se, então, o crescimento do turismo cultural; a diversidade dentro do turismo, que pode, ou não, estar diretamente relacionada com a inovação e tecnologia aplicada à melhoria da experiência dos turistas; a sustentabilidade; e o enaltecimento do património histórico-cultural, material ou imaterial.

De acordo com o estudo *Segmentação das rotas turísticas em Portugal Continental – Uma análise de clusters* (Mota & Gonçalves, 2022), no qual foram identificadas 84 rotas presentes

⁵⁴ *Mosteiro de Alcobaça recebe IV Encontro Internacional de Abadias Cistercienses*, disponível em: <https://jornaleconomico.pt/noticias/mosteiro-de-alcobaca-recebe-iv-encontro-internacional-de-abadias-cistercienses-874731/>.

no território continental português, verificou-se, relativamente à tipologia de rota - a qual “admitia a seleção simultânea de várias opções” (p. 143) no questionário -, que o tema do património era o mais recorrente (com 53 respostas), seguindo-se as rotas culturais – tema fulcral ao presente trabalho de projeto - (com 46 respostas)⁵⁵. Num universo que compreendia, na sua totalidade, 160 menções, as duas tipologias indicadas previamente, correspondem a 99. Delimitando, desta forma, a sua preponderância.

⁵⁵ Seguidas pelas rotas dos vinhos e gastronomia (ambas com 18 respostas), “outras” (com 14 respostas), e, por fim, pelas religiosas (com 11 respostas).

4. *Storytelling* como ferramenta para o Turismo

Porque o património cultural é construído por uma comunidade, não existe apenas uma história; também, partilhar memórias através de *storytelling* ajuda a fornecer um sentido de identidade e unifica populações. (Walker, 2010, citado por Basabora et al., 2019, p.14)⁵⁶

O ensaio *Storytelling and cultural tourism. Valorisation of past identities*, da autoria de Brunilda Ličaj e Leida Matja (2015), apresenta um argumento semelhante ao exposto no parágrafo a cima. As autoras afirmam que o *storytelling* – ou o ato de contar histórias através de uma narrativa – é uma questão de participação que faz uso de diversas histórias culturais e patrimoniais e, por isso, trata-se de uma ferramenta extremamente valiosa, capaz de comunicar e transmitir informações e conhecimentos de uma forma imensamente eficaz. Uma vez que, utilizada de forma correta e apropriada, uma narrativa bem contada tem o poder de ser facilmente compreendida e recordada durante muito tempo. Adicionalmente, a ferramenta do *storytelling* pode ainda auxiliar no reforço da identidade de um destino/local, facilitando a coerência e a inclusão.

Ličaj e Matja argumentam ainda sobre a existência de diversos tipos de narrativas, podendo essas ser focadas em lendas com elementos sobrenaturais, contos populares (folclore), ou acontecimentos históricos; afirmando que “*storytelling* é um meio de comunicação que fornece um conjunto de vozes em torno de um evento ou objeto. Este tem sido o caso desde a evolução da humanidade, de uma forma ou de outra (...)”⁵⁷ (p.280).

De entre as várias tipologias que as autoras abordam no seu estudo – *storytelling* em museus e *storytelling* enquanto ferramenta pedagógica -, interessa destacar, no contexto do presente trabalho, o *storytelling* digital. Esta trata-se de uma ferramenta que une a(s) narrativa(s) com conteúdo digital, podendo esse ser fotografias, vídeos ou áudios. A presente tem a capacidade de tornar os recursos patrimoniais mais atrativos para os visitantes; fortalecer a conexão emocional entre visitante e objeto de estudo (no presente caso, os mosteiros integrantes no roteiro cultural); e de oferecer uma nova e inovadora experiência que permite ao visitante imergir-se dentro dos espaços onde decorrem as atividades, bem como nos conteúdos que lhes estão a ser passados.

⁵⁶ No original: “Because cultural heritage is constructed by a community, there is not a single story; also, sharing memories through storytelling helps to provide a sense of identity and unifies people”. A tradução é da autora.

⁵⁷ No original: “Storytelling is a medium which provides an array of voices around a singular event or object. This has been the case since the evolution of mankind, in one form or another (...)”. A tradução é da autora.

Enquanto ferramenta para o setor do turismo, o *storytelling* tem o poder de transformar experiências, concedendo ao visitante vivências significantes e evolutivas. Mina Jo, Jaebin Cha, Jisong Kim (2022), autores do artigo *The Effects of Tourism Destinations Brand Value, Love Marks and Relationship Strength in South Korea*, apresentam a seguinte definição do tema em questão:

No setor do turismo, o *storytelling* é o processo de criar um valor partilhado (nova história) através da interação de todo um processo de descoberta, experiência e partilha de histórias. O *storytelling* satisfaz o desejo dos turistas por um valor específico e impressiona profundamente o destino. O *storytelling* ligado ao turismo reconhece humanos enquanto seres de interação e é definido como um sistema semântico criado por destinos turísticos e turistas, focando-se nas histórias que envolvem as atrações turísticas.⁵⁸ (Jo et al., 2022, p.16)

⁵⁸ No original: “In the tourism sector, storytelling is the process of creating shared value (new story) while interacting through the entire process of discovering, experiencing, and sharing stories. *Storytelling* satisfies tourist’s desire for specific value and deeply impresses the destination. Tourism storytelling recognizes humans as interacting beings and is defined as a semantic system created by tourist destinations and tourists, focusing on the stories surrounding tourist attractions.”. A tradução é da autora.

III PARTE

5. Proposta do projeto: Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos

O desenho e a proposta de um roteiro cultural compreendem, primeiramente, uma análise, pesquisa e estudo sobre os locais de passagem a integrar dentro de determinado projeto – podendo este ser construído a partir de recursos pré-existentes, ou não -, tendo em consideração uma temática ou um denominador comum que os una (Mota, 2013).

O roteiro cultural intitulado *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, é composto por nove recursos monásticos portugueses, que se encontram espalhados por todo o território continental português, numa extensão total de 915 km, que atravessa o país de norte-sul e litoral-interior, albergando todas as suas regiões com a exceção do Algarve. Devido à elevada complexidade do acesso aos monumentos⁵⁹ integrantes deste roteiro a partir de meios de transporte públicos coletivos, este foi, desde logo, pensado para ser realizado a partir de transporte pessoal individual.

O percurso recomendado será discutido com mais afinco no capítulo seguinte, contudo, é importante reforçar que este se trata de um itinerário aberto, na medida em que foi um produto desenhado tendo em consideração o tipo de turista que tem como preferência a organização da sua própria viagem, por oposição àquele mais dependente das operadoras de turismo e agências de viagens. Neste sentido, apesar de existir uma proposta de um itinerário, os visitantes são livres de construir o seu próprio roteiro, a partir dos recursos apresentados e disponibilizados, sem que o produto final fique comprometido.

No que concerne ao acesso (entrada) e mediação das visitas, está previsto a criação de uma parceria entre o presente projeto e as entidades responsáveis pelos demais monumentos. Desta forma, fica assegurada a cedência dos recursos patrimoniais onde decorrerá o projeto, tal como, a abertura das portas dos mosteiros (nos casos aplicáveis) feita pelos cuidadores dos mesmos, responsáveis pela custódia das chaves⁶⁰. Adicionalmente, complementarmente ao produto oferecido, que passa pela criação de uma série de narrativas – *storytelling* – focalizadas na

⁵⁹ De um ponto de vista da localização, por se encontrarem em locais isolados; bem como, devido à toda a extensão do roteiro.

⁶⁰ É necessário ter em consideração de que, no caso dos monumentos encerrados ao público, ou seja, sem um horário fixo de abertura, existe a necessidade de marcação prévia para a realização das visitas. Informações sobre os diversos mosteiros (contactos, morada, condições de acesso, entre outros), ficaram disponibilizados na página web e na app do roteiro. No presente trabalho, estas podem ser encontradas no Anexo B, que contém as fichas técnicas dos monumentos.

temática do ramo feminino da Ordem de Cister, acessíveis por meio de QR Codes a serem implementados nos diversos complexos monásticos, os quais levam os visitantes à descoberta da vida quotidiana das mulheres que habitavam estes espaços; através da parceria mencionada, seria possível manter uma mediação mais centrada na história fundacional e arquitetónica dos monumentos, dada atualmente (maioritariamente) pelos cuidadores dos mesmos.⁶¹

5.1. Recursos Monásticos

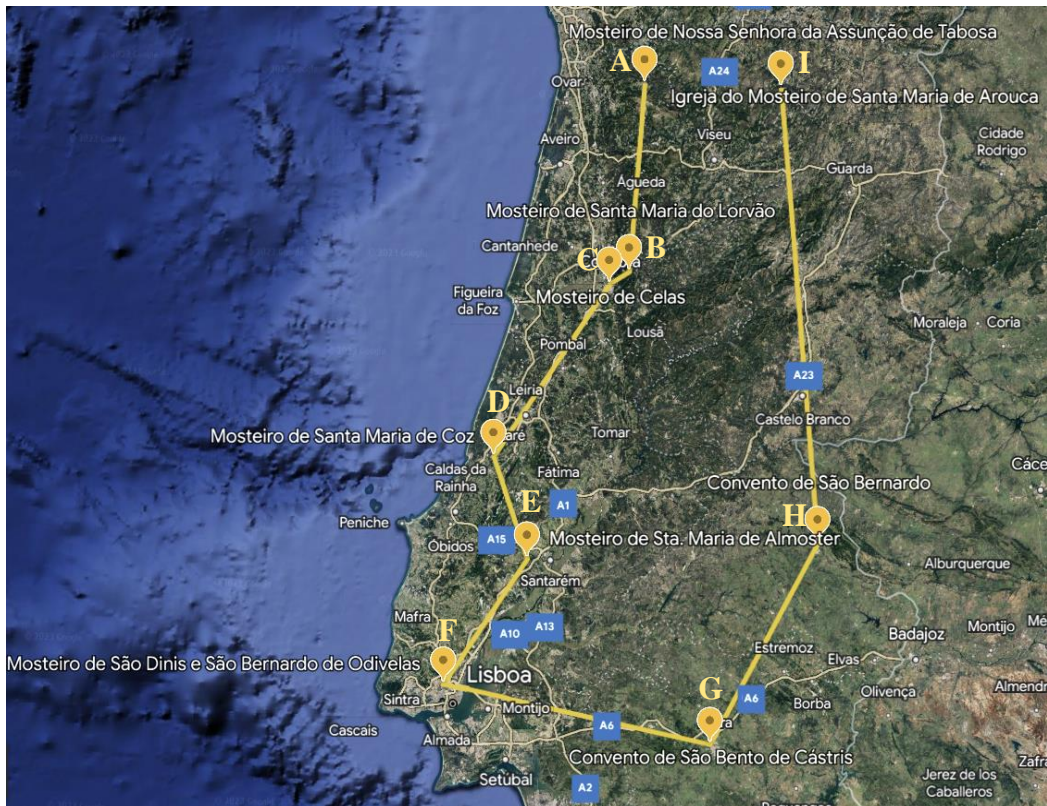


Figura 3. Itinerário Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos. Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora.

O roteiro é composto por nove pontos de passagem, os quais foram identificados com letras de A a I (figura 3). A execução completa deste itinerário tem a duração aproximada de quatro dias⁶². Apesar da presente proposta de itinerário iniciar com os três primeiros mosteiros cistercienses femininos portugueses (pontos A a C), esta não acompanha uma linha historicamente sequencial.

⁶¹ A qual, caso concretizável, decorreria antes das atividades do presente projeto.

⁶² A presente duração foi calculada utilizando a ferramenta online *Google Maps*, que tem a capacidade de indicar a duração média de uma viagem no momento da pesquisa, podendo esta alterar-se por motivos alheios à proposta do percurso. Adicionalmente, não foram tidos em consideração paragens adicionais – como pontos de interesse ou outras interrupções necessárias ao visitante. Uma proposta mais detalhada pode ser encontrada na pág. 46.

Atendendo a um dos principais objetivos do projeto, que consiste em abordar de forma distinta as monjas de Cister, o roteiro foi delineado a partir de um conjunto de narrativas – *storytelling* – que levarão o visitante a entrar nos quotidianos das monjas. Propõe-se como início o Mosteiro de Arouca.

Fazem parte deste roteiro os seguintes monumentos⁶³:

A – Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca;

B – Mosteiro de Santa Maria de Lorvão;

C – Real Mosteiro de Santa Maria de Celas;

D – Mosteiro de Santa Maria de Cós;

E – Mosteiro de Santa Maria de Almoester;

F – Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas;

G – Mosteiro de São Bento de Cástris;

H – Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição;

I – Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa.

5.2. A Narrativa, elemento essencial para a construção do Roteiro

De acordo com os objetivos do presente trabalho de projeto, previamente enunciados, é pretendido, através deste, a elaboração de um roteiro cultural, original e imersivo, cuja temática se centra no ramo feminino português da Ordem de Cister, com o intuito de apelar para a valorização do papel da mulher na sociedade medieval e moderna.

Nesta perspetiva, para a realização do roteiro *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, optou-se pela criação de variadas narrativas sobre o tema em questão, que relatam as vidas das mulheres de Cister. Esta escolha não foi, contudo, inconsequente, pois, a utilização da ferramenta do *storytelling* tem a capacidade de cativar e imergir os visitantes numa experiência cultural. Através da quebra da barreira temporal tem, igualmente, a habilidade de aproximar o turista ao sujeito histórico.

Neste ponto, serão expostas as narrativas relativas aos distintos mosteiros cistercienses femininos, presentes no presente roteiro, bem como, os diferentes temas a serem abordados em cada um deles:

⁶³ As fichas de caracterização individual de cada monumento estão disponíveis no Anexo C.

5.2.1. Quais as razões que levavam as mulheres a recolherem-se dentro da vida monástica?

As razões que levavam mulheres e raparigas a juntarem-se à Ordem de Cister eram inúmeras, contudo, entre as que existiam, é possível destacar os seguintes motivos:

1. Vontade e fervor espiritual;
2. Falecimento ou autorização do esposo para o recolhimento espiritual. Muitas mulheres, quando atingiam uma certa idade ou acreditavam ter cumprido o seu dever matrimonial pediam esse consentimento, querendo passar o resto das suas vidas ao serviço de Deus;
3. Famílias com múltiplas filhas que, por não terem meios de pagar dotes avantajados para todas elas, encaminhavam-nas para a vida espiritual, o qual era, simultaneamente, um caminho muito respeitado pela sociedade;
4. Segurança financeira e possibilidade de receberem uma educação;
5. Tradições familiares. Era extremamente comum existirem laços familiares dentro dos mosteiros, irmãs, tias e sobrinhas habitavam, por vezes, o mesmo complexo monástico criando, em alguns casos, linhagens de abadessas e prioresas. O que leva ao ponto seguinte;
6. Estatuto social. O estatuto social de uma família podia aumentar caso um membro feminino da mesma se juntasse a um mosteiro, ainda mais se essa monja conseguisse alcançar os cargos mais elevados, visto serem consideradas membros altamente reverenciados na sociedade.

Narrativa: A narrativa criada para o Mosteiro de Santa Maria de Cós, segue a história de uma jovem chamada Leonor Bernardes. Filha de influentes membros da alta burguesia, foi comprometida em casamento pelos seus pais, na expectativa de realizarem uma vantajosa aliança através do matrimónio. Surge o problema, o homem a quem comprometeram a sua filha é muito mais velho do que ela e, quando Leonor descobriu a verdade sobre o seu futuro esposo, ficou devastada. Ainda para mais, Leonor teria conhecido previamente um belo jovem por quem se apaixonou e, por isso, anunciou a seu pai que se recusava casar.

Após esta revelação, o seu pai ficou tão aborrecido que decidiu colocá-la no mosteiro de Cós, no qual Leonor teria de viver em completa clausura, sem qualquer contacto com o mundo exterior.

5.2.2. A hierarquia e as diferentes funções dentro dos mosteiros da Ordem de Cister.

Os mosteiros da Ordem de Cister encontravam-se internamente organizados por um sistema hierárquico, que se pode sistematizar através do seguinte gráfico:

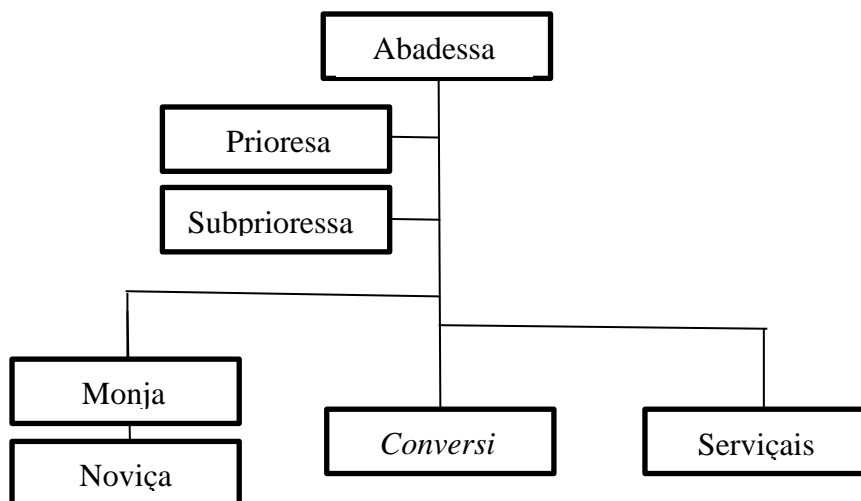


Figura 4. Sistema hierárquico de um mosteiro cisterciense feminino.

Fonte: Elaborado pela autora.

Narrativa: A narrativa presente no Real Mosteiro de Santa Maria de Celas pretende identificar, explorar e dar a conhecer as diferentes responsabilidades e funções desempenhadas pelas monjas de Cister⁶⁴.

Invertendo um pouco os papéis, a narração será feita a partir do ponto de vista de uma criada chamada Teresa Esteves, que explicará aos visitantes os variados cargos desempenhados dentro de uma comunidade monástica cisterciense.

5.2.3. O dia-a-dia das monjas da Ordem de Cister.

O presente tema pretende explorar o dia-a-dia de uma monja cisterciense, abrangendo tópicos como:

1. O Ofício Divino, as oito horas litúrgicas sobre as quais os dias eram organizados e planeados;
2. A natureza do trabalho manual desempenhado pelas monjas, entre as quais se destacam atividades como jardinagem, cultivo dos campos, elaboração de roupa e ornamentação

⁶⁴ Algumas das funções desempenhadas pelas monjas compreendiam: mestre de noviças, copista, iluminadora, cantora, porteira, responsável pela enfermaria e ajudantes, responsável pela hospedaria, responsável pelo refeitório, entre outras.

de vestuário através de bordado (utilizado principalmente para decorar estatuária de Santos ou toalhas de altar), confeção de doces, bem como de outros produtos que poderiam ser necessários para a comunidade, e a cópia e iluminação de manuscritos;

3. A dieta cisterciense, em que é que consistia a alimentação dentro de um mosteiro da Ordem de Cister, quais eram os alimentos autorizados para consumo pela Regra de São Bento⁶⁵ e quantas vezes por dia eram realizadas refeições.

Narrativa: Neste sentido, a narrativa contruída com base no tema descrito acima, decorrerá sobre o ponto de vista de Alda Maria Peres, uma monja cisterciense do Mosteiro de Santa Maria do Lorvão, que, através dos áudio-guias, contará ao visitante como decorriam os seus dias, desde a madrugada até ao por do sol, integrando na sua narração todos os tópicos anteriormente mencionados.

5.2.4. A doçaria conventual e as monjas de Cister.

A doçaria conventual é um traço identitário da gastronomia portuguesa, tendo florescido e evoluindo, maioritariamente, dentro dos conventos e mosteiros femininos a partir dos séculos XV e XVI.

Não obstante, a despeito da datação associada ao desenvolvimento dos doces conventuais, será interessante recuar no tempo e compreender, de forma geral, quais foram os acontecimentos histórico-culturais que culminaram na criação destes doces. Neste sentido, conhecer a história do açúcar e as suas origens demonstrar-se-á muito interessante.

Apesar da frequente associação da proveniência do açúcar à descoberta do Brasil no século XVI, por aí se ter estabelecido uma base económica muitíssimo grande e importante, com foco na cana-de-açúcar, a verdade é que, este já chegava à Europa desde o século XI, a partir do Médio-Oriente. Sendo que, “em Portugal a primeira referência que se conhece ao açúcar data de 1339”, com a Madeira a tornar-se, posteriormente, “um dos grandes centros de produção europeus”⁶⁶. Contudo, este foi primeiramente utilizado na medicina, aconselhado para “situações inflamatórias e administrado para sarar feridas” (Saramago, 1993, p. 13),

⁶⁵ De acordo com Burton e Kerr (2011), foi apenas no séc. XV que o Capítulo Geral autorizou o consumo (moderado) de carne, no entanto, não era permitido que esta fosse servida no refeitório. Por essa razão, os mosteiros passaram a ter uma nova divisão, uma pequena sala apelidada de “misericórdia”, na qual o consumo de carne era consentido. Fora isso, a alimentação cisterciense era, maioritariamente, vegetariana (com a exceção do consumo de peixe, que era bastante comum).

⁶⁶ (Paulino, 2017). Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-historia-do-acucar/>.

percorrendo o seu caminho até chegar à cozinha quanto especiaria, sendo igualmente associado a um sinal de riqueza.

Séculos mais tarde, com a maior divulgação do açúcar, a confeitaria doceira atingiu a notoriedade dentro dos conventos e mosteiros femininos. Os motivos do seu fabrico são alvo de algum debate. Há quem defenda que as monjas produziam estes doces para depois os vender às demais comunidades através das portas giratórias (por forma a evitarem o contacto com o mundo exterior). No entanto, sabe-se que este não seria de todo a sua maior fonte de rendimento, por isso, apesar da possibilidade da venda dos doces, esta não seria feita, certamente, com a preocupação de fazerem mais dinheiro.

O que na realidade poderá ter tido um maior peso na confeitaria dos doces, terá sido as fortes ligações que os mosteiros detinham com a monarquia e com a nobreza, recebendo por variadas vezes a visita de reis, rainhas, senhores e senhoras, que se acomodavam dentro do recinto dos mosteiros, no espaço dedicado à receção de convidados. Com isto, as monjas teriam a necessidade de cozinhar para aquele que seria, em grande parte, os seus patronos, oferecendo-lhes em conjunto com as refeições os chamados “mimos”, que seriam, então, os doces por elas produzidos”.

Narrativa: A narrativa alusiva ao Mosteiro de Santa Maria de Almoester, encontra-se focada numa história sobre a doçaria conventual, tendo por base a lenda do doce mais conhecido do mosteiro e da região: os arrepiados de Almoester.

A história tem como protagonista uma jovem chamada Ana, que se juntou ao mosteiro em busca de orientação e por ser extremamente devota. Pouco tempo após a sua chegada, as monjas aperceberam-se dos seus incríveis dotes culinários selecionando-a para ajudar na confeitaria dos doces. Enquanto trabalhavam juntas, as monjas compartilhavam histórias e experiências de vida, partilhando também as suas receitas favoritas, bem como os seus segredos.

Num determinado dia, as monjas estavam-se a preparar para receber uns fidalgos. Entre a azáfama dos preparativos, uma das monjas demonstrou a sua preocupação, alertando as restantes: “As clarissas (monjas do mosteiro de Santa Clara) fazem uns bolos muito bons”, ao qual Ana respondeu prontamente: “Não se preocupem! Iremos fazer uns bolos tão bons que os senhores ficarão arrepiados!”. Nasceu então, os Arrepiados de Almoester, uns bolos feitos a partir de amêndoa, açúcar, ovos e uma pitada de canela.

5.2.5. As Abadessas. Eleições e responsabilidades.

As abadessas eram o equivalente aos abades dentro dos mosteiros femininos, isto é, eram a autoridade máxima dentro dos complexos monásticos em que habitavam. As suas responsabilidades eram várias; para além de estarem encarregues de manter a disciplina comandando com paixão e amor, assegurando, simultaneamente, autoridade e a ordem garantindo uma gestão eficiente de todo o mosteiro, tinham como missão proteger as almas das suas monjas, auxiliando-as a alcançar a Salvação Divina.

Ao contrário do que decorre na monarquia hereditária⁶⁷, na qual o monarca nasce dentro do papel que tem de vir a desempenhar, nos mosteiros cistercienses, a autoridade máxima era eleita por meio de votação. Nesse sentido, estes eram espaços que funcionavam através de uma organização democrática, ainda que, por vezes, esse sistema pudesse estar suscetível a interferências interiores ou exteriores.

Regra geral, o papel de abadessa era vitalício, apenas após a sua morte é que se planearia uma nova eleição. Contudo, não era de todo incomum que uma abadessa renunciasse ao seu cargo por motivos diversos, tais como, doença ou incapacidade. Uma abadessa poderia, até mesmo, ser afastada do cargo pela sua comunidade por não estar a desempenhar um bom trabalho. Chegado o momento de eleger uma nova representante, as monjas apontavam os nomes das mulheres, que, segundo elas, seriam as mais acertadas para o cargo, podendo essas ser integrantes do mosteiro no qual se está a realizar a presente seleção ou, por vezes, monjas de outros mosteiros da Ordem de Cister⁶⁸. O único “pré-requisito”, seria que as monjas eleitas tivessem, no mínimo, trinta anos de idade.

Narrativa: Tendo em vista o tema apresentado acima, a protagonista referente à narrativa do Mosteiro de Santa Maria de Arouca (um dos mais ricos e prepotentes mosteiros portugueses), será D. Berengária Fernandes de Veire, uma monja provinda de uma família altamente influente e poderosa.

O seu irmão mais velho, herdeiro do legado da família e um homem extremamente ambicioso, deseja aumentar, ainda mais, o prestígio da sua família. Por isso, quando a sua irmã lhe escreve a contar que a abadessa do mosteiro de Arouca abandonou o mosteiro tendo sido

⁶⁷ Que excluí as monarquias eletivas, tal como a do Sacro Império Romano-Germânico.

⁶⁸ O ditado português “são favas contadas” surge aqui com especial interesse. Não existindo papel nesta época, e sendo as suas alternativas (como o pergaminho) bastante dispendiosas para utilizar uma única vez e descartar de forma imediata, eram utilizadas favas – pintadas de branco e de preto – para votar. No final da contagem dos “votos”, que eram depositados em urnas, vencia a monja que tivesse mais favas brancas dentro da sua caixa.

excomungada, começou imediatamente a elaborar um plano para se certificar de que a sua irmã seria a nova abadessa. Para tal, persuadiu a sua sobrinha Margarida de Veire, que também comungava no mosteiro de Arouca, a escrever ao Papa para o informar de que Violante Castro, uma das candidatas a ser abadessa, teve filhos fora do matrimónio antes de ingressar dentro da Ordem e, por isso, não é digna no cargo.

5.2.6. Transgressões e castigos.

A ideia mais consensual partilhada pela maioria das pessoas sobre monjas, é que estas seriam mulheres reservadas, extremamente religiosas, e, por se encontrarem ao serviço de Deus, comportar-se-iam com uma ótima conduta e com um senso de decoro elevado. Ora, realisticamente, a vida dentro dos mosteiros não sucedia bem assim. Estamos, de certa forma, condicionados a pensar que estas mulheres vivam uma vida completamente separada do mundo exterior, no entanto, estudos mais recentes⁶⁹, têm vindo a demonstrar que a clausura das monjas era, por vezes, interrompida, maioritariamente por questões de gestão do complexo monástico. Devido a necessidades dessa natureza, a abadessa (acompanhada por outras monjas) teria, ocasionalmente, de se ausentar do mosteiro; paralelamente, estas também recebiam dentro dos seus mosteiros a visita de homens, uma vez que, segundo a Regra de São Bento, não tinham a permissão para realizar todas as funções necessárias para o bom cumprimento da Regra (como a comemoração da missa, que tinha de ser realizada por um padre).

No contexto português, sabe-se que os reis D. Dinis e D. João V, possuíam amantes dentro do mosteiro de Odivelas - sendo a mais famosa a Madre Paula de Odivelas (1701-1768), amante do último -, a quem prestavam favores e concediam regalias especiais. Através destes relatos percebemos que, apesar de religiosas, as monjas não eram “santas”, nem agiam sempre conforme ao que era esperado da Regra e da Ordem.

Neste sentido, para determinadas alturas em que as monjas não cumpriam com os valores aos quais se tinham comprometido quando ingressaram a vida monástica, a abadessa do mosteiro – responsável pela disciplina -, teria de intervir, castigando as desobedientes e que cometiam infrações.

A maioria das transgressões realizadas tratava-se de pequenas ofensas, como por exemplo: chegar atrasada, ser gluttona, falar quando não é suposto ou adormecer durante as celebrações. Cada ofensa recebia um castigo apropriado à sua gravidade, que, no presente caso, se iriam refletir em ter de fazer jejum, flagelação ou abdicção de certos privilégios. Agravos mais

⁶⁹ p. ex. (Jordan, 2012).

sérios, como o assassinato, abandono ou renúncia da crença religiosa e desprezo pela Ordem e pela Regra de São Bento, tinham, conseqüentemente, sentenças mais pesadas. Nestes casos, as monjas poderiam ser presas numa cela, ou feitas prisioneiras num outro mosteiro. Já o tempo de clausura, dependia totalmente da seriedade da ofensa cometida, podendo mesmo ser para toda a vida.

Narrativa: Em correlação com o tema descrito, a narrativa presente do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, segue uma jovem monja chamada Urraca Anes Peixoto que, castigada por ter engravidado, ficou encarcerada durante dois anos, sem nunca ter conseguido ver o seu bebé.

5.2.7. A música sobre a virtude do silêncio

Entrar dentro da vida religiosa cisterciense, implicava por parte das mulheres que deixavam o mundo exterior e se entregavam à espiritualidade, um corte radical com hábitos quotidianos e mundanos que deixavam de ter lugar dentro destes complexos monásticos.

Uma das práticas drasticamente alteradas, era o da conversa banal, substituído nos mosteiros pelo silêncio “sinónimo de paz interior e forma de contemplação” (Lessa, 2016, p. 28). Desta forma, o silêncio – utilizado para dialogar com Deus através de oração interior e de uma maior perceção aos sons naturais por Ele criados – deu lugar a louvores Divinos. Num ambiente em que as regras sobre o silêncio eram extremamente apertadas e a licença da fala regrada, a música e o cântico ocupavam grande parte do quotidiano das monjas, sendo uma importante parte do serviço musical litúrgico. De acordo com Elisa Lessa (2016), para além de ser utilizado para enaltecer Deus, o cântico e a música, serviam também para “desfrutar de momentos de expressão pessoal, necessários ao equilíbrio psicológico de quem vivia debaixo de uma observância monástica rigorosa.” (p.43).

Dos manuscritos litúrgico-musicais provenientes dos mosteiros cistercienses femininos (entre os quais se encontram lecionários, antifonários e missais), pouco se conservou. Contudo, o pequeno espólio preservado na Torre do Tombo, em Lisboa, indica-nos que estes eram caracterizados “por uma certa entidade feminina” (Lessa, 2016, p.43). Ainda que não existam manuscritos compostos por monjas, sabe-se que estes eram elaborados por compositores cistercienses que os ofereciam aos complexos monásticos femininos, dedicando músicas às monjas e escreviam tento em consideração a prática musical feminina.

Narrativa:

A narrativa referente ao mosteiro de São Bento de Cástris, segue a história da cantora-mor, D. Filipa Pimentel e Sousa, que desde criança demonstrou uma grande inclinação e aptidão para a música. Por ser proveniente de uma família abastada, foi desde logo educada nos saberes da música, apreendendo simultaneamente a tocar diversos instrumentos.

Após entrar no mosteiro, mesmo enquanto noviça, os seus talentos não passaram despercebidos à mestre das noviças que se apressou a ir comentar com a abadessa que, no final do seu noviciado, Filipa deveria juntar-se às cantoras. E assim foi. Começando como ajudante, após anos de experiência, penitência e louvor a Deus, D. Filipa chegou a cantora-mor do mosteiro.

5.2.8. Os Dotes

Se a atribuição de um dote era fulcral na vida de uma mulher para assegurar um casamento favorável, na vida religiosa, o dote era igualmente determinante para possibilitar e proporcionar o “matrimónio” espiritual entre a mulher, que se entregava à religião, e Deus.

O dote, pago pelos familiares das noviças aos mosteiros, podia ser composto por dinheiro, propriedades, ou outros bens materiais, e era importante por várias razões:

1. Servia como sustento ou rendimento para o mosteiro;
2. Possibilitava o acesso aos mosteiros e à vida religiosa. Se as jovens candidatas a integrar um mosteiro fossem pobres ou órfãs, tornava-se uma obra de caridade poder ajudá-las, proporcionando-lhes um dote, por forma a conseguirem tomar ordens;
3. Proporcionava um alívio para as famílias, que ao “entregar as suas filhas aos conventos, viam-se livres de mais responsabilidades” (Araújo, 2005, p. 128);
4. Apesar de ser uma transação financeira, tinha igualmente um significado espiritual, pois era visto como uma forma de “sacrifício” que as famílias faziam para colocar as suas filhas dentro da vida espiritual;
5. Normas sociais. Na sociedade medieval e moderna era esperado que as famílias das mulheres pagassem um dote para obterem um bom casamento para as suas filhas, ou para as integrarem em mosteiros.

A particularidade do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, é que, segundo o epitáfio gravado na base do túmulo de seu fundador, D. Jorge e Melo (1470?-1548), o mosteiro teria sido construído para albergar donzelas sem dote:

D. Jorge de Melo, bispo das Idanha, varão claríssimo em nobreza de geração e virtude de ânimo, fez este templo e sumptuosas casas pera nelas se sustentarem donzelas sem dote, dadas

ao instituto da ordem de Cister por sua insigne piedade e religião, e as dedicou à sempre Virgem Maria Senhora da Conceição, e de sua fazenda as dotou de vasos, vestiduras, dinheiro, herdades, campos, pera as cousas sagradas necessárias à sustentação dos sarcedotes e religiosas. Enquanto vai aparelhando a partida pela alcançar o prémio de suas virtudes (pera que aquilo que si era terra o desse e entregasse à mesma terra), vivendo pôs este moimento de sepultura pera si, na era de mil quinhentos e quarenta e oito. (Bucho, 1994, p. 25)

Narrativa: A narrativa dedicada ao mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, segue a história de uma jovem órfã de nome, Maria Manuela, que, ao ter tomado conhecimento que um mosteiro em Portalegre aceitava donzelas sem dote, partiu em viagem em busca de uma (possível) vida melhor.

Maria Manuela não era uma fervorosa religiosa, pelo contrário. Contudo, acreditava que estava sem opções e que viver num mosteiro não poderia ser assim tão mau. A jovem pensava que poderia passar o resto dos seus dias a comer bem e a passear-se pelas granjas do mosteiro, no entanto, as coisas não ocorreram como ela visionou.

Por estar constantemente a mandriar, a chegar atrasada às celebrações religiosas, a falar quando não estava autorizada, e a desobedecer à Regra, Maria Manuela via-se muitas vezes a ter de cumprir os castigos impostos pela abadessa. O fim desta história termina com a fuga da monja, que percebeu que preferia a sua liberdade mesmo com as suas dificuldades, do que estar “presa” dentro do mosteiro e dentro das convicções que ela não partilhava.

5.2.9. A extinção das Ordens Religiosas e as suas implicações para as monjas de Cister.

O Decreto de 28 de maio de 1834 (publicado a dia 30 de maio do mesmo ano), redigido pelo então *Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça*, Joaquim António de Aguiar (1792-1874), e assinado pelo rei D. Pedro IV de Portugal (1798-1834) – igualmente conhecido como D. Pedro I do Brasil -, determinou a extinção de todas as ordens religiosas em Portugal.

O presente documento tinha como principal objetivo, a eliminação do excessivo poder económico e social detido pelo clero regular e secular, despojando-o das suas fontes de riqueza, bem como da sua influência política. Contudo, este processo ocorreu de duas formas distintas: no caso dos mosteiros masculinos, a reforma foi aplicada de imediato e, por isso, em 1834, todos os monges foram forçados a abandonar os seus respetivos mosteiros; em contraste, no que concerne aos mosteiros femininos, a extinção deu-se de forma mais progressiva, ficando apenas regularizada no ano em que a última religiosa falecesse.

Quer isto dizer, que ao contrário do que aconteceu nas casas masculinas, as monjas foram autorizadas a continuar a morar dentro dos mosteiros, não podendo, contudo, admitir noviças (novas integrantes), entanto, por essa razão, condenadas à dissolução.

Narrativa: A narrativa presente no Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, segue a vida da última monja de Tabosa, D. Luísa Henriques e Castro, desde 1834 – ano em que se deu a extinção das ordens religiosas -, até 1850, que marcou o seu óbito. A história criada para este local, pretende dar a conhecer aos visitantes a vivência das monjas de Cister, após o término de uma época que marcou a sociedade portuguesa, desde as primeiras centúrias da Idade Média até ao séc. XIX.

5.3. Elementos Constituintes do Projeto

Para levar a cabo a realização do roteiro, o visitante dispõe de um conjunto de instrumentos que auxiliam à execução do roteiro.

A página *web* do roteiro contém todas as informações necessárias para a sua execução, assim com uma aplicação para smartphones, a ser desenhada na fase de implementação e que pode ser descarregada pelo utilizador.

No *website*, o visitante encontrará a proposta de roteiro, tal como pensada pela autora deste projeto e que pode ser utilizada pelo visitante, a partir das informações disponibilizadas na plataforma. Sendo este um roteiro auto-executado e programado, as propostas da autora podem não ser consideradas pelo potencial visitante que pode optar por realizar visitas parciais, escolhendo os mosteiros que mais lhe interessa visitar e pela ordem que mais lhe seja conveniente.

Em ambas opções, e caso aplicável, os visitantes terão de fazer, eles mesmos, uma marcação para a realização da visita ao mosteiro ou mosteiros pretendidos (os números telefónicos dos distintos monumentos serão providenciados tanto no website como na aplicação do roteiro), com uma antecedência a ser acordada com as respetivas entidades responsáveis pelos monumentos.

No dia da visita, à hora combinada, o cuidador do mosteiro para o qual foi efetuada a marcação encontrar-se-á com o visitante no local, por forma a facilitar a visita que será guiada com um recurso á utilização de um *QR Code*.

Únicos e exclusivos a cada monumento, os diversos QR Codes, figurados em placas informacionais com o nome do projeto, dirigem o visitante a uma página *web* que combina recursos áudio e escritos, com a narração da temática a abordar em cada mosteiro.

5.4. Referências a outros projetos semelhantes

A metodologia do *benchmarking*, foi pela primeira vez introduzida em 1989 por Robert Camp, na sua obra *Benchmarking: The Search for Industry Best Practices that lead to Superior Performance*. De acordo com Robin Mann (2015), a ferramenta tem vindo a crescer em popularidade desde a década de 1990, tornando-se numa das ferramentas de gestão mais conhecidas e utilizadas mundialmente. O processo permite comparar o desempenho, produtos e serviços entre diversas organizações, com o intuito de obter informações que beneficiem o funcionamento da própria empresa, através da introdução de melhorias na mesma.

No seu artigo, Mann (2015), identifica as duas categorias principais de *benchmarking*: “informal e formal” (p.3). De entre estas duas, verificou-se que o modelo de boas práticas, é o mais adequado na obtenção de melhorias para o presente projeto. De acordo com o autor, “o modelo de boas práticas permite a comparação dos dados da atividade através do estudo de processos ou atividades similares”⁷⁰ (Mann, 2015, p.3).

Neste sentido, foram explorados outros itinerários e roteiros divulgados a nível nacional e internacional, que partilhassem uma temática semelhante àquela abordada no presente trabalho. Assim sendo, os resultados deste *benchmarking*, provêm de uma pesquisa *web* realizada sobre roteiros culturais focados em Ordens Religiosas. Através da investigação realizada, foi possível constatar a presença de roteiros e itinerários, com a temática indicada, em Portugal, Espanha e Itália.

No contexto nacional, é de referir os *Itinerários de Cister*. Um itinerário não organizado divulgado pelo *website* da Direção-Geral do Património Cultural, que compreende uma lista da qual constam nove mosteiros cistercienses, apresentando uma mistura entre casas masculinas (total de sete) e casas femininas (total de duas)⁷¹. Este é acompanhado por uma breve descrição de cada monumento, e encontra-se complementado por um mapa interativo que indica a localização de cada mosteiro.

Ainda em Portugal, atravessando a fronteira para Espanha, o roteiro *Caminhos de Cister e Santiago de Compostela*, organizado pela *Lux Invicta Tourism*, pretende dar a conhecer o

⁷⁰ No original: “best practice benchmarking describes the comparison of performance data obtained from studying similar processes or activities and identifying, adapting and implementing the practices that produced the best performance results.”. A tradução é da autora.

⁷¹ O itinerário é composto pelos seguintes mosteiros: Santa Maria das Júnias (m), Santa Maria do Bouro (m), Santa Maria das Salzedas (m), São João de Tarouca (m), Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (f), Santa Maria de Maceira Dão, Santa Maria de Lorvão (f), Santa Maria de Ceiça (m) e Santa Maria de Alcobaça (m).

património deixado pela Ordem de Cister. Este roteiro organizado, com a duração de sete dias, passa pelos mosteiros portugueses de Alcobaça, Cós, Lorvão, São Cristóvão, Celas, Arouca, São João de Taroca, Salzedas e pelos mosteiros espanhóis de Oseira e Santiago de Compostela.

É de mencionar também a Rota Cisterciense do Alto-Minho/Galiza, um roteiro transfronteiriço que promete ligar os mosteiros portugueses de Santa Maria do Ernelo (Arcos de Valdevez) e Santa Maria de Fiães (Melgaço), aos mosteiros espanhóis de Santa Maria da Franqueira (Caniça), Santa Maria de São Clódio (Leiro) e à abadia de Santa Maria de Osseira (Orense). De acordo com a pesquisa realizada, o presente roteiro foi projetado com a intenção de ser completado a pé, em motociclo, ou até mesmo, a cavalo.⁷²

Em Espanha, a *Ruta del Císter*, localizada na região de Tarragona, expande-se por 105 quilómetros e liga três antigos mosteiros da Ordem de Cister, Santa Maria de Santes Creus, Santa Maria de Poblet e Santa Maria de Valbona, do século XII. O roteiro pode ser completado a pé, com uma duração expectável de cinco dias, de bicicleta, ocupando dois dias e meio, ou então, de carro. Adicionalmente, a página *web* através da qual se desencadeou a pesquisa⁷³, apresenta outros pontos de interesse, complementares à rota, a visitar na região.

Na península Itálica, através do *website* oficial de Turismo da Toscana⁷⁴ identificou-se o *Trilho de São Francisco de Assis*, fundador da ordem mendicante dos Frades Menores. Localizado na região italiana da Toscana, o roteiro é composto por locais intimamente ligados com a vida de São Francisco e estende-se por um total de 428 quilómetros, contudo, este encontra-se dividido em três grandes secções que, por sua vez, se dividem em distintas rotas – concedendo a possibilidade de escolha ao turista em relação ao trilho que deseja prosseguir.

Paralelamente a estes, destaca-se ainda a *European Route of Cistercian Abbeys*, apoiada pela *European Charter of Cistercian Abbeys and Sites*⁷⁵, e a rota cultural *Cluniac Sites in Europe*, ambas integrantes do programa *Cultural Route of the Council of Europe*. Os *websites* das duas rotas, listam diversos monumentos europeus que se enquadram dentro das respetivas temáticas. Ainda que não ofereçam um itinerário concreto, trata-se de um mapeamento de

⁷² Contudo, é igualmente relevante referenciar que, de acordo com a pesquisa realizada, este não aparenta ter uma página *web* dedicada ao mesmo e todas as informações relativas à sua projeção e implementação datam de 2017 e 2018. Segundo a página *web* do município de Melgaço, a atividade terá sido desencadeada no dia 1 de julho de 2017, não apresentando novas datas para a realização do percurso.

⁷³ *Travel Chronicles Across Spain*, consultado em: <https://travelchronicles-acrossspain.com/>

⁷⁴ *VisitTuscany*, consultado em: <https://www.visittuscany.com/en/itineraries/way-of-saint-franciscus-tuscany/>

⁷⁵ A Carta assume-se como uma associação que tem por objetivo preservar, promover e agir em prol da valorização do património material e imaterial cisterciense.

recursos que integra a maioria dos mosteiros cistercienses e cluniacenses espalhados pelo continente europeu.

Ainda que a análise realizada tenha contribuído para fortalecer a importância de um itinerário bem estruturado, com demarcações claras dos pontos de passagem e a integração de diversos “pontos de interesse”, com o intuito de complementarem o roteiro/itinerário, num balanço final, foi possível concluir que a oferta em construção no presente trabalho de projeto, não encontra precedentes dentro da sua temática, ainda que esta tenha sido previamente estudada e abordada. Por essa razão, surgiu a necessidade de realizar uma pesquisa baseada na vontade e nos objetivos do projeto, sem a limitação de observação de projeto com uma temática semelhante à escolhida.

Neste sentido, os projetos *Rota do Românico* – cuja missão dita “Contribuir para o desenvolvimento sustentado do território dos vales do Sousa, Douro e Tâmega, através da valorização do património cultural e arquitetónico de estilo românico, criando um produto turístico e cultural de excelência”⁷⁶ -, e *Castelos e Muralhas do Mondego* – a qual visa “dignificar essa história e criar a partir do património histórico e cultural um produto turístico de excelência, assente na valorização da Linha Defensiva do Mondego e na mobilização de parceiros para a criação de dinâmicas conjuntas”⁷⁷ -, serviram de modelo para a aplicação do projeto *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, pois, detêm objetivos semelhantes, ainda que não se cruzem na área temática na qual operam.

5.5. Entidade Organizadora

Tendo em consideração as características do presente projeto, enunciadas anteriormente no ponto 6: “Proposta do projeto: Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos” (pág. 36), determinou-se que a entidade organizadora do mesmo passará pela criação de uma empresa de animação turística, sendo a mesma gerida pela autora⁷⁸.

⁷⁶ *A Rota do Românico*, consultado em: <https://www.rotadoromanico.com/pt/rota/rota-do-romamico/>

⁷⁷ *Castelos e Muralhas do Mondego*, consultado em:

<https://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/quem-somos.php>

⁷⁸ O regime de acesso e exercício da atividade das Empresas de Animação Turística, encontra-se regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, apresentando a sua redação mais atual no Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro.

6. Desenho do projeto

6.1. Finalidade do Projeto

Tendo por base a designação proposta por Cerezuela⁷⁹ (2007, p.51), a finalidade do projeto cultural “Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos”, prende-se com a conciliação de bens patrimoniais materiais já existentes no território nacional, referentes ao ramo feminino da Ordem de Cister, englobando-os dentro de uma proposta de itinerário, com o intuito de promover uma narrativa original (através da técnica do *storytelling*) sobre a vida das mulheres que habitaram estes espaços, na perspetiva de proporcionar uma experiência única e imersiva ao visitante.

Para além da promoção e valorização destes monumentos, é igualmente pretendido conscientizar o público para o papel da mulher na sociedade medieval e moderna.

6.2. Objetivos

A definição dos objetivos é um procedimento fulcral na definição de um projeto, pois, sem estes não existem guias motivadores para prosseguir com a sua realização.

Tabela 1. Objetivos Gerais e Específicos do projeto Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos.

Finalidade	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
Promoção e valorização do património cultural material relativo ao plano feminino da Ordem de Cister	Construção de um produto cultural diferenciador	- Criação de um roteiro original e imersivo;
	Valorização do papel da mulher na sociedade medieval e moderna	- Criação de guiões de visita específicos e diferenciados para cada mosteiro;
	Promoção do ordenamento do território (contribuição para um turismo mais sustentável)	- Criação de um <i>website</i> ; - Criação de uma aplicação móvel; - Construção de uma narrativa original, destacando a vida das mulheres que viveram nos mosteiros cistercienses; - Abertura mais alargada para fruição dos mosteiros; - Produção de material impresso (folhetos e livro)

⁷⁹ “Fin con que o para qué se hace una cosa. En el caso del proyecto será el fin último o la razón última por la cual se lleva a cabo el proyecto.”

Derivados da “Finalidade”, como afirma Cerezuela (2007), os objetivos, que, por sua vez, “tienen un nivel de concreción mayor que la finalidad” (p.119) devem seguir um conjunto de pressupostos: primeiramente, devem ser reduzidos em número; alcançáveis na íntegra, por forma a não se criarem dispersões e a demonstrar aquilo que se pretende atingir com o projeto; devem ser coerentes com a “Finalidade”; e devem ser claros na sua compreensão. Adicionalmente, os objetivos podem ainda estabelecer-se em três “niveles de generalización o concreción” (p.120), organizando-se a partir da seguinte estrutura hierárquica:

1. Finalidade
2. Objetivos Gerais
3. Objetivos Específicos

No que concerne aos “Objetivos Gerais”, Cerezuela (2007), afirma que “(...) son una primera concreción de las finalidades, pero que todavía no entran en el detalle. Orientan el proyecto y definen los cambios o efectos que se busca lograr.”. Por sua vez, estes dão origem aos objetivos específicos que “se trata de un nivel más concreto que deriva de los objetivos generales, los detalla más y los hace evaluables.” (p.120).

Neste sentido, o projeto cultural *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, apresenta três “Objetivos Gerais” que consistem na construção de um produto cultural diferenciador, na valorização do papel da mulher na sociedade medieval e moderna e, por fim, na promoção do ordenamento do território, contribuindo para um turismo mais sustentável – alargada através da articulação entre os recursos principais, com outros pontos turísticos de interesse.

Relativamente aos “Objetivos Específicos”, que surgem do afinamento dos objetivos previamente mencionados, identificou-se a necessidade da criação de um roteiro original e imersivo; a elaboração de guiões de visita específicos e diferenciados para cada mosteiro, baseados na construção de narrativas originais que destacam a vida das mulheres que viveram nos mosteiros cistercienses integrantes do presente roteiro; a criação de um *website*, bem como de uma aplicação móvel, através dos quais o visitante poderá ter acesso aos conteúdos criados para a presente atividade cultural; e a produção de material impresso (folhetos e livros).

6.3. Análise SWOT

A análise SWOT, é uma ferramenta de planeamento estratégico utilizada para identificar e avaliar os Pontos Fortes (*Strengths*) e os Pontos Fracos (*Weaknesses*) presentes no ambiente interno de uma organização, negócio ou projeto, bem como as Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) que rodeiam o ambiente externo dos mesmos, analisando fatores positivos

e negativos. Neste sentido, por forma a desenvolver um plano estratégico para o presente projeto, elaborou-se a seguinte análise:

Tabela 2. Análise SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Roteiro descentralizado, contribuindo para um turismo mais sustentável; • Flexibilidade do roteiro, construído “à medida”; • Dimensão experiencial enriquecedora agregadora de diferentes valores culturais; • Proximidade a outros pontos turísticos de interesse; • Objeto altamente comunicacional, sobretudo nas redes sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Roteiro não circular (não termina e acaba no mesmo ponto) • Extensão do percurso que pode ser desmotivadora; • Necessidade de viatura automóvel; • A descontinuidade da visita corresponde à descontinuidade da narrativa, promovendo desinteresse; • Limitação tecnológica, devido à necessidade de os visitantes possuírem um <i>smartphone</i> e dados móveis para conseguirem ler o <i>QR Codes</i>.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de ligação com rotas internacionais do mesmo tema; • Novas narrativas interpretativas para o património com inclusão de questões socialmente relevantes (o papel da mulher); • Desenvolvimento territorial, contribuindo para a construção de destinos turísticos. • Possibilidade de intercalar património material (mosteiros) com imaterial (gastronomia). 	<ul style="list-style-type: none"> • Mosteiros pouco preparados para receber visitantes (sem estruturas de acolhimento); • Acesso limitado aos locais (mau estado de conservação, poucas acessibilidades).

7. Modelo de Negócio

Para o modelo de negócio deste projeto, utiliza-se a ferramenta *Business Model Canvas* (BMC) que permite o desenvolvimento de modelos de negócio, através de uma linguagem simples e sistematizada.

De acordo com Osterwalder e Pigneur (2011), “um Modelo de Negócios pode ser melhor descrito com nove componentes básicos, que mostram a lógica de como uma organização pretende gerar valor” (p.15), sendo esses: Proposta de Valor (Value Proposition); Segmento de Clientes (Customer Segments); Canais (Channels); Relação com os Clientes (Customer Relationship); Fontes de Receita (Revenue Streams); Recursos-Chave (Key Resources); Atividades-Chave (Key Activities); Parcerias-Chave (Key Partners); e, por fim, Estruturas de Custos (Cost Structure).

No seguimento do presente trabalho de projeto, optou-se por complementar o BMC efetuado (Tabela 8, pág. 68), com uma descrição dos seus elementos constituintes, por forma a oferecer uma justificação mais clara.

7.1. Proposta de Valor

A proposta de valor do roteiro cultural *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, prende-se com a oferta de uma experiência única e imersiva que pretende transportar os visitantes no tempo, não apenas através do património material português⁸⁰, mas, principalmente, através da criação de uma narrativa original (*storytelling*), exclusiva a esta atividade cultural, sobre a vida das mulheres e monjas que habitavam estes espaços, apelando paralelamente, à valorização da sociedade feminina medieval e moderna.

A técnica de *storytelling*⁸¹, permite o estabelecimento de uma ligação de maior proximidade entre os visitantes e a história dos lugares.

Adicionalmente, o roteiro tem ainda a particularidade de ser flexível, isto é, cada visitante poderá determinar o percurso que deseja seguir, seja esse o proposto pela autora (na pág. 38), ou, por conveniência, um percurso que lhe seja mais adequado: dependendo do local de onde o visitante parte, ou da disponibilidade de tempo que tem para completar, ou não, todo o roteiro

⁸⁰ Composto pelos recursos patrimoniais pré-existentes, já indicados.

⁸¹ Disponibilizada a partir de um QR Code, dirige o visitante a um *website*, através do qual terá acesso a recursos áudio e escritos (que incluem a narração da história que se pretende contar em cada mosteiro, bem como uma contextualização do tema residente em casa um destes – encontrados no subcapítulo do presente trabalho de projeto: “Criação de uma Narrativa para a Construção do Roteiro”).

numa única viagem. Assim sendo, este poderá ser repartido em várias visitas, sem que o objetivo final do mesmo seja comprometido.

Por fim, devido à expansão territorial do roteiro, que alberga diversas regiões, os visitantes podem também aproveitar a sua estadia ou passagem por cada um destes pontos, para executar outras atividades⁸², que podem ser de natureza cultural como, por exemplo, visitar outros monumentos, sítios arqueológicos e paisagísticos, ou parques naturais -, de carácter desportivo ou gastronómicos, dando-se ênfase especial à prova de doces conventuais, que vai ao encontro da temática do roteiro.

Desta forma, e também porque a grande maioria dos mosteiros se encontram afastados das grandes zonas urbanas, o roteiro contribui para um turismo mais sustentável, criando um impacto positivo na economia de cada região, sendo também uma forma lúdica e divertida de dar a conhecer o território nacional.

7.2. Segmento de Clientes (Destinatários)

Cerezuela (2007) define destinatários como um “grupo de personas, que comparte ciertas características comunes, al que dirigimos nuestro proyecto” (p.110).

No decorrer da criação de um projeto cultural, ou de qualquer outra natureza, é muitíssimo importante efetuar uma boa identificação e segmentação dos públicos aos quais se pretende chegar, de forma a melhor acomodar as suas necessidades. A vontade de abranger todos os indivíduos (desprovida de quaisquer limitações), ainda que bem-intencionada, é falaciosa e deve ser evitada a todo o custo. Por mais que se pretenda chegar a todos os tipos diferentes de públicos “cada público tiene intereses, gustos, capacidades y posibilidades diferentes y para ello requiere de unas afoertas culturales distintas. Ahí radica la necesidad que tenemos de conocer bien lo que se llama el perfil-tipo de nuestros destinatarios” (Cerezuela, 2007, p.110).

Os roteiros culturais têm públicos muito alargados dada a natureza dos mesmos e com uma posição no mercado do turismo cultural bastante marcada e já referida neste trabalho. A natureza deste projeto, assente numa proposta de construção de percursos à medida, aumenta ainda mais o espetro de destinatários, passando a incluir segmentos muito pouco conhecidos de turistas, os que fazem as suas viagens de acordo com as suas necessidades específicas em determinado momento e turistas que procuram produtos alternativos e mais significantes, segmentos que têm vindo também a crescer muito impulsionado pela comunicação digital

⁸² Identificadas nas Fichas Técnicas, que por sua vez se encontram disponíveis para consulta no Anexo B.

(desde a promoção digital dos destinos, redes sociais, entre outros). Ou seja, segmentar tradicionalmente um produto desta natureza apresenta algumas limitações. Deste modo, propõe-se um modelo mais generalizado de destinatários para o roteiro cultural *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, consistindo em dois grandes segmentos: os visitantes nacionais e os visitantes internacionais. Para além da nacionalidade, foram considerados outros critérios de segmentação, apresentados na figura 5.

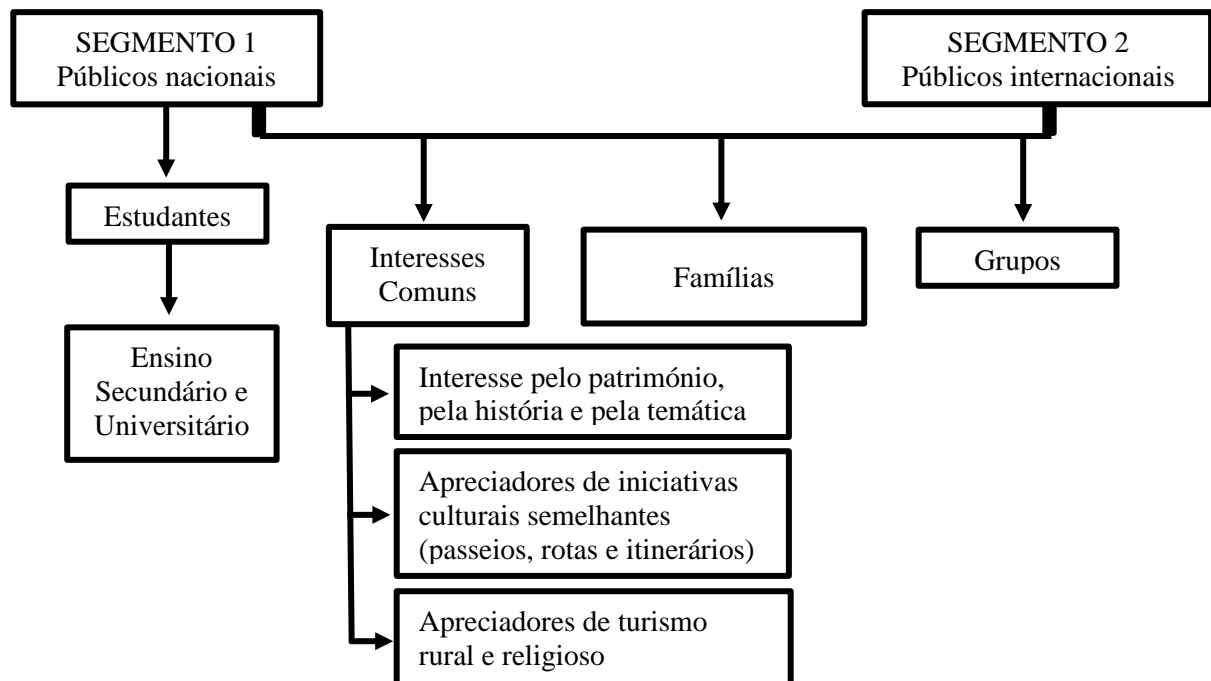


Figura 5. Esquema da Segmentação dos Destinatários

De uma forma geral, ambos os grupos focalizam-se em públicos com interesse pelo património, pela história ou apreciadores de iniciativas culturais semelhantes, como passeios, rotas e itinerários. Destaca-se também o interesse pelo turismo rural, tendo em consideração que a grande maioria dos monumentos presentes no roteiro encontram-se afastados das principais zonas urbanas, o que pode igualmente apelar a turistas (especialmente estrangeiros) que pretendam conhecer o interior de Portugal, permitindo um contacto mais direto com a natureza, tradições locais e experiências gastronómicas distintas. Não obstante, os grupos podem ser fracionados em subsegmentos mais específicos:

a) Famílias:

O roteiro sobre os mosteiros cistercienses femininos, apresenta-se como um programa familiar ideal, pois, permite às famílias a possibilidade de personalizarem e organizarem o seu itinerário da forma que lhes for mais conveniente. Os visitantes podem seguir o itinerário proposto pela

autora – começando no ponto A e terminando no ponto I, seguindo uma linha de continuação pré-determinada -, ou, estruturarem o seu próprio itinerário (modelo igualmente proposto pela Rota do Românico, que apesar de abranger uma área territorial completamente diferente, também oferece este tipo de flexibilidade), sem que o objetivo final da rota nem a sua narrativa, sejam comprometidos.

b) Grupos:

Os Grupos são um subsegmento que se pode definir da seguinte forma:

Um grupo de conhecidos ou de amigos, que se juntam com a finalidade de realizarem o roteiro, podendo organizá-lo de uma forma personalizada (à semelhança do que foi dito no ponto acima das Famílias) ou seguindo a proposta da autora.

c) Apreciadores da temática:

Os apreciadores da temática, são os visitantes interessados nas Ordens Monásticas e Religiosas, em turismo religioso (reforça-se, neste caso, o interesse em visitar igrejas, por oposição a viagens com o objetivo de missão/adoração), e no papel da mulher na sociedade medieval e moderna. Estes podem ser, simultaneamente, indivíduos curiosos sobre a temática do roteiro, sem experiência ou sem conhecimentos prévios sobre o mesmo.

d) Estudantes:

Dentro do segmento dos visitantes nacionais, encontram-se os estudantes do ensino secundário e universitário. Os mosteiros presentes dentro deste roteiro podem ser integrados em atividades letivas, como visitas de estudo, sobretudo a nível das disciplinas de História A e História da Cultura e das Artes, no que concerne ao secundário. A nível do ensino superior, é dirigido aos estudantes de Artes e Humanidades.

7.3. Canais

O roteiro cultural *O Segredo dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, irá fazer uso de três tipos de canais para chegar aos vários segmentos de clientes, sendo esses:

a) Canais de Comunicação:

Os canais de comunicação são as plataformas de comunicação digital, com destaque para as *online*. Estas englobam a criação de um *website* para o roteiro, acompanhado pelas respetivas redes sociais (*Instagram, Facebook, Twitter e Tiktok*), através das quais se pretende gerar diferentes tipos de conteúdos informativos, entre os quais se destacam vídeos e *blog posts*. A partir destes, os clientes poder-se-ão informar sobre os vários pontos do roteiro e organizarem a sua viagem.

Complementarmente, os *websites* das Camaras Municipais dos diferentes municípios onde os monumentos se localizam (CM Lisboa, CM Arouca, Cm Sernancelhe, CM Penacova, CM Coimbra, CM Leiria, CM Santarém, CM Portalegre, CM Évora) são canais de comunicação do projeto; os postos de turismo, com folhetos sobre o projeto (produzidos enquanto importantes materiais de comunicação); e variados órgãos de comunicação social (como jornais, revistas, rádio e televisão), por forma a dar a conhecer o roteiro a possíveis visitantes.

Adicionalmente, a produção de um roteiro, em formato de livro, contendo a mesma informação, ou semelhante, à do *website* e da aplicação móvel (uma vez que os últimos meios salientados são mais customizáveis) afirma-se como um canal de comunicação.

b) Canais de Recomendação;

Os canais de recomendação passam pela utilização de variados modelos. Em primeiro lugar, destacam-se as páginas e blogues dedicados à promoção do turismo, tais como: *Tripadvisor*, *Viator*, *Visitportugal*, *PPorto.pt* e a plataforma *Comunidade Cultura e Arte*. Em segundo lugar, salienta-se o poder da *Consumer Generator Media* (CGM) e do *User Generator Content* (UGC), que se traduzem, respetivamente, em *websites* maioritariamente utilizados pelos consumidores e cujo conteúdo é criado pelos seus utilizadores (alguns exemplos passam pelas redes sociais, plataformas de partilha de vídeos, blogs e fóruns), e em conteúdos criados ou gerados por utilizadores comuns da web. Por fim, conta-se ainda com guias turísticos e com entidades governamentais, entre as quais se destacam os seguintes organismos da cultura: Direção Regional do Alentejo; Direção Regional da Cultura do Centro; Direção Regional da Cultura do Norte; e a Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

7.4. Relação com os Clientes

Devido à natureza do presente projeto, cuja mais-valia e valor diferenciador se prende com o facto de este ser um roteiro “faça você mesmo”, a relação com os clientes adota um modelo mais passivo. Disto isto, a Relação com os Clientes encontra-se dividida pelos seguintes pontos: comunicação; *social media presence*; *feedback*; e educação.

a) Comunicação:

Manter uma rede de comunicação aberta para com o cliente, com um e-mail e um número telefónico, por forma a responder a questões colocadas pelo cliente, sobretudo a nível do acesso aos monumentos e avisos de alterações de horários ou custos.

b) Presença nas Redes Sociais:

A presença consistente nas redes sociais permite uma interação com os diferentes segmentos de clientes, a promoção do produto e a angariação de novos clientes, através de conteúdos que incentivam o esclarecimento de dúvidas e a partilha de experiências.

c) Feedback:

A recolha do *feedback* dos clientes após o término da sua visita permite melhorar as ofertas do itinerário, bem como avaliar a experiência global de futuros visitantes, o que contribui para o aprimoramento e continuidade do mesmo.

d) Educação:

A educação é um dos principais meios para estabelecer relação com os clientes. Esta é realizada através do fornecimento de conteúdo informativo e guias em diferentes plataformas. Entre as quais destacam-se os *QR Codes*, que, complementarmente às informações disponíveis no *website* do roteiro e na aplicação, estarão fixados nos diversos monumentos integrantes do roteiro, por forma a que os visitantes consigam aceder aos conteúdos exclusivos desta atividade cultural (a narrativa, que aborda um tema diferente da vida das monjas de Cister, em cada mosteiro)⁸³.

7.5. Fontes de Receitas

Um projeto desta natureza, sobretudo com o modelo de exploração proposto, tem algumas limitações no campo das receitas. Optou-se por dividir as receitas em dois momentos do projeto: a fase de implementação e a fase de exploração.

a) Fase de Implementação:

A fase de implementação está sobretudo relacionada com a produção dos conteúdos iniciais, a criação das estruturas de comunicação digital, bem como a produção dos produtos secundários resultantes. Nesta fase, a opção mais viável é a candidatura a concursos de financiamento para o setor turístico cultural.

O financiamento (público) de um projeto cultural pode apresentar diversas origens: internacional, nacional e regional/local. No seguimento do presente trabalho de projeto, destaca-se o financiamento a nível Nacional.

⁸³ Note-se que a afixação e disponibilização dos QR Codes nos demais monumentos só será possível se as entidades tutelares assim o autorizarem, neste sentido, surge aqui novamente a importância de criar uma parceria com as mesmas, discutida mais em detalhe nos pontos 8.6. “Recursos-Chave” e 8.8. “Parcerias-Chave”.

Neste sentido, conta-se com o programa *Portugal 2020 – Empreendedorismo*, cujo enquadramento visa apoiar projetos de Empreendedorismo Qualificado e Criativo subjacentes ao “Domínio Temático Competitividade e Internacionalização, através de apoios diretos aos empreendedores, favorecendo a emergência de novas oportunidades de negócio, nomeadamente em domínios criativos e inovadores e o nascimento de mais empresas em setores de alta e média-alta tecnologia”, abrangendo, igualmente, “atividades das indústrias culturais e criativas, que fazem da utilização da criatividade, do conhecimento cultural e da propriedade intelectual, os recursos para produzir bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis com significado social e cultural”⁸⁴.

Como potencial fonte de financiamento para uma fase de desenvolvimento e dinamização do projeto, considera-se os municípios das áreas onde os objetos do projeto se encontram integrados, através dos seus programas de apoio e iniciativas dedicadas à fruição cultural.

b) Fase de Exploração:

Para a fase de Exploração considera-se como fonte de receitas o *Affiliate Marketing*, ou marketing de afiliação, é um tipo de *marketing online* a partir do qual as empresas e organizações recompensam (por norma, monetariamente) os seus afiliados por conduzirem o tráfego *online* para o seu *website*, através de uma ligação (*link*) ou código único de afiliação. Em suma, o marketing de afiliação é uma forma rentável que as empresas têm de promover os seus produtos ou serviços, e para os seus afiliados obterem rendimento através da divulgação de produtos nos quais acreditam e valorizam.

Neste sentido, o *affiliate marketing* aposta nas parcerias com hotéis, com estabelecimentos de restauração, nomeadamente pastelarias – concedendo um interesse maior sobre a doçaria conventual, complementado a experiência do roteiro - e outros pontos de interesse. Para isto, o website do roteiro apresentará uma secção dedicada a experiências, que inclui a recomendação de locais onde comer, onde dormir e de outras atividades complementares (culturais e de carácter desportivo).

c) Venda de produtos secundários:

Para além da rentabilização anteriormente descrita, a venda de produtos secundários do projeto, como o roteiro em formato de livro, lembranças/recordações e outros itens relacionados com o destino e com o tema do roteiro imaginados a partir das narrativas criadas (como gravuras ou ilustrações). Esta comercialização de produtos será realizada em vários pontos físicos, como

⁸⁴ (Turismo do Porto e do Norte de Portugal, 2023) disponível em <http://www.portoenorte.pt/pt/investidor/financiamento-ao-turismo/portugal-2020-empreendedorismo/>.

nos postos de turismo e nos monumentos (mediante autorização das entidades reguladoras), mas também via *online*, através de uma loja virtual.

7.6. Recursos-Chave

Para além do financiamento, o recurso fundamental para cobrir os custos associados à criação e gestão do itinerário, o roteiro cultural *O Segredo dos Mosteiros Cistercienses Femininos* reúne três recursos-chave principais:

a) Físicos:

Os recursos físicos incluem todos os espaços físicos, isto é, os nove mosteiros que se encontram espalhados pelo território nacional; sem os quais o presente projeto não é de todo exequível. Sendo os espaços físicos um dos recursos chave, uma das ações fundamentais neste projeto é estabelecer parcerias com as entidades gestoras e responsáveis, no sentido de garantir a fruição dos locais.

b) Digitais:

Os recursos digitais compreendem plataformas online, bem como ferramentas tecnológicas.

As primeiras englobam as redes sociais, – Youtube, Instagram, Tiktok e Twitter –, importantes ferramentas de comunicação e partilha de conteúdos que permitem um contacto direto com os visitantes ou possíveis visitantes, tanto do ponto de vista nacional como internacional; e o *website* do roteiro, com uma secção dedicada a todos os mosteiros presentes no mesmo, acompanhada por uma descrição sumária de cada um, uma cronologia, PDF's descarregáveis (fichas técnicas que contêm um guia e informações relevantes à visita de cada monumento, tais como: localização, morada e coordenadas; contactos para marcação prévia de visita (caso se aplique); horário; custo de entrada por pessoa; acessibilidade, isto é, se é acessível ou não para pessoas com mobilidade reduzida; categoria de proteção do monumento; informações adicionais e outros locais a visitar nas proximidades)⁸⁵ e vídeos (disponíveis também nas redes sociais).

As ferramentas tecnológicas abrangem a criação de uma aplicação móvel (para ambos os sistemas operativos: *Android* e *iOS*), que para além de se apresentar como uma versão móvel do *website* do roteiro, terá também incorporado um mapa com os pontos principais do itinerário, e com outras recomendações (hotéis, restaurantes e outros locais a visitar). Adicionalmente, é igualmente pretendido inserir *QR Codes* em cada localização, ou seja, nove *QR Codes* para os nove mosteiros cistercienses femininos, que contêm um áudio-guia com a narrativa criada para

⁸⁵ Exemplificação de Ficha Técnica disponível para visualização em anexo.

cada um dos espaços (a narrativa também estará disponível numa versão escrita, através da utilização dos mesmos *QR Codes*, por forma a incluir pessoas com deficiências auditivas).

c) Humanos:

Os recursos humanos dividem-se em funções permanentes e funções circunstanciais.

As funções permanentes correspondem à equipa do *backoffice*: gestores, coordenadores, produtores de conteúdo – incumbidos da publicação de conteúdos, resposta a comentários e a mensagens diretas nas redes sociais - , *marketeers*, responsáveis de comunicação e produtores culturais e artísticos – responsáveis pela supervisão dos conteúdos publicados no *website* oficial do roteiro e pelas atualizações necessárias, são igualmente responsáveis pela secção das *experiências* (locais onde dormir, onde comer e onde ir), assegurando as diversas parcerias.

As funções circunstanciais compreendem os serviços ocasionais que podem ser *outsourced*. Estes incluem a contratação de uma empresa externa de informática e *software development*, para realizar o *webdesign* do *website*, criar a aplicação móvel do roteiro, e providenciar suporte quando necessário; outra empresa especializada em soluções de interpretação multimédia e multi-idioma e outros tipos de tecnologia, como criação de QR Codes para a introdução de áudio-guias (toGuide); serviços de *design* e de *branding* da marca; serviços de tradução, utilizados para traduzir a página *web* e a *app*; serviços de fotografia e de vídeo; e ainda, a contratação de um *ghost-writer*, para auxiliar no desenvolvimento das narrativas propostas para cada mosteiro.

7.7. Atividades-Chave

As atividades-chave concernem as tarefas, processos ou operações que uma organização realiza por forma a concretizar a sua proposta de valor. Estas representam as ações essenciais que permitem a uma empresa criar, produzir e fornecer os seus produtos ou serviços.

Deste modo, e na sequência do roteiro cultural *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, foram delimitadas as seguintes atividades-chave:

a) Pesquisa e Conceptualização:

Este ponto compreende diversos aspetos. Primeiramente, a realização de uma investigação aprofundada sobre a Ordem de Cister e o seu ramo feminino, dentro do contexto internacional e nacional. Em segundo lugar, a identificação dos marcos culturais (mosteiros) e outros pontos de interesse relevantes, que interessam incorporar no roteiro. Em terceiro e último lugar, a definição dos objetivos do mesmo, tendo em consideração os destinatários e a experiência cultural que se pretende oferecer.

b) Construção de uma narrativa:

A construção da narrativa é uma das atividades-chaves mais relevantes, visto que a proposta de valor do projeto reside, maioritariamente, na sua criação. Neste sentido, foram criadas nove histórias ou narrativas centradas na temática do roteiro, o ramo feminino da Ordem de Cister, que abrangem temas diferentes sobre a vida das monjas (desde a organização hierárquica dentro dos mosteiros, o seu dia-a-dia, a doçaria conventual, entre outras).

c) Implementação de recursos:

Aliado à construção das narrativas, a implementação de recursos conta com o desenvolvimento de áudio-guias, acessíveis através da leitura de *QR Codes* por meio de *smartphones*, a serem disponibilizados nos distintos mosteiros; e com a criação de um *website* e aplicação móvel, onde estarão disponíveis outros recursos complementares⁸⁶.

d) Estratégia de *marketing*:

Através desta, é pretendido colocar em prática estratégias de *marketing* eficientes, de forma que o produto chegue a potenciais clientes. Consequentemente, esta ação implica a identificação do público-alvo (destinatários), o desenvolvimento da marca e da sua missão (a mensagem que pretende passar), bem como a promoção do roteiro através de vários canais de *marketing* (redes sociais, e-mail e *newsletters*, publicidades, SEO – *Search Engine Optimization* -, e órgãos de comunicação social).

e) Angariação de Parceiros e Patrocínios:

É igualmente importante estabelecer parcerias e colaborações com outras empresas e organizações, por forma a alargar o alcance do roteiro e explorar novas bases de clientes. O presente tópico será mais desenvolvido no seguinte ponto, contudo, algumas possíveis parcerias incluem: associações culturais e patrimoniais, entidades governamentais e de turismo.

f) Produtos secundários:

Desenvolvimento de produtos secundários passíveis a serem vendidos (já mencionados previamente no ponto 8.5. “Fontes de Receita”).

g) Relações com entidades responsáveis pelos mosteiros:

Uma das atividades-chaves mais importantes a concretizar, prende-se com a criação de relações e parcerias com as entidades responsáveis pelos mosteiros integrantes do projeto. O tópico sobre o estabelecimento de parcerias é discutido mais pormenorizadamente no seguinte ponto, dedicado às Parceria-Chave.

⁸⁶ Como explicitado na pág. 53, no subponto 8.3. Recursos Digitais

7.8. Parcerias-Chave

O roteiro cultural *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, conta com variados e diversificados parceiros-chave. Estes interagem com o roteiro de distintas maneiras, pois englobam diferentes frentes com o objetivo de melhorar o produto, contribuindo para o seu sucesso e oferecendo vários benefícios (Quadro 3). Estes encontram-se divididos em seis entidades:

a) Entidades de Turismo:

Dentro das entidades de turismo, destaca-se, primeiramente, o *Turismo de Portugal*. Este parceiro poderá trazer uma grande variedade/quantidade de contributos e de benefícios, tais como: visibilidade e divulgação do roteiro através da página *web*; como já referido anteriormente, poderá, semelhantemente, agir como um vetor de divulgação num contexto internacional, graças à sua equipa *Turismo de Portugal no Estrangeiro*. A parceria com esta entidade trará prestígio e notoriedade ao roteiro, alcançando uma alargada base de dados de clientes.

A par do *Turismo de Portugal*, encontram-se as *Entidades de Turismo Regional*: Turismo do Porto e do Norte de Portugal; Turismo do Centro de Portugal; Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa; e Turismo do Alentejo e do Ribatejo (apenas não se inclui a região do Algarve, pois o roteiro não explora esse território). Estas entidades regionais poderão contribuir com visibilidade e divulgação do produto através das suas páginas da internet, da partilha do produto com todos os municípios aderentes, bem como, por meio da promoção do roteiro nos postos de turismo. Para além de aumentar o fluxo de turismo, esta parceria é igualmente muitíssimo importante para a valorização do património cultural.

b) Entidades responsáveis:

O presente ponto concerne às entidades responsáveis pelos monumentos integrantes do roteiro cultural *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*. Destas, fazem parte: a Direção de Cultura no Norte, responsável pelo mosteiro de Arouca; a Direção de Cultura do Centro, responsável pelo mosteiro do Lorvão; a Direção de Cultura do Alentejo, responsável pelo mosteiro de Cástris; a Câmara Municipal de Odivelas, responsável pelo mosteiro de Odivelas; a Câmara Municipal de Alcobaça, responsável pelo mosteiro de Cós; a Câmara Municipal de Santarém, responsável pelo mosteiro de Almoester; o Ministério da Defesa Nacional, responsável pelo mosteiro de São Bernardo de Portalegre; e a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade do Mosteiro de Celas.

É pretendido o estabelecimento de uma parceria entre o projeto e as demais entidades responsáveis através da qual, as últimas, permitam a cedência dos mosteiros, ou parte deles,

para a integração do roteiro cultural em construção, dentro das diversas instalações. Adicionalmente, através desta parceria, procura-se uma possibilidade de simultaneidade entre o projeto e as visitas guiadas já elaboradas nos locais, pelos guias ou pelos cuidadores (dependendo do caso), por forma a enriquecer a experiência do visitante. Aliando a informação oferecida relativamente à história fundacional e arquitetónica dos monumentos (dada pelos guias), a uma perceção do valor social que estes espaços retêm até hoje, concedido pelas mulheres que os habitaram e que “construíram a sua história” (dada pelo projeto), é possível acrescentar valor à visita e à experiência global do público.

Por fim, por meio desta parceria, seria possível manter os vários cuidadores dos mosteiros cujo trabalho é abrir as portas dos mosteiros ao público. Trata-se de pessoas extremamente essenciais, especialmente tendo em consideração as características do presente projeto, por se estender pela maioria do território português, não seria viável contratar uma ou várias pessoas para serem unicamente responsáveis pela abertura das portas.

c) Entidades Governamentais:

Dentro das entidades governamentais encontram-se as Camaras Municipais abrangidas no território explorado pelo roteiro - entre as quais se encontram a CM de Lisboa, a CM Arouca, a CM Sernancelhe, a CM Penacova, a CM Coimbra, a CM Leiria, a CM Santarém, a CM Portalegre e a CM Évora -, com o objetivo de conceder visibilidade e promover o projeto através das páginas *web* e dentro dos municípios. Esta parceria é ainda um importante potencializador de turismo, bem como uma boa forma de apostar na reabilitação, preservação e conservação dos mosteiros.

Será igualmente importante estabelecer uma parceria com o Ministério da Defesa Nacional, da qual a GNR (Guarda Nacional Republicana) é dependente e que, por sua vez, detém um dos seus centros de formação em Portalegre, dentro do antigo complexo monástico do mosteiro de São Bernardo de Portalegre. Esta parceria permitiria a cedência de parte do mosteiro para a integração no roteiro, tendo em consideração que a GNR ocupa grande parte das antigas instalações, e a inclusão de sinalização didática e educacional (como a incorporação de *QR Codes*), entrando assim em uniformidade com os restantes mosteiros presentes no roteiro.

d) Setor Privado Nacional:

As parcerias referentes ao setor privado nacional correspondem a associações de hotelaria e de turismo, como a AHP (Associação da Hotelaria de Portugal) e a TURIHA (Associação de Turismo de Habitação). O objetivo é recomendar os hotéis parceiros na página *web* do roteiro de forma que, se os visitantes marcarem uma estadia a partir do link indicado, o projeto do roteiro ganha uma percentagem de comissão. Adicionalmente, é pretendido que estas entidades

hoteleiras divulguem o roteiro, apresentando brochuras e folhetos do mesmo ou até sugerindo o roteiro como atividade para os seus clientes.

e) Centros de Investigação:

A colaboração com Centros de Investigação pode providenciar pesquisas e conhecimentos auxiliares à construção de um roteiro. Adicionalmente, poderá também ajudar no desenvolvimento do *storytelling*, através do fornecimento de informação e contextos adicionais, melhorando, de forma geral, todo o conteúdo educacional.

Estes contributos levarão a uma experiência mais positiva por parte do visitante, pois este terá acesso a mais, e diferenciados recursos.

f) Associações Culturais e Patrimoniais:

Através da parceria com a *European Charter of the Cistercian Abbeys and Sites* – que integra o programa *The Cultural Routes of the Council of Europe*⁸⁷ -, pretende-se a incorporação dos restantes quatro mosteiros que ainda não integram a Carta (sendo esses os de Almoester, Odivelas, Portalegre e Cástris), uniformizando todos os monumentos presentes no roteiro.

Para além de ser um grande potencializador de turismo, é uma forma de trazer prestígio e notoriedade ao projeto.

g) Influenciadores digitais:

Ainda que se possa apresentar igualmente enquanto um custo, os benefícios de criar parcerias e colaborações com influenciadores são diversos e, por isso, são aqui apresentados: alcance alargado; credibilidade e confiança; autenticidade e relacionalidade; maior notoriedade da marca; *marketing* direcionado; publicidade “económica”; promoção do produto/serviço; e rápida criação de conteúdos.

Neste sentido, procura-se estabelecer parcerias com influenciadores cujo nicho se foque em viagens, especialmente em viagens ou programas culturais, únicos e diferentes.

Tabela 3. Parceiros-chave do roteiro Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos

Entidades	Contributos	Benefícios
Entidades de Turismo		
Turismo de Portugal	- Visibilidade através do website; - Divulgação nacional e internacional; - Promoção e desenvolvimento do projeto; - Apoio Financeiro.	- Potencializador do crescimento de turismo; - Prestígio e notoriedade;

⁸⁷ Informação consultada a 21 de maio de 2023. Após a elaboração do presente capítulo, a *European Route of Cistercian Abbeys*, terá sido retirada da *Cultural Routes of the Council of Europe*.

Entidades de Turismo Regional: - Turismo do Porto e do Norte de Portugal; - Turismo do Centro de Portugal; - Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa; - Turismo do Alentejo e do Ribatejo	- Visibilidade e divulgação.	- Potencializador de turismo; - Valorização do património.
Agências de Viagens	- Base de dados de clientes mais alargada	- Diversidade na oferta do produto
Entidades Responsáveis pelos Monumentos		
- DRC Norte - DRC Centro - DRC Alentejo - CM Odivelas - CM Alcobaça - CM Santarém - Ministério da Defesa Nacional - Irmandade de Nossa Senhora da Piedade do Mosteiro de Celas	- Acesso aos monumentos (cedência dos espaços) - Abertura das portas (nos casos aplicáveis)	- Projeto (possivelmente) complementado por visitas guiadas, dadas pelos cuidadores e funcionários dos mosteiros.
Entidades Governamentais		
Camaras Municipais: - CM Lisboa; - CM Arouca; - CM Sernancelhe; - CM Penacova; - CM Coimbra; - CM Leiria; - CM Santarém; - CM Portalegre; - CM Évora	- Visibilidade e divulgação dentro dos municípios.	- Potencializador de turismo; - Valorização do património; - Reabilitação, preservação e conservação dos mosteiros.
DGPC (Direção-Geral do Património Cultural)	- Visibilidade e divulgação;	- Valorização do património;
Ministério da Defesa Nacional (GNR – Centro de Formação de Portalegre)	- Cedência de parte do mosteiro para integração no presente roteiro, bem como inclusão de sinalização didática e educacional	- Uniformidade com os restantes monumentos do roteiro
Setor Privado Nacional		
Pousadas de Portugal	- Visibilidade, divulgação e promoção do roteiro; - Aumento das receitas.	- Experiência (possivelmente) mais positiva para o visitante; - Envolvimento com a comunidade local; - Turismo mais sustentável.
AHP (Associação da Hotelaria de Portugal)		
TURIHAB (Associação de Turismo de Habitação)		
Centros de Investigação		
IEM (Instituto de Estudos Medievais)	- Promoção de projetos de investigação ligados à temática do roteiro	- Melhoramento do <i>storytelling</i> ; - Experiência mais positiva para o visitante.
CHAM (Centro de Humanidades)		
Associações Culturais e Patrimoniais		

<i>European Charter of the Cistercian Abbeys and Sites</i>	- Visibilidade e divulgação do roteiro na Europa;	- Prestígio e notoriedade; - Potencializador de turismo; - Uniformização do roteiro através da integração dos mosteiros de Almozer, Odivelas, Portalegre e Cástris no programa <i>The Cultural Routes of the Council of Europe</i> , da qual a <i>Charter</i> faz parte.
<i>Media and Digital Partners</i>		
Influenciadores digitais	<ul style="list-style-type: none"> - Alcance alargado; - Credibilidade e confiança; - Autenticidade e relacionalidade; - Maior notoriedade da marca; - <i>Marketing</i> direcionado; - Publicidade “económica”; - Promoção do produto/serviço; - Rápida criação de conteúdos. 	

7.9. Estrutura de Custos

Os custos associados ao roteiro cultural *O Segredo dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, dividem-se em custos fixos e custos variáveis.








a) Custos fixos:

Estes relacionam-se principalmente com os custos associados ao investimento em estratégias de marketing e multimédia, bem como, custos relativos ao domínio, manutenção do *website* e custos com redes sociais (desde produção de conteúdo, ferramentas de gestão de redes sociais, publicidade paga, *influencer marketing*, a concursos e *giveaways*, entre outros).

b) Custos variáveis:

Os custos variáveis são dirigidos a todos os serviços externos contratados: *webdesign*; criação da marca (logotipo); empresa de soluções multimédia e áudio-guias associado à leitura de *QR Codes*; *software developer* (criação da aplicação móvel); e, contratação de um escritor para auxiliar no desenvolvimento das narrativas criadas para cada mosteiro (*ghost-writer*).

Tabela 4. Modelo de Negócio - The Business Model Canva

<p>Parcerias-Chave </p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades de turismo - Entidades responsáveis pelos mosteiros - Entidades governamentais - Setor privado nacional - Centros de Investigação - Associações culturais e patrimoniais - Influenciadores digitais 	<p>Atividades-Chave </p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa e conceptualização - Construção de narrativas - Implementação de recursos - Estratégia de <i>marketing</i> - Angariação de Parceiros e Patrocínios - Produtos secundários - Relações com as entidades responsáveis pelos mosteiros 	<p>Proposta de Valor </p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Storytelling</i> - Roteiro imersivo e experiencial - Roteiro do <i>do-it-yourself</i> - Ligação com propostas internacionais, em lógica de continuidade - Promoção turística de destinos menos conhecidos - Oferta temática agregada - Novos modelos de visitaçào turística - Informação gratuita 	<p>Relação com os Clientes </p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunicação com o cliente - Presença nas redes sociais - <i>Feedback</i> por parte do cliente - Educação 	<p>Segmento de Clientes </p> <ul style="list-style-type: none"> - Visitantes de <i>self-made</i> - Visitantes fora do <i>mainstream</i> turístico - Visitantes de rotas culturais - Clientes individuais - Pequenos grupos - Famílias - Estudantes - Apreciadores da temática
<p>Estrutura de Custos </p> <ul style="list-style-type: none"> - Tecnologias (site; app; <i>QR Code</i>) - Desenvolvimento da narrativa - SEO - Recursos Humanos 		<p>Fontes de Receita </p> <ul style="list-style-type: none"> - Marketing afiliado - Financiamento através de concursos - Pedido de apoio a nível municipal - Venda de produtos secundários 		

Template retirado de <https://www.strategyzer.com/canvas/business-model-canvas>. Adaptado pela autora.

8. Plano de Marketing

De acordo com François Colbert, o marketing cultural é definido como “a arte de criar contactos com os segmentos de mercado plausivelmente interessados no produto, adaptando as variáveis de marketing (preço, distribuição, promoção) para conseguir pôr o produto em contacto com um suficiente número de consumidores, para alcançar os objetivos que foram definidos como base da missão organizativa” (Colbert, 2007: s/p). Tal significa que o marketing cultural inicia no produto e termina no mercado (Colbert, 2001).

Perspetivam-se como objetivos para este projeto:

- a) Criação da marca a comunicar, com imagem própria e distintiva;
- b) Reconhecimento e notoriedade da marca;
- c) Promoção e comunicação do projeto ao nível nacional e internacional, aproveitando o conjunto homogéneo e a notoriedade alcançada a nível internacional do objeto;
- d) Aumentar o número de turistas que realizam roteiros especializados na temática das Ordens Religiosas;
- e) Trazer *page viewers* para a página de internet que criem interação e se tornem clientes não só dos roteiros culturais, como dos restantes serviços. Para tal, será necessário:
 - Criar uma base sólida de seguidores nas redes sociais, trabalhando para o seu crescimento;
 - Angariar publicidade para o website;
 - Angariar patrocínios.

9.1. Marketing Mix

a) Produto:

Definimos um produto como qualquer coisa que possa ser oferecida a um mercado para atenção, aquisição, utilização ou consumo e que possa satisfazer um desejo ou uma necessidade. Os produtos incluem mais do que objetivos tangíveis, como carros, computadores ou telemóveis. Em termos gerais, os “produtos” também incluem serviços, eventos, pessoas, locais, organizações, ideias ou uma mistura destes.⁸⁸ (Kotler & Armstrong, 2012, p. 224)

Na sua obra intitulada *Marketing Planning for Culture and the Arts*, Colbert (2008), identifica o Produto como a peça central de qualquer empresa, continuando a afirmação constatando que,

⁸⁸ No original: “We define a product as anything that can be offered to a market for attention, acquisition, use, or consumption that might satisfy a want or need. Products include more than just tangible objects, such as cars, computers, or cell phones. Broadly defined, “products” also include services, events, persons, places, organizations, ideas, or a mixture of these.”. A tradução é da autora.

“Esta afirmação torna-se particularmente significativa no setor cultural, onde o produto constitui o ponto de partida de qualquer atividade de marketing.”⁸⁹ (p. 19).

Neste contexto, o Produto oferecido no decurso do presente trabalho de projeto, e já definido na Proposta de Valor acima indicada, prende-se com um roteiro cultural denominado *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*. Através deste, é pretendida a criação de uma oferta única e imersiva, que transporte os visitantes no tempo, conjugando visitas ao património material português – ligado à temática da Ordem de Cister -, com a elaboração de uma narrativa original sobre a vidas das monjas e mulheres que habitaram esses locais, apelando, igualmente, para a valorização do papel da mulher na sociedade medieval e moderna. Recorrendo ao delineamento de um itinerário que integra nove mosteiros cistercienses femininos, e, por meio da utilização da técnica do *storytelling*, é pretendido que os visitantes desenvolvam uma ligação de maior proximidade com cada monumento, contribuindo consequentemente, para a justificação e vontade de preservação e salvaguarda desse património.

Deste produto principal, resultam também produtos secundários que serão utilizados como elementos de rentabilização do projeto.

b) Preço:

Cada produto tem um preço, que é normalmente expresso como o valor monetário que lhe é atribuído. O preço inclui também as várias despesas relacionadas com o seu consumo (transporte, restauração, *babysitter*, etc.), o esforço que o consumidor tem que depender no ato da compra do produto, o tempo gasto a consumi-lo e os riscos percebidos de que o produto possa ser inadequado. Assim, há sempre um preço a pagar por um produto, mesmo quando este é gratuito.⁹⁰ (Colbert, 2008, p. 19)

Como evidenciado por François Colbert (citação acima), existem variados fatores que afetam e determinam o preço final de um produto. No caso do roteiro cultural *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos* (bem como para qualquer outro projeto que envolva a elaboração de uma rota/itinerário), é necessário ter em consideração uma grande diversidade de serviços.

⁸⁹ No original: “This statement becomes particularly meaningful in the cultural sector, where the product constitutes the starting point of any marketing activity.”. A tradução é da autora.

⁹⁰ No original: “Every product has a price, which is normally expressed as the monetary value attributed to it. Price also includes the various expenses related to its consumption (transportation, restaurant, babysitter, etc.), the effort a consumer must expend in the act of buying the product, the time spent consuming it, and the perceived risks that the product will be inadequate. Thus, there is always a price to pay for a product, even when it is free.”. A tradução é da autora.

Primeiramente, é preciso ter em conta o custo de entrada para cada monumento – sendo este o custo diretamente associado ao usufruto do serviço -, ou, caso no caso de não se aplicar um valor monetário fixo, quanto é que o visitante estaria disposto a doar enquanto valor simbólico, pela prestação do serviço⁹¹. No que concerne às despesas relacionadas com o consumo do produto, há que considerar ainda outras atividades, uma vez que o presente roteiro oferece uma lista de atrativos que complementam, extraordinariamente, a atividade cultural proposta. Neste sentido, os visitantes podem optar, se assim o decidirem, por realizar esses programas “extra”⁹², os quais deverão ser igualmente contabilizados no valor total do produto.

Adicionalmente, custos como transporte e alimentação poderão ser igualmente considerados pelos visitantes, contudo, ficam à sua total responsabilidade, visto tratar-se de despesas pessoais, sem ligação direta ao roteiro ou com ao projeto.

Dito isto, o preço final do produto, deverá ser concebido em função de todas estes fatores.

c) Distribuição

O *place/placemente*, refere-se aos canais de distribuição ou pontos de venda, físicos ou virtuais, através dos quais o produto chega até ao consumidor. A distribuição é composta por variados elementos, contudo, Colbert (2008), distinguiu os seguintes três canais como os principais: *distribution channels* (canais de distribuição), *physical distribution* (distribuição física) e *commercial distribution* (localização comercial).

No âmbito do presente trabalho de projeto, foram identificados os seguintes canais de distribuição⁹³:

- Postos de turismo;
- *Website* do roteiro;
- *Website* das Camaras Municipais;
- Órgãos de comunicação social;
- Páginas e blogues de turismo;
- Guias turísticos;
- Entidades Governamentais.

⁹¹ Alguns dos mosteiros, como é o caso do mosteiro de Santa Maria de Almoester, não cobram um valor pela entrada nem pela visita guiada. Contudo, no final da mesma, perguntam aos visitantes se estes podem contribuir com uma pequena doação.

⁹² Descritos nas Fichas Técnicas, disponíveis no Anexo B.

⁹³ Previamente enunciados no *Business Model Canvas*.

d) Comunicação:

A promoção vem em último lugar na primeira sequência desta definição do *marketing mix*. Na fase de preparação de uma campanha promocional, uma empresa deve saber qual é o produto que está a ser oferecido, a que preço e onde. Deve conhecer de antemão as principais características dos consumidores-alvo e, nomeadamente, os argumentos de venda mais convincentes para estes consumidores.⁹⁴ (Colbert, 2008, p. 20)

Através dos elementos do *marketing mix*, previamente enunciados, já foi determinado o produto em oferta, bem como a estrutura de preço, e quais os canais de distribuição a utilizar para alcançar os consumidores. Agora, resta apenas realizar uma segmentação do público-alvo e estipular a comunicação mais eficaz para o atrair, isto, a partir da determinação dos objetivos de comunicação, da conceção de uma mensagem, e da escolha dos meios de comunicação através dos quais se pretende enviar a mensagem (Kotler & Armstrong, 2012).

O primeiro ponto já foi anteriormente abordado na pág. 62 do presente trabalho, quando se realizou a segmentação dos destinatários. No que concerne à segunda questão, referente ao desenvolvimento de um plano de comunicação de marketing eficaz, Kotler e Armstrong (2012), alertam para a utilização das seguintes ferramentas de promoção, a serem aplicadas na comunicação com o cliente: *Advertising* (publicidade), “Any paid form of nonpersonal presentation and promotion of ideias, goods, or services by and identified sponsor.”; *Sales promotion* (promoção de vendas), “Short-term incentives to encourage the purchase or sale of a product or service.”; *Personal selling* (venda pessoal), “Personal presentation by the firm’s sales force for the purpose of making sales and building customer relationships”; *Public relations* (relações públicas), “Building good relations with the company’s various publics by obtaining favorable publicity, building up a good corporate image, and handling or heading off unfavorable rumors, stories, and events.”; *Direct marketing* (marketing direto), “Direct connections with carefully targeted individual consumers to both obtain an immediate response and cultivate lasting customer relationships.” (Kotler & Armstrong, 2012, p. 408). Adicionalmente a estas, existem fontes que chamam à atenção para o uso de outras ferramentas, complementares às já enunciadas: *Word-of-mouth marketing* (marketing de “boca-a-boca”), ocorre quando os consumidores comentam entre si a experiência que tiveram ao adquirir determinado produto; *Digital marketing* (marketing digital), “Digital marketing is a set of activities that a company or person runs on the Internet in order to attract new businesses and

⁹⁴ No original: Promotion comes last in the first sequence of this definition of the marketing mix. In the pre-preparation stage of a promotional campaign, a company must know which product is offered at which price and where. It must know beforehand the main characteristics of the targeted consumers and, in particular, the most convincing selling arguments for those consumers.”. A tradução é da autora.

develop a brand identity.” (Kotler, s.d.); e Eventos, “People attend events because of the opportunity for an entertainment, educacional, cultural or enrichment experience, or satisfy social, business, or political obligations.” (Silvers, 2010, citado por Pinto, 2016).

No âmbito do projeto *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, cuja mensagem a transmitir se prende, não apenas com a valorização do património material português, mas também, com a reconhecimento do papel da mulher na sociedade medieval e moderna, a partir da criação de uma narrativa que pretende dar a conhecer aos visitantes – de um ponto de vista mais pessoal e íntimo -, a vida das monjas que habitavam os monumentos integrantes do roteiro cultural, foram tidos em consideração os seguintes instrumentos de comunicação:

1. Publicidade:

- Sites dedicados exclusivamente a conteúdos de viagens, tais como o TripAdvisor e Booking.com.
- Campanha em revistas de turismo, nacionais e internacionais (Publituris, Volta ao Mundo, AFAR, Wanderlust, National Geographic).
- Campanha de publicidade através dos meios de comunicação social (imprensa e rádio).

2. Relações Públicas:

- Parceria com *influencers* especializados, ou focalizados, em viagens e experiências culturais diversificadas.
- Contacto com revistas de turismo e com os meios de comunicação social.
- Presença ativa nas redes sociais, mantendo um contacto próximo com os seguidores.

3. Marketing Direto:

- Construção de uma *Newsletter* com informações sobre o roteiro.
- Envio de e-mails destacando a experiência cultural em questão, ofertas especiais e novidades.
- Campanhas junto de escolas e universidades, por forma a apresentar o projeto.

4. Marketing de “boca-a-boca”:

- Através da oferta de um produto e de uma experiência única, diversificada com um *storytelling* imersivo, é esperado que os visitantes transmitam as suas vivências a familiares e amigos, incitando-os a realizar o roteiro num futuro próximo.

5. Marketing Digital:

- Criação de um *website user friendly*, que facilite a navegação no mesmo por parte do visitante. Um local onde os interessados em realizar o roteiro possam encontrar todas as informações que necessitam, incluindo materiais descarregáveis com informações sobre os diversos monumentos presentes no roteiro, conforme apresentado no Anexo B⁹⁵.
- Otimização dos conteúdos do website através da utilização do SEO (*Search Engine Optimization*), que permite a sua melhor visibilidade nos motores de pesquisa (p. ex. *Google, Yahoo!, Bing*)
- Presença nas principais redes sociais: Instagram, Twitter, Youtube, Facebook e Tiktok.
- Criação de *posts* apelativos, artigos, vídeos e podcasts, a partir dos quais se pretende partilhar ideias, dicas de viagens, bem como histórias culturais relativas ao roteiro.

⁹⁵ Anexo B – Fichas Técnicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do presente trabalho de projeto surgiu, numa primeira fase, da identificação de uma lacuna no que concerne ao aproveitamento de determinados complexos monásticos cistercienses femininos, enquanto recursos e atrativos turísticos. Neste sentido, foi identificada a oportunidade de desenhar, definir e construir um roteiro cultural, circunscrito ao território continental português, centrado na temática do ramo feminino da Ordem de Cister.

Tendo em consideração que o presente projeto funciona, paralelamente, como uma atividade cultural que tem em vista incentivar à valorização e preservação destes espaços – alguns em risco de abandono e ruína devido ao seu deficiente estado de conservação –; através do recurso à utilização da ferramenta do *storytelling* (definida, neste contexto, como a elaboração de narrativas únicas e exclusivas ao presente projeto), a proposta do roteiro teve como derradeiro objetivo, a criação de um produto novo e inovador que pretende explorar, de um ponto de vista histórico-social e pessoal, a vida das monjas que habitaram os nove mosteiros selecionados a integrar o projeto: o Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca; o mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa; o Mosteiro de São Mamede e São Paio de Lorvão; o Mosteiro de Santa Maria de Celas; o Mosteiro de Santa Maria de Cós; o Mosteiro de Santa Maria de Almoester; o Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas; o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição; e, o Mosteiro de São Bento de Cástris.

Na íntegra, o projeto *Os Segredos dos Mosteiros Cistercienses Femininos*, é constituído pelos recursos patrimoniais pré-existentes, anteriormente indicados, e pelas narrativas concebidas, sendo as últimas o elemento mais relevante e diferenciador do mesmo, pois, permitem o fortalecimento da conexão emocional entre o visitante e o objeto de estudo (os mosteiros), contribuindo para uma aprendizagem e transmissão de conhecimentos mais eficaz.

Por forma a compreender de que forma é que este tema específico – o monaquismo cisterciense feminino – se poderia transformar num produto cultural, foi essencial estudar e analisar o impacto da Ordem de Cister com ênfase no seu ramo feminino, no plano geral europeu e, posteriormente, no contexto nacional. Sem essa primeira abordagem, que muito acresceu ao desenvolvimento do conhecimento sobre o tema, a construção das narrativas, baseada na literatura académica e factos históricos, não teria sido possível.

Na expectativa de elaborar um roteiro cultural sobre os mosteiros cistercienses femininos portugueses, procurou-se, então, responder à questão de partida que guiou todo o trabalho: verificar a viabilidade da construção de um roteiro, cujo tema se centrasse nos mosteiros cistercienses femininos presentes no território português.

Através da análise SWOT realizada, foi possível concluir que existem, de facto, fraquezas e obstáculos. Estes sobressaem, principalmente, na significativa extensão do percurso, que pode ser considerada desmotivadora; na necessidade de possuir viatura própria para chegar aos monumentos, inacessíveis, com a exceção do mosteiro de Odivelas, por transportes públicos; e na limitação tecnológica, visto que a realização da atividade está dependente ao acesso a um *smartphone* com dados móveis. Esta última pode-se demonstrar especialmente desafiadora para os visitantes que se insiram numa faixa etária mais avançada que, por norma, não têm tanta facilidade ao acesso a este tipo de dispositivos, ou, ao seu manuseamento. Ainda assim, os pontos relativos às Forças e às Oportunidades ultrapassam as Fraquezas, demonstrando um balanço positivo a favor da viabilidade do projeto.

Complementarmente, o modelo de negócio, projetado a partir da ferramenta *Business Model Canva*, contribuiu para a estruturação e desenho do projeto do roteiro. A partir do seu desenvolvimento foi criada uma proposta de itinerário adaptável, permitindo ao visitante determinar o percurso que mais lhe seja adequado ou conveniente, tendo em consideração o tempo que tem disponível para a sua realização ou preferência de locais a visitar, apelando ao público do *do it yourself*, sem que o produto final seja comprometido, uma vez que as narrativas não se regem por uma linha sequencial.

No que concerne às estratégias metodológicas aplicadas, será, primeiramente, necessário clarificar que o trabalho de campo realizado ficou incompleto, dado que os mosteiros de Santa Maria de Celas (reaberto em janeiro de 2023) e de São Bento de Cástris (encerrado ao momento do desenvolvimento do presente trabalho), se encontravam fechados ao público no momento alocado para a realização das visitas presenciais aos monumentos, por razões de obras de conservação e restauro. Esta limitação demonstrou-se mais desafiadora aquando da criação das narrativas, sobre as quais as visitas tiveram um grande impacto. Adicionalmente, também a pesquisa realizada para a II Parte do presente trabalho, especificamente o subcapítulo relativo às *Oportunidades para os Roteiros Turístico-Culturais*, apresentou igualmente algumas limitações, uma vez que os dados estatísticos disponibilizados sobre os monumentos tutelados pelo Estado demonstraram-se insuficientes na perspetiva da investigação inicialmente planeada para este trabalho.

Neste sentido, após a realização do presente trabalho de projeto, foi possível concluir que apesar de apresentar alguns pontos menos positivos, o roteiro cultural *Os Segredos dos Mosteiros Femininos Cistercienses*, aparenta possuir a capacidade de ser bem implementado e, paralelamente, contribuir para um turismo mais sustentável refletido pela redução do turismo nos grandes centros urbanos, atraindo os visitantes para outros locais – neste caso, o norte e

centro, litoral e interior de Portugal. É igualmente possível afirmar, de que se trata de um produto cultural construído a partir de uma ideia original sem precedentes semelhantes dentro do contexto nacional, que apresenta um conceito firme, permitindo atrair o público e promover, através dos atrativos em ligação com as narrativas, o conhecimento e valorização do papel da mulher na sociedade medieval e moderna.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Estatísticas:

- DGPC. (2022). *Estatísticas de Visitantes dos Museus, Monumentos e Palácios da DGPC. 2022*. Consultado a 12 de junho de 2023 em: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2023/03/10/ev.pdf>.
- Instituto Nacional de Estatística (2020). *Estatísticas do Turismo: 2019*. Lisboa: INE. Consultado a 12 de junho de 2023 em: [url:https://www.ine.pt/xurl/pub/133574](https://www.ine.pt/xurl/pub/133574).
- TravelBI. (2021). *Turismo em Portugal 2019*. Turismo de Portugal. Consultado a 12 de junho de 2023 em: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/turismo-em-portugal/turismo-em-portugal-2019/>.
- TravelBI. (2023). *Turismo em Números – 2022*. Turismo de Portugal. Consultado a 12 de junho de 2023 em: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/turismo-em-portugal/turismo-em-numeros-2022/>.
- Turismo de Portugal I.P. (2017). *Estratégia Turismo 2027. Liderar o Turismo do Futuro*. Consultado a 12 de junho de 2023 em: <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>.

Fontes Legislativas:

- Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio. *Diário da República, 1.ª série – N.º 94*.
- Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro. *Diário da República, 1.ª série – N.º 172*.

Fontes Régias:

- Decreto 1834 – Abolição das Ordens Religiosas.

Fontes Fotográficas:

- Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa. Consultado a 6 de junho de 2023 em <https://www.skyscrapercity.com/threads/sernancelhe.293804/page-12>.
- Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. Consultado a 6 de junho de 2023 em https://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_de_S%C3%A3o_Bernardo_%28Portalegre%29.
- Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Consultado a 6 de junho de 2023 em <https://portugal.in.eu/patrimonio-de-santarem/>.
- Mosteiro de Santa Maria de Celas. Consultado a 6 de junho de 2023 em <https://www.cm-coimbra.pt/areas/visitar/conhecer-coimbra/monumentos/mosteiro-de-celas>.
- Mosteiro de Santa Maria de Cós. Consultado a 6 de junho de 2023 em <https://ufcam.pt/mosteiro-de-santa-maria-de-coz-2/>.
- Mosteiro de Santa Maria do Lorvão. Consultado a 6 de junho de 2023 em <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/mosteiro-lorvao>.
- Mosteiro de São Bento de Cástris. Consultado a 6 de junho de 2023 em <https://www.cm-evora.pt/locais/convento-de-s-bento-de-castris/>.
- Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas. Consultado a 6 de junho de 2023 em <https://www.cm-odivelas.pt/autarquia/freguesias/odivelas/poi/mosteiro-de-sao-dinis-e-sao-bernardo>.
- Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca. Consultado a 6 de junho de 2023 em <https://culturanorte.gov.pt/patrimonio/mosteiro-de-santa-maria-de-arouca/>.

Outras Fontes:

- Aníbal, S. (2023, 15 de maio). Turismo coloca Portugal entre os que mais crescem na EU este ano. Público. Consultado a 13 de junho de 2023 em

<https://www.publico.pt/2023/05/15/economia/noticia/turismo-coloca-portugal-crescem-ue-ano-2049641> .

e-Cultura.pt. (s.d.) *Nova Rota Cisterciense*. Consultado a 31 de agosto de 2023 em <https://www.e-cultura.pt/artigo/22162>.

Mar, M. (2023, 24 de janeiro). *Mosteiro de Celas reabre após obras de restauro*. Diário As Beiras. Consultado a 22 de agosto de 2023 em <https://www.asbeiras.pt/2023/01/mosteiro-de-celas-reabre-apos-obras-de-restauro/>.

Pina, A. (2022, 6 de abril). *Mosteiro de Alcobaça recebe IV Encontro Internacional de Abadias Cistercienses*. Jornal Económico. Consultado a 31 de agosto de 2023 em <https://jornaleconomico.pt/noticias/mosteiro-de-alcobaca-recebe-iv-encontro-internacional-de-abadias-cistercienses-874731/>.

The Rule of St Benedict (Translated into English. A Pax Book). (1931). London, S.P.C.K.

Bibliografia:

Adamo, P. C. (2019). The White Nuns. Cistercian Abbeys for Women in Medieval France, by Constance Hoffman Berman, *Church History and Religious Culture*, 99(2), 271-273. <https://doi.org/10.1163/18712428-09902006>.

Almeida, J. S. F. (2019). Turismo Criativo: uma nova visão do Turismo, uma nova geração de experiências e emoções. [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Gestão]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/30310>.

Amendoeira, P., Costa, A., Matos, J. (2001). *Convento de São Bento de Cástris*. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico). Consultado a 26 de março de 2023 em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6511.

Araújo, M. M. L. (2005). *Dotes de Freiras no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século XVII)*. Núcleo de Estudos Históricos Universidade do Minho.

Aulet, S., Mundet, L., Dolors, V. (2016, setembro). Monasteries and tourism: interpreting sacred landscape through gastronomy. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 11(1), pp. 175-196. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v11i1.1221>.

Barreira, C. F., Fontes, J. L., Lopes, P. C., Rêpas, L. M., Farelo, M. (2019). Normatividades, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estêvão de Aguiar. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 19, 345-377. https://doi.org/10.14195/1645-2259_19_14.

Batalha, J. L. (1996). O Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Comissão Cultural da Associação Recreativa e Cultural da Freguesia de Almoester (ARCFA).

Bouton, J. C. (1995). The Life of the Twelfth and Thirteenth-Century Nuns of Cîteaux. In Nichols, J. A & Shank, L. T. (Ed.), *Medieval Religious Women* (pp. 11-28), V. 3. Cistercian Publications Inc.

Bucho, D. (1998). *Mosteiro de São Bernardo de Portalegre/Escola Prática do Agrupamento de Instrução da Guarda Nacional Republicana, GNR, de Portalegre*. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico). Consultado a 25 de março de 2023 em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3748.

Bucho, D. A. (1994). *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Estudo histórico-arquitetónico. Propostas de recuperação e valorização do património edificado* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/12036>

Burton, J. & Kerr, J. (2011). *The Cistercians in the Middle Ages*. The Boydell Press.

Campos, F. (2017). *A Ordem das Ordens Religiosas: Roteiro Identitário de Portugal (Séculos XII - XVIII)*. Caleidoscópio.

Carvalho, J. & Figueiredo, P. (2004). *Convento de São Bernardo/Convento de Nossa Senhora da Assunção*. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico). Consultado

- a 14 de setembro de 2022 em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4271.
- CBI. Ministry of Foreign Affairs. (s.d.) Attracting tourists from Europe. Consultado a 14 de junho de 2023 em https://infographics.rvo.nl/cbi/tso/?_ga=2.85562138.2091075329.1686697193-1331872618.1686697193.
- Cerezuela, D. R. (2007). *Diseño y Evaluación de Proyectos Culturales*. Barcelona: Ariel.
- Cocheril, M. (1986). *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Colbert, F. (2008). *Marketing Planing for Culture and the Arts*. Carmelle e Rémi Marcoux, Montreal, École des Hautes Commerciales.
- Costa, A. (2013). *Abadia de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo/Convento das Bernardas do Mocambo/Real Mosteiro da Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo*. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico). Consultado a 25 de março de 2023 em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5576.
- Council of europe. (s.d.) *Cluniac Sites in Europe*. Consultado a 21 de maio de 2023 em <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/the-cluniac-sites-in-europe>.
- Council of Europe. (s.d.) *European Route of Cistercian Abbeys*. Consultado a 21 de maio de 2023 em <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/the-european-route-of-cistercian-abbeys>.
- Espírito Santo, A. (1998). João Cassiano e a Regra de S. Bento. *HVMANITAS*, Vol. L, 299-310.
- European Comission (s.d.). Creative Europe CULTURE strand. Consultado a 26 de julho de 2023 em <https://culture.ec.europa.eu/creative-europe/creative-europe-culture-strand>.
- Figueira, L. M. (2013). *Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*. Instituto Politécnico de Tomar.
- Franca, P. V. & Rosa, M. L. (2020). Configurar os espaços monásticos no feminino: inclusão familiar, protagonismo e devoção. Os Perdigões e o Mosteiro de Cástris (séculos XIV-XV). In Conde, A. F., Magalhães, O. & Gouveia, A. C. (Eds.). *O Claustro e o Século: Espaço, Fronteiras e Identidades*. Évora: Publicações do Cidehus.10.4000/books.cidehus.10221.
- France, J. (2013). The Cistercian community. In Bruun, M. B. (Ed.), *The Cistercian Order* (pp. 80-86). Cambridge University Press.
- Freeman, E. (2013). Nuns. In Bruun, M. B. (Ed.), *The Cistercian Order* (pp. 100-111). Cambridge University Press.
- Gomes, S. A. (1998). *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR).
- Gotofilms (2019, 25 de maio). *Convento das Bernardas, em Tavira* [Vídeo]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=AzxPC_NBGU.
- Jamroziak, E. (2013). Centers and peripheries. In Bruun, M. B. (Ed.), *The Cistercian Order* (pp. 65-79). Cambridge University Press.
- Jo, M., Cha, J., Kim, J. (2022). Effects of Tourism Storytelling on Tourism Destination Brand Value, Lovemarks and Relationship Strength in South Korea. *Sustainability*, 14(24), pp. 1-16. <https://doi.org/10.3390/su142416495>.
- Jordan, E. L. (2012). Gender Concerns: Monks, Nuns, and Patronage of the Cistercian Order in Thirteenth Century Flanders and Hainaut. *Speculum*, 87, 62-94. <https://doi.org/10.1017/S0038713411003861>.
- Jordan, E. L. (2012). Roving Nuns and Cistercian Realities: The Cloistering of Religious Women in the Thirteenth Century. *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 42 (3), 597-614. <https://doi.org/10.1215/10829636-1720589>.

- Kiwop. (2020, 16 de abril). Digital Marketing: What is it, what it's for and examples of strategies. Consultado a 21 de junho de 2023 em <https://www.kiwop.com/en/blog/digital-marketing-what-it-is-and-what-it-is-for-2> .
- Kotler, P. & Armstrong, G. (2012). Principles of Marketing. Nova York, Pearson Higher Education, 14ª Ed.
- Lessa, E. (2016). Guardar o Silêncio, cantar Louvores ao Divino: a vida intramuros das monjas de Cister. In Conde, A. F., & Gouveia, A. C. (Eds.) *Do Espírito do Lugar – Música, Estética, Silêncio, Espaço, Luz: I e II Residências Cistercienses de São Bento de Cástris* (pp. 28-46). Évora: Publicações do Cidehus. <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.2034> .
- Ličaj, B., Matja, L. (2015). Storytelling and cultural tourism. Valorisation of past identities. In S. Santoro (Co.), Skills and tools to the cultural heritage and cultural tourism management (pp. 179-290). Tempus IV CHTMBAL project.
- Luxinvicta. (s.d.). Caminhos de Cister e Santiago de Compostela | Portugal e Espanha. Consultado a 18 de julho de 2023 em <https://www.luxinvicta.pt/conte.php?a=23> .
- Mann, Robin. (2015). Benchmarking Past, Present, and Future. COER News.
- Marques, M. A. F. (1986). Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região Entre Douro e Tejo: Notas para uma investigação. In A Mulher na Sociedade Portuguesa, Atas do Colóquio realizado em Coimbra de 20 a 22 de março de 1985 (pp. 5-30). Coimbra Editora, Limitada.
- Marques, M. A. F. (1998). Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal. Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Martins, A. M. T. (2007). O Mosteiro de Tabosa. Letras Aquilianas, 1, 191-200. <http://hdl.handle.net/10400.6/690>
- Mota, C. M. (2020). Avaliação das Rotas Turísticas em Portugal Continental [Dissertação de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa e Universidade Europeia]. Repositório do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/22047>.
- Mota, C. V., & Gonçalves, F. (2022). Segmentação das rotas turísticas em Portugal Continental – Uma análise de clusters. Revista Turismo & Desenvolvimento, 39, pp. 139-154. <https://doi.org/10.34624/rtd.v39i0.30432>.
- Muralha, F. (s.d.). Quais são as fontes de financiamento de um projeto cultural?. Consultado a 26 de julho de 2023 em <https://citaliarestauro.com/financiamento-projeto-cultural/> .
- Museu da Marioneta (s.d.). *Convento das Bernardas*. Consultado a 25 de janeiro de 2023 em <https://www.museudamarioneta.pt/pt/museu/>.
- Oliveira, P. M. (1951). Origens da Ordem de Cister em Portugal. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Osterwalder, A. & Pigneur, Y. (2011). Business Model Generation – Inovação em Modelos de Negócios. Editora Alta Books.
- Paulino, F. F. (2017). A Madeira e a Viagem do Açúcar – Da Polinésia à Madeira. RTP/Edicarte. Consultado a 16 de julho de 2023 em <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-historia-do-acucar/> .
- Pereira, P. (2017). Arte Portuguesa (3.ª ed.). Círculo de Leitores.
- Pinto, R. F. (2016). Ferramentas de comunicação de marketing e promoção das cidades e seus espaços públicos urbanos [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/17716>.
- Power, E. E. (1922). Medieval English Nunneries c. 1275 to 1535. Cambridge University Press.
- Rêpas, L. M. (2005). As Abadessas Cistercienses na Idade Média: Identificação, caracterização e estudo de trajetórias individuais ou familiares. In Lusitana Sacra, 2ª série, 17 (2005), pp. 63-91.

- Rêpas, L. M. (2021). *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média* [Dissertação de Doutoramento não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Rêpas, L. M., Farelo, M., & Barreira, C. F. (2021). Uma visitação inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: as origens da comunidade e a sua organização no período medieval. *Lusitania Sacra*, (41), pp. 181-208. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2020.10124>.
- Sá, J. M. A. (2017). *Turismo Criativo em Portugal: Reflexão sobre territórios turísticos alternativos no caso do Algarve* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/85574>.
- Santos, J. F., Carvalho, R., Figueira, L. M. (2012). A importância do turismo cultural e criativo na imagem de um destino turístico. *Revista Turismo e Desenvolvimento*. pp. 1559-1572.
- Santos, J., Macedo, S. C., Neves, J. S., Miranda, A. P. (2022, dezembro). O Património Imóvel Avesso à Estatística? Os Monumentos Nacionais e o acesso público. *Sociologia On Line*, 30, pp. 30-58. <http://hdl.handle.net/10071/28714>.
- Santos, M. L. G. (s.d.). *O Ciclo vivencial do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Saramago, A. (1993). *Doçaria conventual do Alentejo. As receitas e o seu enquadramento histórico* (4ª ed.). Colares Editora.
- Sousa, B. V. (dir.). (2016). *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento - guia histórico*. 3rd ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sousa, M. A. P., & Gomes, S. A. (1998). *Intimidade e Encanto – O Mosteiro Cisterciense de Sta. Maria de Cós*. Leiria: Magno.
- Teixeira, V. G. (2012, 17 de junho). *Ordem de Cister: herança cultural em Portugal e na Europa*. Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura. Consultado a 26 de junho de 2023 em https://www.snpcultura.org/ordem_cister_heranca_cultural_portugal_europa.html.
- Teixeira, V. G. (2012, 17 de junho). *Ordem de Cister: Herança cultural em Portugal e na Europa*. Secretariado Nacional da Pastoral da Cultural. Consultado a 31 de março de 2023 em https://www.snpcultura.org/ordem_cister_heranca_cultural_portugal_europa.html.
- Thompson, S. (1978). The problem of the Cistercian nuns in the twelfth and early thirteenth centuries. In Basil Blackwell (Ed.), *Medieval Women* (pp. 227-252). The Ecclesiastical History Society.
- Tobin, S. (1996). *The Cistercians*. Overlook Press.
- Turismo de Portugal. (2023, 17 de maio). *Agentes de animação turística*. Consultado a 1 de setembro de 2023 em https://business.turismodeportugal.pt/pt/Planear_Iniciar/Como_comecar/Agentes_Animacao_Turistica/Paginas/default.aspx.
- Turismo de Portugal. (2023, 18 de maio). *Linha +Interior Turismo*. Consultado a 26 de julho de 2023 em <https://business.turismodeportugal.pt/pt/investir/financiamento/linhas-financiamento/paginas/linha-mais-interior-turismo.aspx/>.
- Turismo de Portugal. (s.d.) *Investimento e Apoio ao Negócio*. Consultado a 26 de julho de 2023 em https://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/information-hub-mne/Paginas/investimento-e-apoio-ao-negocio.aspx.
- World Tourism Organization. (s.d.). *Tourism and Culture*. Consultado a 13 de junho de 2023 em <https://www.unwto.org/tourism-and-culture>.

Anexos

Anexo A. Mapa dos Mosteiros Cistercienses Portugueses.

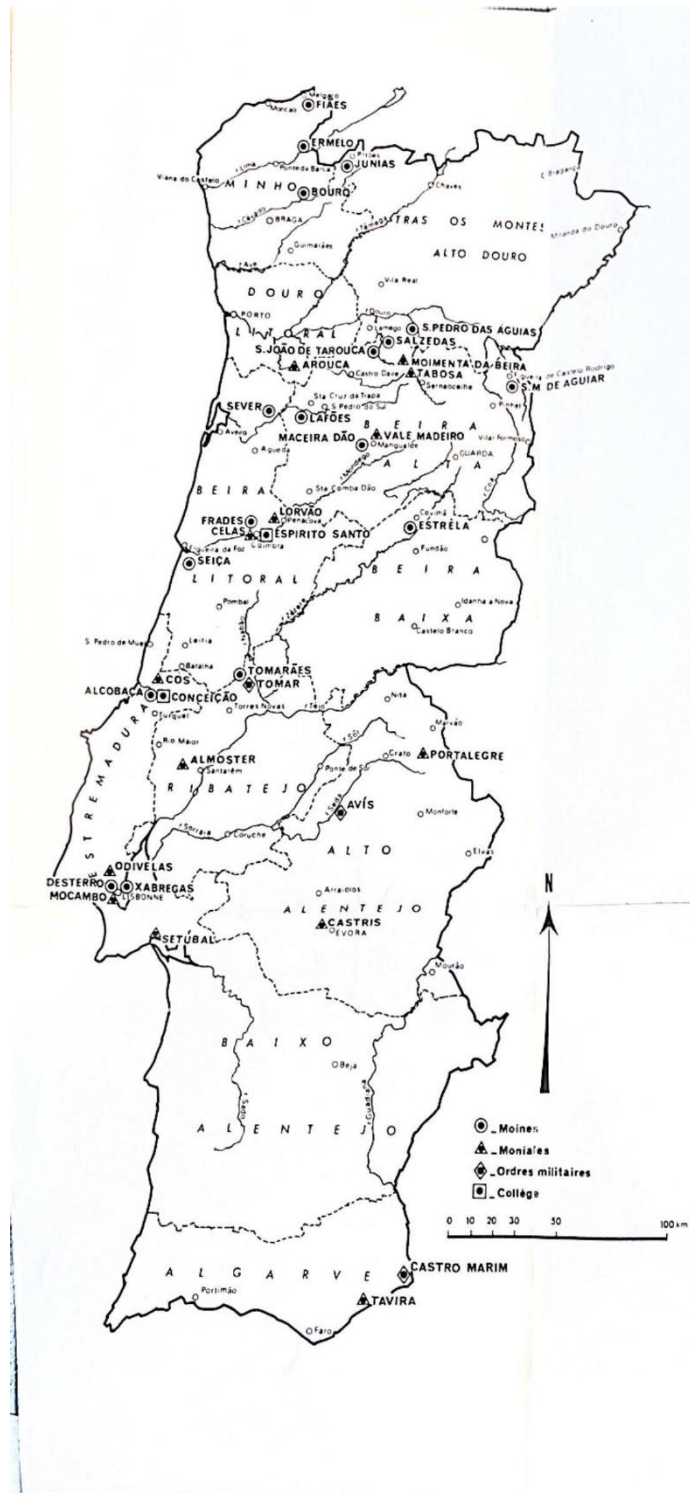


Figura 6. Mapa dos Mosteiros Cistercienses Portugueses.
 Fonte: Cocheril (1986).

Anexo B. Fichas Técnicas

A.

Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca

As origens do **mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca** precedem à formação de Portugal enquanto reino, tendo sido edificado no séc. X. O complexo religioso serviu durante muitos anos uma comunidade mista, tornando-se numa congregação feminina a partir de 1154, quando ficou igualmente sujeita à Regra de São Bento. Contudo, o mosteiro apenas se afirmou cisterciense na década de 1210, após nele ter ingressado D. Mafalda, filha do rei D. Sancho I. Sob a sua patronagem, o mosteiro de Arouca converteu-se numa das “casas mais ricas e poderosas do monaquismo português.”.



Tema da Narrativa

O dia-a-dia das monjas de Cister



**Largo de Santa Mafalda,
4540-108 Arouca, Aveiro**



40° 55' 42.2" N
8° 14 '49.0" O



Monumento Nacional, 1910



Terça-feira a Domingo:
9h30 – 12h00 e 14h00 – 17h00



3€ - bilhete inteiro
1.50€ - estudantes e reformados
Grátis – até 12 anos



DRC Norte

A não perder

- Passadiços do Paiva, 14 km
- Ponte 516 Arouca, 22 km



Doçaria Conventual

- Castanhas Doces
- Roscas de Amêndoa
- Charutos de Amêndoa
- Morcelas Doces
- Pão de São Bernardo

B.

Mosteiro de Santa Maria do Lorvão

Os primórdios da comunidade de **Santa Maria do Lorvão** antecedem as origens do reino de Portugal, contudo, os seus precedentes exatos continuam por esclarecer. Sabe-se, no entanto, que a partir do séc. XII, o mosteiro beneficiou de “generosidade condal e régia”, que se prolongou até ao século seguinte, aquando da expulsão dos monges beneditinos que habitavam o complexo monástico, o qual culminou com a entre do mosteiro do Lorvão a D. Teresa, filha primogénita de D. Sancho I.

A rainha terá casado originalmente com Afonso XI de Leão, porém, por motivos de consanguinidade próxima, a união foi anulada pelo Papa Celestino III, o que forçou o regresso de D. Teresa a Portugal, onde se refugiou na religião. Dessa forma, envolta em fervor religioso, a qual deu asas a uma reforma dentro do mosteiro do Lorvão, a rainha instala aí uma congregação cisterciense feminina.



Tema da Narrativa

As abadessas. Eleições e responsabilidades



**R. Evaristo Lopes Guimarães,
3360-106 Lorvão, Coimbra**



40° 15' 34.2" N
8° 19' 02.9" W



Monumento Nacional, 1910

Segunda-feira a Sábado:
9h15 – 12h45 e 14h00 – 17h45
Domingo:
9h45 – 10h30 e 14h00-17h45



3€ - bilhete inteiro
Grátis – até 12 anos, visitas à igreja e domingos e feriados até à 13h00



DRC Centro

A não perder

- Praia Fluvial do Reconquinho, 10 km



Doçaria Conventual

- Pastéis de Lorvão
- Nevadas
- Morgados
- Queijos do céu

C.

Real Mosteiro de Santa Maria de Celas

À semelhança dos mosteiros de São Pedro e São Paulo de Arouca e de Santa Maria do Lorvão, também o **mosteiro de Santa Maria de Celas** usufruiu da influência de uma das filhas de D. Sancho I, nesta ocorrência, falamos de sua segunda filha, a infanta D. Sancha. Não obstante, ao contrário do ocorrido com os complexos monásticos deixados a suas irmãs, este terá sido o primeiro a ser contruído de raiz.

Adicionalmente, a historiografia não consegue apresentar datas específicas no que concerne à fundação do mosteiro e ao ano de integração dentro da Ordem de Cister. Na verdade, é apenas por testemunho de D. Teresa, sua irmã, que se sabe que D. Sancha “pretendia aí estabelecer uma Ordem sob a Regra de São Bento (...)”, pois, a infanta terá, possivelmente, falecido antes da incorporação oficial do mosteiro de Celas, dentro da Ordem.



Tema da Narrativa

A hierarquia e as diferentes funções



**R. Manso Preto 23, 3000-256
Coimbra, Coimbra**



40° 12' 54.9" N
8° 24' 44.0" W



Monumento Nacional, 1910



Segunda-feira a Sábado:
15h00 – 18h00



Grátis – até 12 anos
1€ - entre 12 e 18 anos e + de 65
2€ - entre 18 e 65 anos



239 484 058 / 934 158 464 ou
mosteirodecelas@gmail.com
(marcação prévia)



Irmandade de Nossa Senhora da
Piedade do Mosteiro de Celas

A não perder

- Universidade de Coimbra, 1.7 km
- Jardins da Quinta das Lágrimas, 7 km



Doçaria Conventual

- Pêssegos cobertos de Celas
- Marmelada fina
- Cidrão de Celas

D.

Mosteiro de Santa Maria de Cós

A fundação do **mosteiro de Santa Maria de Cós**, representa uma singularidade dentro do panorama cisterciense feminino português, uma vez que, ao contrário das sete outras comunidades de monjas bernardas que remontam ao séc. XIII e sobre as quais existe um determinado nível de certeza enquanto às suas origens e formação, a fundação de Cós, encontra-se envolta numa nuvem de relatos quase lendários.


Aquilo que, aparentemente, se sabe sobre o seu estabelecimento, é que a comunidade teve início na primeira metade do séc. XIII, com o ajuntamento de um pequeno grupo de mulheres que alí se recolheram, “segundo uma forma de vida pouco regular”. O que também difere Cós das distintas comunidades e a torna única dentro do contexto português, era a sua dependência total e direta do mosteiro de Alcobaça, pois, esta terá sido inicialmente “uma granja de Alcobaça onde se recolheram (...) algumas viúvas que lavavam a roupa branca dos monges de Alcobaça (...)”, recebendo do mosteiro tudo o que necessitavam – incluindo alimentação vestuário e calçado -, uma vez que não possuíam recursos próprios. De acordo com Maur Cocheril (1986), terá sido apenas no séc. XVI que se deu a integração oficial do Mosteiro de Santa Maria de Cós na Ordem de Cister, apesar de existirem documentos datados do século predecessor, que “enunciam claramente a organização institucional autónoma e dirigida, segundo a regra cisterciense, da comunidade de Cós.”.




Tema da Narrativa


Razões que levavam ao recolhimento dentro da Ordem de Cister


 **Rua de Santa Rita, 2460-396 Coz, Leiria**

 39° 36' 06.6" N
8° 57' 21.0" W

 **Monumento Nacional, 1910**

 Terça-feira a Sexta-feira:
9h30 – 12h30 e 14h00 – 18h00
Sábado:
14h00 - 18h00

 **969 642 970 / 924 032 615**
(marcação prévia)

 Câmara Municipal de Alcobaça

A não perder 

- Mosteiro de Alcobaça, 8 km

 **Doçaria Conventual**

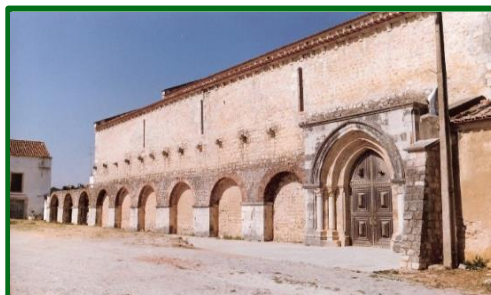
- Barriguinhas de Freira

E.


Mosteiro de Santa Maria de Almoſter


O **mosteiro de Santa Maria de Almoſter** foi mandado construir no ano de 1298 por D. Berengária Aires, dama de honor da Rainha Santa Isabel, sob as ruínas de um antigo convento de freiras bentas que terá sido destruído pelos árabes aquando das invasões ibéricas. Contudo, apesar da ordem de fundação por parte de D. Berengária, o desejo da sua fundação proveio de D. Sancha Peres de Vides, sua mãe, que no seu testamento “manda que sua filha, D. Berengária de Aires (...) *faça fazer* em Almoſter um Mosteiro de monjas da Ordem de Cister”, “ou d’outra Ordim que seja a serviço de Deos qual mha filha tiver por bem (...)”.

Antes que as obras tivessem terminado, em 1310, falece D. Berengária. Consequentemente, a Rainha Santa declara-se protetora do mosteiro e sob o seu comando é contruído o claustro e a enfermaria, juntamente com uma capela. Ademais, declara ainda que, “por sua morte (...) mil libras da sua fortuna” deveriam ser deixadas a Almoſter. Adicionalmente, o mosteiro foi igualmente dotado de inúmeras rendas e privilégios reais por parte de El-Rei D. Dinis.




Tema da Narrativa
Doçaria Conventual

 **Largo do Mosteiro de Almoſter, 2005-111 Almoſter, Santarém**

 39° 14' 23.9" N
8° 47' 36.4" W

 **Monumento Nacional, 1910**

 **243 491 404**
(marcação prévia)

 -

A não perder 

- Jardins das Portas do Sol, 13.5 km

 **Doçaria Conventual**

- Arrepiados de Almoſter

F.

Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas


A edificação do **mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas**, igualmente conhecido como mosteiro de Odivelas, deveu-se, desde logo, à iniciativa régia tendo sido fundado em 1295 – com as obras a prolongarem-se até 1305 -, pelo rei D. Dinis, sendo igualmente o local onde o monarca se encontra sepultado.

Uma das muitas curiosidades ligadas a este mosteiro, prende-se com a história da sua edificação. Reza a lenda que, durante uma caçada, o rei terá sido atacado por um urso e, como forma de ter sobrevivido a esse evento por ato de um milagre, prometeu então mandar contruir um mosteiro cisterciense.





Tema da Narrativa
Transgressões e Castigos


 **Largo Dom Dinis, 2675-368 Odivelas, Lisboa**


 38° 47' 28.8" N
9° 10' 56.5" W

 **Monumento Nacional, 1910**

 **Inverno** (jan., fev., nov., dez.):
15h00 e 16h15

 **Verão** (mar., abr., mai., jun., jul., set., out.):
16h30 e 17h45

 **219 320 800** ou
visitas.mosteirodeodivelas
@cm-odivelas.pt
(marcação prévia)

 **CM Odivelas**

A não perder 

- Museu da Marioneta, 15 km

 **Doçaria Conventual**

- Marmelada Branca

G.

Mosteiro de São Bento de Cástris

De acordo com a historiografia, as origens e fundação do **mosteiro de São Bento de Cástris** foram sedimentadas sob a criação de inúmeras narrativas, a maioria assentes em lendas e fabulação.


Grande parte destes relatos terão sido feitos por Frei Bernardo de Brito, cronista-geral da Ordem de Cister e cronista-mor do Reino. De acordo com o mesmo, o mosteiro que estaria previamente ocupado por uma comunidade eremítica, remonta à reconquista cristã da cidade de Évora, coincidindo com os tempos inaugurais da monarquia portuguesa. No seu lugar estaria situada uma guarita, na qual se instalou uma companhia militar com o intuito de proteger a cidade. Com o passar do tempo a fortificação foi abandonada e entrou em ruína. De acordo com o historiador Luís Miguel Rêpas (2021), na véspera do dia de São Bento, terá passado pelo local o bispo de Évora, o qual, tendo observado “uma luz resplandecente sobre o lugar”, mandou contruir nesse monte uma ermita dedicada a São Bento. Posteriormente, “uma viúva, fidalga e virtuosa” recolheu-se naquele local, juntamente com a sua irmã, filhas e sobrinhas, às quais se juntaram outras mulheres.


O relato descrito vem com a implicação de que o mosteiro de Cástris seria, não só, o primeiro mosteiro de monjas cistercienses em Portugal, mas também o primeiro da Ordem. No entanto, esta teoria foi criticada acabando por ser refutada por outros historiadores. Atualmente, os estudos realizados indicam que a fundação do mosteiro de São Bento de Cástris se tenha realizado durante a década de 1270.




Tema da Narrativa

A música sobre a virtude do silêncio

 **R114-4, Évora**

 38° 35' 03.0" N
7° 56' 02.4" W

 **Monumento Nacional, 1922**

 Encerrado para obras de recuperação

 DRC Alentejo

A não perder

- Catedral de Évora, 3.7 km
- Capela dos Ossos da Igreja de São Francisco de Évora, 4 km
- Templo Romano de Évora, 3.5 km

Doçaria Conventual

- Melindres
- Doce de laranja de S. Bento
- Creme da Abadessa
- Bolo de Manjar Real

H.


Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição


O **mosteiro de Nossa Senhora da Conceição**, mais conhecido pelo nome de mosteiro de São Bernardo de Portalegre, foi um mosteiro cisterciense feminino fundado em 1518 pelo bispo da Guarda, D. Jorge de Melo, “em honra de Santa Maria, Rainha do Céu e da Terra (...)”.

Atualmente, as instalações do antigo mosteiro (parcialmente visitáveis), são utilizadas pela Escola Prática do Agrupamento de Instrução da Guarda Nacional Republicana (GNR).





Tema da Narrativa
Os Dotes


 **Avenida George Robinson,
7300-070 Portalegre**

 39° 17' 44.9" N
7° 25' 37.2" W

 **Monumento Nacional, 1910**

 Segunda-feira a Domingo:
9h00 – 12h00 e 14h00 – 16h00

 **Entrada Gratuita**

 Ministério da Defesa Nacional

A não perder

- Convento de Santa Clara, 850 m
- Casa-Museu José Régio, 1.8 km
- Coudelaria Alter do Chão, 32 km

Doçaria Conventual

- Bernardos
- Bolo Podre Conventual
- Morcelas Doces de S. Bernardo
- Torrão Real de Ovos

I.

Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa

O **mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa**, fundado por D. Maria Pereira “uma rica herdeira de Sernancelhe (...)”, no início dos anos 90 do séc. XVII, foi o último mosteiro da Ordem de Cister a ser construído em Portugal.


O complexo monástico feminino terá recebido as suas primeiras monjas em setembro de 1692, provindas do mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (um antigo mosteiro cisterciense feminino localizado em Lisboa, onde, hoje em dia, se encontra instalado o Museu da Marioneta). Devido à extinção das ordens religiosas, decretada a 28 de maio de 1834, o mosteiro de Tabosa teve um período de ativação muito curto, acabando por encerrar em 1850, com a morte da última monja. Atualmente, este exemplar de arquitetura monástica, encontra-se praticamente em ruínas.




Tema da Narrativa

A extinção das Ordens Religiosas

 **Largo do Convento Tabosa, 3640-030 Carregal, Viseu**

 40° 54' 42.4" N
7° 35' 19.4" W

 **Imóvel de Interesse Público, 1971**

 Apenas visitável do exterior



-

A não perder

- Castelo do Adriano, 3.4 km

- Convento de Nossa Senhora da Purificação, 12 km

 **Doçaria Conventual**

- Fálgaros de Tabosa